

Volume

13

MADEIRA ENERGIA

**PBA CONSOLIDADO
AHE – SANTO ANTÔNIO – RIO MADEIRA**

**SEÇÃO 23
PROGRAMA DE AÇÕES À JUSANTE
15 DE JANEIRO DE 2009**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

MÓDULOS

- Módulo 1 - Programa Versão Original, de 13/02/2008**
- Módulo 2 - Programa Revisado, de 18/07/2008**
- Módulo 3 - Informação Técnica - IT N° 061/2008 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/07/2008, referente ao Aproveitamento Hidroelétrico Santo Antônio – Rio Madeira**
- Módulo 4 - Carta MESA N° 243/2008, de 10/11/2008 – Pedido de prorrogação de prazo**
- Módulo 5 - Ofício N° 923/200 - COHID/DILIC/IBAMA, DE 10/11/2008 – deferimento ao pedido de prorrogação de prazo para entrega de relatório**
- Módulo 6 - Carta MESA N° 300/2008, DE 17/11/2009 em resposta aos Ofícios N° 781/2008 e N° 923/2008 DILIC/IBAMA**
- Módulo 7 - Ofício N° 979/2008 - COHID/DILIC/IBAMA, DE 26/11/2008 – Resposta à CARTA MESA N° 300/2008, DE 17/11/2008**
- Módulo 8 - Carta MESA N° 302/2008, referente à Condicionante 2.29 da LI Retificada N° 540/2008**
- Módulo 9 - Memórias de Reunião MESA, referentes ao andamento das atividades do Programa de Ações à Jusante – Reuniões realizadas entre 17/09/2008 e 11/12/2008**

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Ofício 781/2008, deste Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de 30 de setembro de 2008, solicitante da Versão Consolidada do Projeto Básico Ambiental - PBA, do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE Santo Antônio, faz-se necessária nova apresentação Programa de Ações à Jusante.

Para este Programa foi elaborada uma revisão a partir de estudos complementares.

No que diz respeito à Licença de Instalação Retificada Nº 540/2008, IBAMA, de 18/08/2008, que estabelece a Condicionante 2.29, conforme a seguinte transcrição determina:

“2.29 – No Programa de Ações a Jusante, atender às diretrizes propostas na IT no 061/2008 – COHDI/DILIC/IBAMA, de 31 de julho de 2008.”

Dada a extensão e complexidade das alterações demandadas, a MESA solicitou prorrogação em 30 (trinta) dias, a este IBAMA, do prazo original de atendimento. Não obstante, a MESA informou que, no período de JUL/08 a OUT/08, várias atividades foram realizadas no âmbito deste Programa, destacando-se:

- a realização de reuniões, na 2ª quinzena de JUL08 e 1ª semana de AGO08, com as lideranças das Associações de Produtores Rurais do Médio e Baixo Madeira, em Porto Velho, Cujumim e Calama, para exposição e debate sobre as ações propostas;
- a definição, por parte destas entidades, pela criação de uma cooperativa para gerenciamento das atividades propostas e pela redefinição das prioridades previamente apresentadas pelas diversas associações, resultado das reuniões realizadas no âmbito do Processo Participativo, cujos principais resultados serviram de base às propostas apresentadas no Projeto Básico Ambiental do empreendimento;
- contratação da ONG Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais Cuniã - CPPT Cuniã, para mobilização e assessoramento técnico das Associações;
- a partir da interveniência da CPPT Cuniã, estabeleceu-se cronograma para seqüência de reuniões, com vistas à implementação das novas ações propostas, com base nas discussões em curso; em uma das mais recente delas, realizada em 14OUT08, foi criada a Cooperativa de Agroextrativistas do Médio e Baixo Madeira – COOMADE, com 61 (sessenta e um) sócios fundadores, representantes das diversas associações existentes e atuantes na região. Foi eleita, por consenso, a primeira Diretoria:

Presidente: Ivan Marques (Calama)

Vice-presidente: Luis Tadeu (Calama)

Primeiro Secretário: João Batista Carvalho (São Carlos)

MADEIRA ENERGIA

Segundo Secretário: Valdecir Lisboa (Cujubim Grande)

Diretor Financeiro: José Wilson de Melo (Bom Jardim)

Segundo Diretor Financeiro: Francisco Romão (Nazaré)

Conselho Fiscal:

Antonio Araújo (Demarcação)

Linda (Papagaios)

Sidnei Mendonça (Santa Catarina)

Suplentes: Cosmo (Curicaca)

Aristou (Maici)

Rosineide (São Carlos)

Conselho de Ética:

Lúcio (Cujubim)

Oscarina (Nova Esperança)

Luis (Gleba Rio Preto)

João Cosme (Nazaré)''

Mediante Ofício 923/2008 – COHID/ DILIC/IBAMA, de 10/11/2008, é deferida a prorrogação para atendimento à Condicionante 2.29, da LI Nº 540/2008, IBAMA. A seguir, conforme Carta MESA 300/2008, de 17/11/2008 (Módulo 6), o empreendedor solicitou a este IBAMA, o agendamento de uma reunião com a equipe técnica para discussões e debates acerca da IT Nº 061/2008-COHID/CGENE/DLIC/IBAMA.

O Ofício 979/2008 - COHID/DILIC/IBAMA, de 26/11/2008 (Módulo 7) estabelece o agendamento de uma reunião técnica em 01/12/2008, para discussões acerca da Condicionante 2.29, da LI Nº 540/2008, IBAMA. A MESA ressalta, porém, que desta reunião não foi gerada ata.

Até o presente momento, demais apontamentos e esclarecimentos definidos entre o empreendedor, este IBAMA e demais interessados, para o Programa de Ações à Jusante, encontram-se nas Memórias de Reunião - MESA, realizadas entre os períodos de 17/09/2008 e 11/12/2008, constantes do Módulo 9 deste documento.

Constam deste documento, portanto, os seguintes itens em módulos, a saber:

Módulo 1 - Programa Versão Original, de 13/02/2008;

Módulo 2 - Programa Revisado, de 18/07/2008;

MADEIRA ENERGIA

- Módulo 3 - Informação Técnica - IT Nº 061/2008 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/07/2008, referente ao Aproveitamento Hidroelétrico Santo Antônio – Rio Madeira;
- Módulo 4 - Carta MESA Nº 243/2008, de 10/11/2008 – Pedido de prorrogação de prazo;
- Módulo 5 - Ofício Nº 923/200 - COHID/DILIC/IBAMA, DE 10/11/2008 – deferimento ao pedido de prorrogação de prazo para entrega de relatório;
- Módulo 6 - Carta MESA Nº 300/2008, DE 17/11/2009 em resposta aos Ofícios Nº 781/2008 e Nº 923/2008 DILIC/IBAMA;
- Módulo 7 - Ofício Nº 979/2008 - COHID/DILIC/IBAMA, DE 26/11/2008 – Resposta à CARTA MESA Nº 300/2008, DE 17/11/2008;
- Módulo 8 - Carta MESA Nº 302/2008, referente à Condicionante 2.29 da LI Retificada Nº 540/2008;
- Módulo 9 - Memórias de Reunião MESA, referentes ao andamento das atividades do Programa de Ações à Jusante – Reuniões realizadas entre 17/09/2008 e 11/12/2008.

Módulo 1

Programa Versão Original, de 13/02/2008

Projeto Básico Ambiental

AHE Santo Antônio

SEÇÃO 23

PROGRAMA DE AÇÕES A JUSANTE

0	Emissão inicial	13/02/2008		
REV	Descrição	Data	Elaborado	Revisado

ÍNDICE

1.0	INTRODUÇÃO	2
2.0	SUBPROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS VÁRZEAS	4
2.1	Justificativa	4
2.2	Objetivos	5
2.3	Metas / Resultados Esperados	6
2.4	Procedimentos / Metodologia	6
2.4.1	Implantação de agroindústria de beneficiamento de frutas regionais	6
2.4.2	Implantação de agroindústria de extração de óleo de palmáceas nativas	7
2.4.3	Implantação de ações de apoio a atividade pesqueira	8
2.5	Responsabilidades	8
2.6	Relatórios / Produtos	10
2.7	Cronograma	10
2.8	Interfaces com outros Programas	11
3.0	SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DE JUSANTE	11
3.1	Justificativa	11
3.2	Objetivos	12
3.3	Resultados esperados	12
3.4	Procedimentos / Metodologia	12
3.5	Responsabilidades	13
3.6	Relatórios / Produtos	13
3.7	Cronograma	13
3.8	Interfaces com outros Programas	14
4.0	BIBLIOGRAFIA	14

1.0 INTRODUÇÃO

O Programa de Ações a Jusante faz parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio – AHE Santo Antônio, que subsidiará a solicitação da Licença de instalação deste empreendimento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Este programa foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental - EIA (Leme Engenharia, 2005) dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, tendo sido referendado pela Licença Prévia Nº 251/2007 concedida pelo IBAMA.

Este documento encontra-se dividido em dois subprogramas, a saber:

Subprograma de Monitoramento e Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas (Jusante)
Subprograma de monitoramento de indicadores sócio econômicos
Subprograma de apoio às atividades desenvolvidas nas várzeas

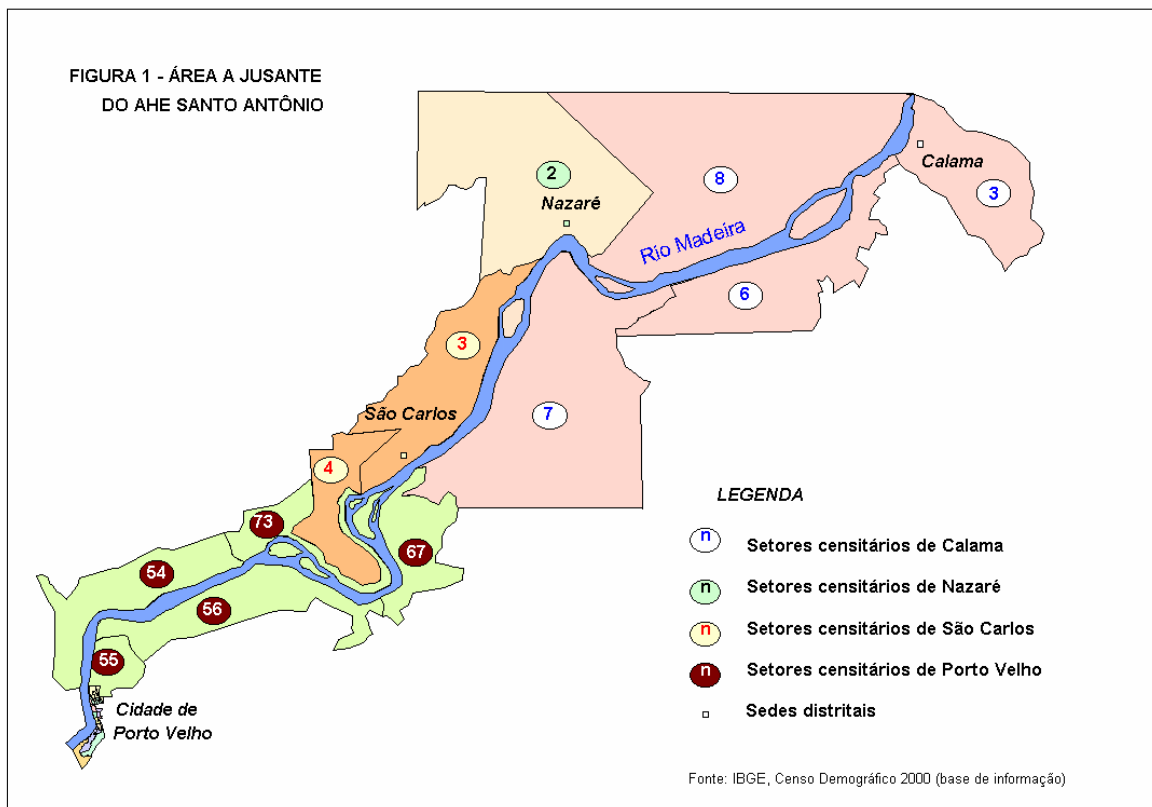
O Programa de Ações a Jusante, apresentado nos estudos ambientais desenvolvidos para o EIA/RIMA do AHE Santo Antônio, propõe medidas de acompanhamento das atividades agrícolas e de lazer desenvolvidas nas várzeas formadas pelo rio Madeira e seus afluentes, a jusante do empreendimento, com o objetivo de identificar mudanças para essas atividades, durante e após a construção do empreendimento. Simultaneamente ao monitoramento, o programa estabelece a implantação de ações de apoio a população residente na área, facilitando a readaptação dos trabalhadores a outras formas de atividades, caso as atuais praticadas sejam comprometidas.

Como mostra a Figura 1¹, a área de jusante do AHE Santo Antonio é composta por dois segmentos distintos. O primeiro está localizado no perímetro urbano da cidade de Porto Velho, mais próximo ao eixo do empreendimento, enquanto o segundo abrange áreas rurais e urbanas, situadas nas duas margens do Rio Madeira, no trecho que vai da cidade de Porto Velho até a divisa do município (e de Rondônia) com o estado do Amazonas.

Atendendo ao especificado no EIA e a solicitação do IBAMA – Pedido de Complementação e Adequação dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental dos AHEs Santo Antônio e Jirau . Esse Programa de Ações a Jusante apresenta o detalhamento das medidas recomendadas, contemplando as regiões inseridas no segundo trecho de jusante, formado por vários aglomerados rurais e pelas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos. As áreas de jusante localizadas no núcleo urbano de Porto Velho serão consideradas no programa de compensação social.

Serão apresentados dois subprogramas: o primeiro propõe medidas de apoio as atividades desenvolvidas nas várzeas e a implantação de opções de trabalho e renda para a população residente naquela região, enquanto o segundo está voltado para as ações de monitoramento do comportamento das várzeas formadas pelo rio Madeira, durante e após a implantação do AHE Santo Antônio.

¹ A Figura 1 mostra a área de jusante do AHE Santo Antônio subdividida segundo os setores censitários do IBGE, unidades adotadas pela pesquisa amostral realizada para a elaboração do EIA.



2.0 Figura 1 – Área de jusante do AHE Santo Antônio

2.0 SUBPROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS VÁRZEAS

Para a elaboração do subprograma de apoio as atividades desenvolvidas nas várzeas foram consideradas, inicialmente, as propostas apresentadas pelas comunidades localizadas a jusante do AHE Santo Antônio, por ocasião das reuniões participativas promovidas pelo Consórcio Furnas Centrais Elétricas S.A e Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Após a obtenção da Licença Prévia foram realizadas várias reuniões com lideranças e representantes dos moradores das comunidades da região de jusante, com o intuito de atualizar informações, discutir, detalhar, consolidar as propostas levantadas naquela etapa e definir diretrizes para o detalhamento desse subprograma de apoio as atividades desenvolvidas nas várzeas.

2.1 Justificativa

As comunidades da região de jusante, localizadas próximo aos cursos d'água, são constituídas quase sempre por um pequeno comércio, escola e igreja (quando existentes) e um conjunto de casas; algumas, entretanto, não possuem qualquer infra-estrutura, fazendo com que seus moradores busquem os equipamentos sociais existentes em outras localidades. Elas passam, então, a exercer o papel de núcleo polarizador, como ocorre com Cujubim Grande que, apesar de não ser sede distrital, conta com melhores equipamentos públicos.

Como mostra a Figura 2, Anexo 1, essas comunidades ribeirinhas estão distribuídas conforme apresentadas a seguir.

- **Área Rural de Porto Velho:** Belmonte, Porto Chuelo, Cujubim Grande, Ueporanga, Cujubinzinho, Ilha do Tamanduá, Aliança, Nova Aliança, Ilha dos Veados, Ilha do Jamarizinho, Ilha dos Mutuns, São José da Praia, Itacoã, Pau D'Alho, Santo Exedito, Niterói, Igarapé Jatuarana, Maravilha, São Sebastião, Bom Jardim, Mutuns, São Miguel, Silveira, Bom Será, Bom Serazinho, Brasileiras, Ilha Sobral, Monte Belo e Engenho Velho;
- **Distrito de Nazaré:** Nazaré, Boa Vitória, Boa Hora, Curicacas, Nazaré, Prainha e Ponta Grossa;
- **Distrito de São Carlos:** São Carlos, Primor, Terra Caída, Santo Antonio, Santa Luzia, Ilha Canarana, Canarana, Lago do Cuniã, Prosperidade e Ilha dos Periquitos;
- **Distrito de Calama:** Calama, Papagaios, Conceição da Galera, Ilha Assunção, Ilha Nova, Vista Alegre, Firmeza, São Vicente, Santa Rosa, Espírito Santo, Demarcação, Mururé, Ilha dos Maruins, Ressaca, Nova Esperança, Tira Fogo, Boa Hora, Ilha Iracema, Santa Catarina, Bomfim, Laranjal, Pombal, Guarani, Fortaleza, Aliança do Rio Preto, Gleba do Rio Preto e Mayaci.

A população residente na região considerada é constituída por cerca de 1.350 famílias e está mais concentrada na margem esquerda do Rio Madeira. Apresenta uma alta proporção de crianças e jovens de idade até 19 anos, o que faz supor que pessoas acima dessa faixa etária costumam migrar para outros locais, em busca de oportunidades de trabalho.

Essas famílias vivem predominantemente da pesca, do extrativismo (vegetal e mineral), da agricultura de terra firme e de várzeas. De acordo com resultados da pesquisa amostral, realizada para o EIA/RIMA, a principal utilização econômica das terras está voltada para as

atividades agropecuárias e extrativas, com maior ênfase na agricultura. Entre os produtos cultivados nas várzeas, predominam a mandioca, o feijão e o milho, ao lado de outros produtos da horticultura ou das culturas temporárias de ciclo curto. Nas terras firmes são produzidos, principalmente, a mandioca, o milho e um conjunto de frutíferas, tais como banana, cupuaçu, laranja, manga, coco pupunha e açaí.

Ao lado da agricultura, a exploração extrativa e a atividade pesqueira são praticadas pelos produtores das comunidades ribeirinhas que, assim, sobrevivem ou complementam sua renda de forma diferenciada ao longo do ano (safra do açaí, safra agrícola, época do defeso etc.). A região é rica em espécies frutíferas (cajá, bacaba, açaí, graviola, cupuaçu, camucã) e oleaginosas (babaçu, mururu) que podem ser exploradas economicamente, sendo o açaí o principal produto derivado da extração vegetal encontrado nas propriedades. A pesca é praticada por um número significativo dos moradores, tanto para venda no mercado como para consumo da família.

O escoamento da produção é feito geralmente por barcos. A comercialização é realizada através de “atravessadores” ou na cidade de Porto Velho e, em menor escala, de comerciantes de Humaitá (Amazonas) ou do Programa Fome Zero. De acordo com informações dos produtores, ou eles ficam na dependência dos valores oferecidos pelos “atravessadores” ou têm que transportar os produtos, via Rio Madeira, até Porto Velho. Como a viagem é longa e os barcos não oferecem um sistema apropriado de transporte, muitas vezes os produtos já chegam estragados ao mercado, o que contribui para a perda de qualidade e a queda do preço de venda. Os barcos particulares não trafegam todos os dias, cobram pelo transporte das mercadorias e pela passagem do produtor (em valores considerados caros pela maioria dos entrevistados). Atualmente, a prefeitura municipal disponibiliza um barco para os moradores da área de jusante levar gratuitamente sua produção para venda na cidade de Porto Velho, mas ele circula somente de 15 em 15 dias e não pára em todas as comunidades da região.

Além da inexistência de transporte adequado, os produtores e pescadores enfrentam outros problemas, como o fato de não disporem de locais apropriados (como câmaras frias) para estocagem e conservação dos produtos e do pescado que poderiam, inclusive, ser vendidos na entressafra com preços melhores que os obtidos. Dessa forma, os produtores se mostram desestimulados a aumentar o plantio e a produção.

Considerando a importância dessas atividades para os moradores das várias comunidades ribeirinhas da área de jusante do AHE Santo Antônio, este programa propõe a implantação de medidas de apoio as atividades hoje desenvolvidas e a criação de novas opções de trabalho e renda para os produtores, através de incentivo a produção e da implantação de condições para a comercialização dos produtos.

2.2 Objetivos

Os objetivos do Subprograma de Apoio as Atividades Desenvolvidas nas Várzeas do Rio Madeira e seus afluentes são:

- Gerar oportunidades de trabalho e renda para os produtores rurais, pescadores e população residente nas comunidades ribeirinhas;
- Contribuir para fixar a população na área rural, especialmente os jovens, reduzindo a migração para as cidades, principalmente Porto Velho;

- Criar condições para o aproveitamento e a exploração sustentável das potencialidades dos recursos naturais locais, conciliando essa exploração com a preservação e conservação dos mesmos recursos;
- Contribuir para implantar alternativas de produção em diferentes épocas do ano e para o aumento da renda das famílias residentes;
- Incentivar a produção e criar melhores condições para a comercialização, agregando valor aos produtos locais;
- Aumentar o poder de competitividade dos produtores locais e o alcance de novos mercados;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e dos trabalhadores das comunidades ribeirinhas da área de jusante do AHE Santo Antônio.

2.3 Metas / Resultados Esperados

O resultado esperado com a implantação das medidas propostas é criar opções de trabalho e renda para a população residente na área de jusante do AHE Santo Antônio, através da criação de infra-estrutura para armazenamento, beneficiamento e transporte do pescado, de frutas regionais e de palmáceas nativas. Para tanto, serão instaladas câmaras frias e túnel de congelamento de polpa de frutas; unidades de processamento de frutas; câmara frigorífica para armazenamento do pescado; unidade industrial para extração e armazenamento de óleo de palmáceas nativas; fábrica de doces de frutas regionais. Também serão adquiridos barcos para transporte da polpa de frutas e do pescado, bem como tratores para transporte das frutas e palmáceas.

2.4 Procedimentos / Metodologia

Os procedimentos metodológicos a serem adotados visam o fomento das atividades desenvolvidas pelos produtores e pescadores das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira e seus afluentes, através do incentivo a produção e exploração sustentável das frutas e das palmáceas existentes na floresta, do apoio a atividade pesqueira e da criação de condições de armazenamento e transporte dos produtos para comercialização. Para tanto, propõem-se as medidas detalhadas a seguir.

2.4.1 Implantação de agroindústria de beneficiamento de frutas regionais

Os moradores do médio e baixo rio Madeira tradicionalmente trabalham com extrativismo de frutas regionais tais como cupuaçu, açaí, graviola, bacaba, cajá, abacaxi, manga, acerola, camacumã, melancia e outras. As frutas vendidas *in natura*, além de estragar rapidamente (o fruto do açaí dura, no máximo, 24 horas), são vendidas por preços menores do que se forem beneficiadas. Por falta de alternativa, os produtores se sentem obrigados a vender para “atravessadores” ou a arriscar-se a perder a produção, devido as dificuldades para transportá-las até o mercado consumidor.

Para o apoio dessa atividade desenvolvida pela população, serão efetivadas as ações apresentadas a seguir.

- Implantação de unidades de processamento de frutas, num total de 04 unidades, instaladas nas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos e em Cujubim Grande, que funciona como pólo de outras comunidades localizadas no seu entorno. Esse beneficiamento agregará valor ao produto, permitirá a comercialização mesmo em épocas de entressafra (por exemplo, a safra do açaí vai somente de dezembro a maio) e a ocupação de novos mercados;
- Instalação de uma câmara fria e túnel de congelamento de polpa de frutas, com capacidade de estocagem de, no mínimo, 60 toneladas, que ficará instalada na comunidade de Sobral (distrito de São Carlos), na margem direita do rio Madeira. Justifica-se a escolha do local por estar a meio caminho entre a última comunidade de jusante (Calama) e a cidade de Porto Velho e por ser onde chega a única estrada de terra que faz a ligação da região do médio e baixo rio Madeira com a sede do município. A função dessa câmara fria é estocar a polpa de frutas produzida pelos moradores de todas as comunidades, aguardando para ser transportada para comercialização;
- Aquisição de 01 barco, contendo despulpadeira e câmara fria com capacidade de até 10 toneladas, para transporte da polpa de frutas das unidades até a câmara instalada em Sobral. Esse barco, medindo cerca de 20 metros, descerá o rio Madeira até a comunidade de Calama e voltará depois para a cidade de Porto Velho, passando pelos locais onde estão localizadas as outras três unidades (Nazaré, São Carlos e Cujubim Grande) e servirá também para o transporte de outras mercadorias produzidas nas comunidades. A periodicidade das viagens será definida pela população, dependendo da safra dos produtos e/ou de outras necessidades;
- Instalação de 01 fábrica de doces de frutas regionais em Cujubim Grande. A implantação da fábrica nessa comunidade se justifica pela localização estratégica, mais próxima e ligada por estrada a cidade de Porto Velho, além de polarizar grande número de comunidades do entorno.

Pretende-se, dessa forma, que os produtores e extrativistas do médio e baixo rio Madeira tenham oportunidade de aproveitamento das frutas regionais, tanto através da fabricação de doces (compotas, geléias, doces cristalizados e outros) quanto através da produção de polpas.

2.4.2 Implantação de agroindústria de extração de óleo de palmáceas nativas

Para apoio da implantação de agroindústria de extração de óleo de palmáceas nativas, e previsto as medidas a seguir apresentadas.

- Instalação de 01 unidade industrial para extração e armazenamento do óleo de palmáceas nativas, localizada na sede do distrito de Calama, onde já está sendo criada uma cooperativa voltada para a comercialização de produtos regionais, a Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do rio Madeira – COOPEBRIMA. De acordo com o zoneamento sócio-ambiental de Rondônia, a região está localizada em área de exploração vegetal (2.1), rica em florestas com várias espécies de palmáceas, como babaçu, murumuru, uricuri, copaíba, buriti, andiroba etc. Ao lado da extração do óleo, as palmáceas poderão ser aproveitadas para outros fins, como artesanato, farelo para alimentação animal, carvão vegetal para indústrias siderúrgicas etc. Ressalta-se que a safra de algumas (exemplo do babaçu) ocorre na época do defeso, quando os pescadores estão impedidos de exercer sua atividade e os barcos que transportam peixes estão parados. Dessa forma, serão criados postos de trabalho para os colhedores extrativistas e para os barqueiros, além do pessoal que irá trabalhar na indústria de extração de óleo.

Essa unidade de extração de óleo de palmáceas será formada por 01 galpão para coleta, classificação e processamento dos produtos e 01 unidade de armazenamento, com capacidade para 50.000 litros de óleo. Serão instaladas máquinas para quebrar, despolar, moer, prensar os frutos e para filtrar o óleo.

- Aquisição de 05 pequenos tratores que servirão tanto para o transporte das palmáceas quanto das frutas até as unidades de beneficiamento, uma vez que o extrativismo requer a cobertura de grandes distâncias, o que dificulta o transporte de grandes volumes pelos próprios trabalhadores. Dois desses tratores ficarão em Calama (onde estão localizadas as unidades de beneficiamento de frutas e de palmáceas) e os demais, nas comunidades de Nazaré, São Carlos e Cujubim Grande.

2.4.3 Implantação de ações de apoio a atividade pesqueira

O apoio a atividade pesqueira desenvolvida na área de jusante prevê as ações que se seguem.

- Instalação de 04 câmaras frigoríficas para estocagem do pescado, cada uma delas com capacidade de até 20 toneladas. Essas câmaras atenderão a todos os pescadores do médio e baixo rio Madeira e serão instaladas nas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos, bem como na comunidade de Cujubim Grande, servindo para armazenar os peixes até o transporte para comercialização na cidade de Porto Velho;
- Reativação do terminal pesqueiro existente na Colônia de Pescadores Z1- Tenente Santana, na cidade de Porto Velho, o que permitirá a estocagem e o processamento do pescado para venda na época da entressafra, com melhores preços e com possibilidade de comercialização para outros mercados;
- Aquisição de 01 barco, contendo caixa térmica com capacidade de até 20 toneladas, para transporte do pescado estocado nas câmaras frias localizadas nas comunidades de Calama, Nazaré e São Carlos até o terminal pesqueiro, na Colônia de Pescadores Z-1, em Porto Velho.

2.5 Responsabilidades

O empreendedor será responsável pela implantação das medidas de apoio as atividades desenvolvidas nas várzeas e áreas ribeirinhas do rio Madeira e seus afluentes, propostas neste subprograma.

- Dessa forma, deverá arcar com os custos financeiros destinados a aquisição de:
 - 04 unidades de processamento de frutas;
 - 01 câmara fria para armazenamento da polpa das frutas;
 - maquinário para fabricação de doces de frutas regionais;
 - maquinário destinado a extração e armazenamento do óleo das palmáceas nativas;

- 04 câmaras de congelamento do pescado;
- 02 barcos para transporte da polpa e do pescado;
- 05 tratores para transporte dos produtos extraídos da floresta.
- Outra responsabilidade do empreendedor será a assinatura de convênios e estabelecimento de parcerias com empresas e instituições de assistência técnica, para diversificação / ampliação das atividades desenvolvidas pelos produtores e busca de linhas de crédito e financiamento. Entre essas várias empresas e instituições estão:
 - Banco do Brasil;
 - Banco da Amazônia;
 - EMATER;
 - EMBRAPA;
 - IBAMA;
 - Secretaria Municipal de Agricultura ;
 - Secretaria Estadual da Agricultura;
 - Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
 - Rede de Tecnologia Social – RTS;
 - REDE GTA;
 - Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e Economia Solidária -ADA AÇAÍ;
- Para garantir melhor desempenho na gestão desses empreendimentos, o empreendedor estabelecerá parceria e ajustamento de convênios com entidades voltadas para treinamento e capacitação técnica dos produtores e lideranças, conforme definido no Subprograma de Qualificação da População, que compõe este PBA;
- Considerando que a existência de água potável e de energia elétrica são pressupostos para o beneficiamento, o armazenamento das frutas e a extração do óleo das palmáceas, o empreendedor deverá buscar parcerias e assinatura de convênios com as concessionárias desses serviços públicos, visando a sua implantação e/ou adequação nas comunidades localizadas na área de jusante do AHE Santo Antonio e, principalmente, nos locais onde forem implantados os equipamentos;
- A implantação das medidas propostas deverá ser monitorada através de indicadores que permitam a avaliação dos resultados obtidos, de forma a observar a eficácia das ações desenvolvidas. Cabe também ao empreendedor a responsabilidade pela citada ação. Para tanto, contratará serviços de consultoria técnica.
- A Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia hidrográfica do Rio Madeira – COOPEBRIMA, sediada no distrito de Calama, e a Cooperativa de Produção Orgânica, com sede em Cujubim Grande, serão as responsáveis pela gestão das unidades de agroindústria de beneficiamento de frutas regionais e de extração de óleo das palmáceas nativas, bem como pelo barco para transporte de polpas, em parceria com as associações existentes na região e com o Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira – CONECOBAM;

- O gerenciamento das câmaras frigoríficas e do barco para transporte do pescado estará sob a responsabilidade da Associação de Pescadores de Calama - ASPECAL, em parceria com as demais associações de pescadores existentes na região, com a Colônia de Pescadores Z-1 Tenente Santana e com o Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira – CONECOBAM;
- Como contrapartida, as comunidades beneficiadas pelas medidas propostas ficarão responsáveis pela doação de terrenos para instalação, bem como pela construção das unidades de processamento e armazenamento de frutas e palmáceas e armazenamento do pescado. Todas as despesas necessárias para o funcionamento dessas unidades e dos barcos de transporte dos produtos (consumo de energia elétrica e combustível, entre outros) ficarão por conta das cooperativas e seus cooperados;

2.6 Relatórios / Produtos

Os dados obtidos através da realização de entrevistas, pesquisas e demais ações descritas serão processados, analisados e consolidados para elaboração de relatórios semestrais. O primeiro deverá ser apresentado 03 (três) meses antes do início da construção do empreendimento.

O empreendedor divulgará periodicamente as informações obtidas para o público alvo deste subprograma e para demais pessoas/grupos interessados, através de boletins e outras publicações produzidas pela equipe de Comunicação Social e Educação Ambiental.

2.7 Cronograma

Os períodos previstos para implementação das ações propostas estão abaixo discriminados.

- Implantação das unidades de processamento e armazenamento das frutas e extração de óleo das palmáceas:
 - As ações efetivas para implantação das unidades de processamento e armazenamento deverão ser iniciadas 03 meses antes de começarem as obras para construção do AHE Santo Antônio. Recomenda-se que todas as ações dessa etapa (reuniões para negociações e estabelecimento de parcerias e ajustamento de convênios, repasse de recursos para contratação de profissional técnico, início de construção, aquisição de máquinas e equipamentos, cursos de capacitação, entre outros) estejam concluídas ao final de 01 ano;
- Implantação das medidas de apoio a atividade pesqueira:
 - A implantação das ações de apoio a atividade pesqueira também deverá ser iniciada 03 meses antes de começarem as obras para construção do AHE Santo Antônio e concluída ao final de 01 ano. Nesse período, serão feitas reuniões para negociações e estabelecimento de parcerias e ajustamento de convênios, início de construção, aquisição das câmaras frigoríficas e outros equipamentos, além de cursos de capacitação, entre outros;

- Monitoramento das ações:
 - As medidas implantadas deverão ser monitoradas desde seu início, buscando avaliar os resultados obtidos e a eficácia das ações desenvolvidas. O monitoramento será realizado nos 05 primeiros anos de operação das unidades podendo, caso necessário, continuar para as atividades que apresentarem problemas de execução.

2.8 Interfaces com outros Programas

- Programa de Compensação Social, em especial o Subprograma de Qualificação da População;
- Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental.

3.0 SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DE JUSANTE

Este subprograma contém o planejamento das ações já recomendadas nos Estudos de Impacto Ambiental de monitoramento das atividades desenvolvidas a jusante do AHE Santo Antônio, com o intuito de identificar alterações nelas ocorridas durante a construção do empreendimento e em um período posterior suficientemente longo para que se estabeleçam tendências de comportamento da região, após o início de operação da usina.

3.1 Justificativa

A população residente na área a jusante da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, nas várias reuniões, pesquisas e entrevistas aí realizadas, tem manifestado suas preocupações em relação a possíveis alterações no regime do rio Madeira e suas margens, em função da construção da usina. Apesar dos estudos realizados mostrarem que não se espera a ocorrência de tais alterações, é necessário que as variáveis sujeitas a possíveis mudanças sejam monitoradas, mesmo quando as possibilidades de ocorrência sejam remotas ou inexistentes. Além do levantamento e processamento das informações, seus resultados devem ser divulgados e apresentados aos interessados, de forma a tranquilizá-los quanto ao comportamento das variáveis monitoradas. Justifica-se, então, a formulação deste subprograma.

Do ponto de vista sócio-econômico, propõe-se dois grupos de atividades, desenvolvidas para atender a demanda da população. O primeiro é a consolidação dos resultados de outras pesquisas de monitoramento, principalmente nos temas do meio físico, e sua transformação em linguagem acessível para comunicação a população da área. O segundo é composto pelo levantamento, processamento e análise de um conjunto de dados sobre as atividades econômicas aí realizadas que, posteriormente, serão também divulgados para os interessados.

A divulgação de todas as informações disponíveis de interesse da população de jusante deverá ser realizada no âmbito do programa de comunicação social, enquanto a pesquisa sócio-econômica para monitoramento das atividades da população deverá ser desenvolvida no âmbito deste subprograma.

3.2 Objetivos

O objetivo do Subprograma de Monitoramento das Atividades a Jusante é desenvolver uma caracterização da população residente e das atividades econômicas desenvolvidas a jusante do AHE Santo Antônio, em um primeiro momento, e acompanhar as alterações ocorridas nas mesmas, durante e após a implantação do AHE Santo Antônio, procurando identificar as causas possíveis das alterações identificadas.

3.3 Resultados esperados

Os resultados esperados do monitoramento das atividades desenvolvidas a jusante é a identificação precisa das eventuais alterações ocorridas em variáveis selecionadas, bem como as principais causas dessas alterações.

3.4 Procedimentos / Metodologia

As atividades previstas neste subprograma abrangem toda a área ribeirinha a jusante da cidade de Porto Velho, até a divisa com o estado do Amazonas. A área a ser trabalhada, para análise dos dados secundários, deverá considerar os setores censitários do IBGE que têm como limite o rio Madeira, bem como as sedes dos distritos de São Carlos, Nazaré e Calama. Para as áreas rurais, serão consideradas as famílias pertencentes as comunidades ribeirinhas identificadas nos estudos ambientais.

Os procedimentos a serem adotados no âmbito deste subprograma estão mostradas a seguir.

- Caracterização da área a jusante do AHE Santo Antônio, no período anterior a construção, através das seguintes atividades:
 - Processamento dos dados da contagem de população 2007 e identificação das taxas de crescimento da população entre 2000 e 2007, nos setores censitários considerados no diagnóstico da população apresentada nos Estudos de Impacto Ambiental;
 - Pesquisa direta em todas as comunidades contempladas, para levantamento de informações sobre o número de famílias residentes, número de propriedades rurais, atividades desenvolvidas, acesso aos serviços básicos e outras variáveis de interesse para caracterização da comunidade (ver modelo do questionário a ser utilizado - Anexo 02);
 - Pesquisa direta em amostra das famílias residentes nas comunidades incluídas na área considerada, para levantamento de informações sobre o seu acesso a serviços, atividades econômicas desenvolvidas, inclusive nas várzeas do rio Madeira, e comercialização da produção, entre outras (ver modelo do questionário a ser utilizado - Anexo 03);
- Identificação das alterações anuais ocorridas nas comunidades e nas famílias pesquisadas, procurando estabelecer suas causas, utilizando-se os seguintes instrumentos:
 - Pesquisa direta em todas as comunidades, procurando identificar as alterações anuais ocorridas no número de famílias residentes, nas atividades econômicas e na qualidade de vida de seus moradores (ver modelo do questionário a ser utilizado - Anexo 04);

- Pesquisa direta nas mesmas famílias entrevistadas anteriormente, para identificação de possíveis alterações em suas atividades e causas possíveis dessas alterações (mesmo modelo de questionário). A amostra deverá ser reavaliada anualmente e complementada, na possibilidade de mudança das famílias entrevistadas para outras regiões;
 - No ano de 2010, deverão ser processadas as informações do Censo Demográfico, procurando identificar as alterações ocorridas na dinâmica demográfica da região, no período 2000 a 2007 e 2010, e as possíveis causas dessas alterações;
 - Entrevistas com lideranças nas comunidades e nas instituições públicas sediadas em Porto Velho que prestam serviços a essas comunidades, para identificação de possíveis causas de alterações identificadas e avaliação da abrangência dessas alterações, bem como sua área de ocorrência (todo o município ou somente a área a jusante do AHE Santo Antônio);
- Processamento e análise dos resultados das atividades desenvolvidas, que serão apresentadas em relatórios anuais, a serem encaminhados a gerência ambiental do empreendimento.

3.5 Responsabilidades

A responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades recomendadas nesse subprograma é inteiramente do empreendedor que deverá contratar equipe técnica e responder por todos os custos de levantamento, processamento e análise das informações coletadas.

3.6 Relatórios / Produtos

Os relatórios a serem apresentados durante o período previsto para esse subprograma são:

- Primeiro relatório de caracterização da área antes do início das obras – 2008 - (t0);
- Relatórios anuais, com caracterização, identificação de alterações e causas atribuídas as alterações identificadas no período de construção do empreendimento – 2008 a 2016;
- Relatórios anuais, com caracterização das comunidades e atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, alterações e causas das mesmas no período 2017 a 2020;
- Relatório final do subprograma, com análise final das atividades realizadas e justificativas para a conclusão (ou não) do processo de monitoramento.

3.7 Cronograma

Em cada ano, num total de 04 meses por ano, deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- Preparação das pesquisas a serem realizadas, envolvendo: mobilização de equipe, definição de instrumentos e da amostra de famílias a serem entrevistadas;

- Aplicação dos questionários e realização das entrevistas;
- Codificação, digitação, processamento e análise dos dados coletados;
- Redação e encaminhamento dos relatórios.

3.8 Interfaces com outros Programas

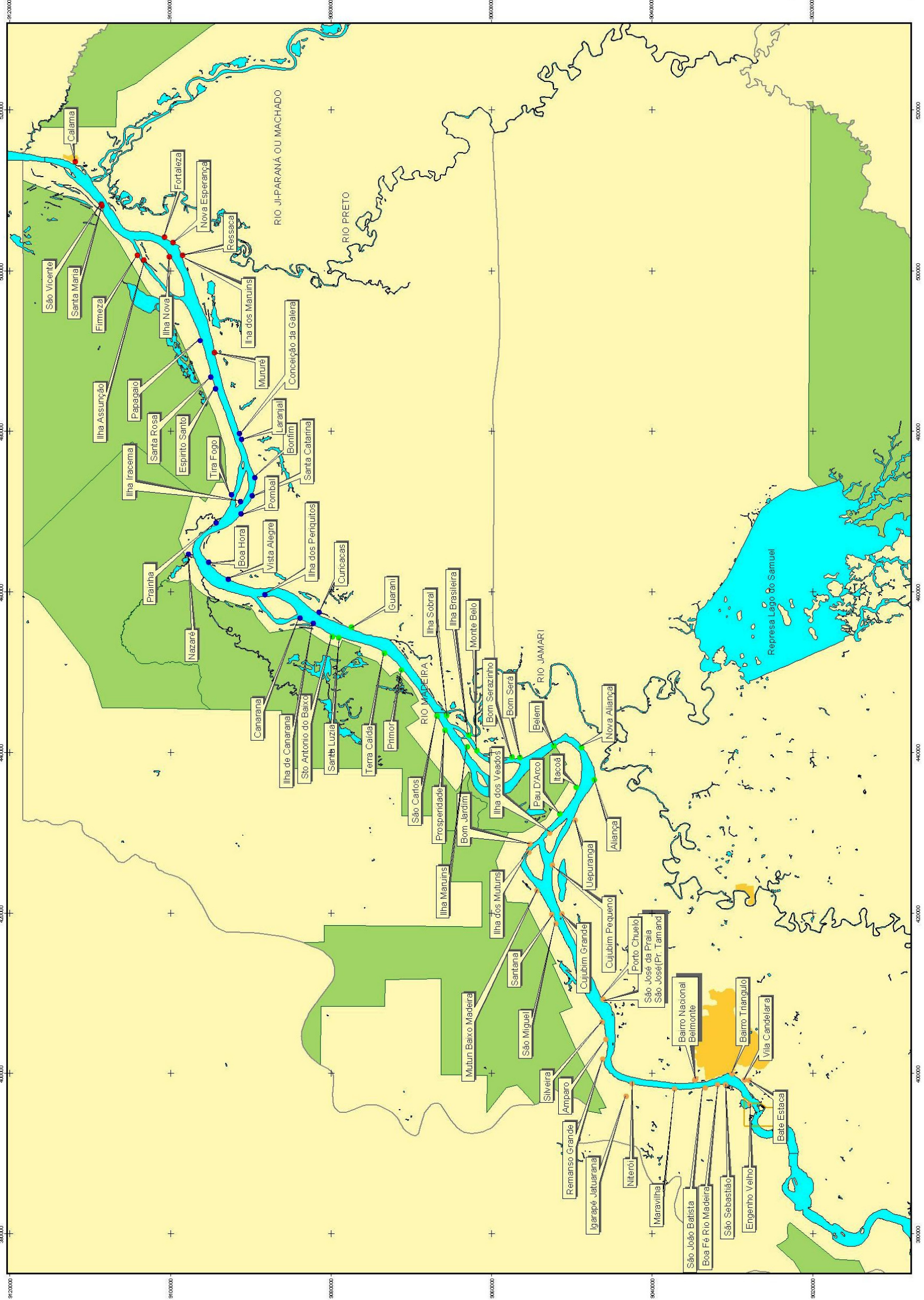
Este subprograma apresenta uma relação direta com o Programa de Comunicação Social, que deverá divulgar para a população a jusante os resultados dos trabalhos realizados. Relaciona-se também com o Programa de Compensação Social.

4.0 BIBLIOGRAFIA

- FURNAS ODEBRECHT, LEME - Estudos de Impacto Ambiental – EIA Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira Tomo C – Análise Integrada Avaliação de Impactos Prognóstico e Programas Ambientais Capítulo II Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais.
- FURNAS ODEBRECHT, LEME - Complementação e Adequação às Solicitações do IBAMA, Tomo E - Vol. 3/3 Meio Socioeconômico. Agosto de 2006;
- FURNAS, ODEBRECHT, LEME - Estudos de Impacto Ambiental – EIA, Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, Tomo B – Diagnóstico Ambiental.
- FURNAS, ODEBRECHT, MPS, MAYERHOFER & TOLEDO, CPPT CUNIÃ – Projeto Madeira, Processo Participativo, Consolidação de Propostas das Comunidades Localizadas a Jusante de Porto Velho.
- <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/>

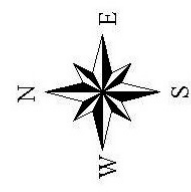
ANEXO I

**COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA ÁREA DE JUSANTE CONTEMPLADA
NO PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS
VÁRZEAS (JUSANTE)**



LEGENDA

- Município de CALAMA
- Município de NAZARÉ
- Município de PORTO CHUELO
- Ilhas do Rio Jirau
- Unidades de Conservação
- Reserva Urbana



AHE JIRAU - ESTUDOS DE VIABILIDADE

FURNAS

FUNDAÇÃO RIOMAR

FECHA	REV.	NO. DO CLIENTE
12/12/2010	01	154544

PROJETO DE: FUNDAMENTO PARA A RECONSTRUÇÃO DO RIO JIRAU
 LOCAL: MUNICÍPIO DE CALAMA, NAZARÉ E PORTO CHUELO
 ESCALA: 1:50.000

ANEXO II
COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
Questionário: _____

COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

1. Nome da comunidade: _____

2. Margem: _____ Distância à sede do município:
Localização: _____
o: _____

3. Nome da associação: _____

4. Nome entrevistado: _____

5. Cargo na associação: _____

6. Ocupação: _____ 7. Local de trabalho: _____
o: _____

7. Endereço para correspondência: _____

8. Telefones Fixo:() Celular: () Favor: ()

9. Número de famílias residentes:

10. Número de pessoas residentes (aproximado):

10. Principais atividades desenvolvidas pelos moradores

Ocupação	Número aproximado de pessoas
a - Trabalhadores na coleta de produtos florestais (açai, sementes, castanha, etc.)	
b – Trabalhadores na produção de feijão, arroz, milho e outros produtos em terras altas	
c – Trabalhadores na produção de hortaliças, legumes e outros produtos em terras de várzea	
d – Trabalhadores na pesca comercial (para venda do peixe em Porto Velho ou outro mercado)	
e – Trabalhadores na pesca para alimentação da família	
f - Servidores públicos (professores, agente de saúde, e outras contratadas pelo governo)	

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

g – Trabalhadores no processamento de frutas para sucos e doces	
h – Trabalhadores na fabricação de farinha	
i - Trabalhadores em atividades artesanais	
j -	
K -	
l -	
M -	
N -	
O -	
P -	
r -	
S -	
t -	

11. Número de propriedades rurais existentes:

12. Área total aproximada das culturas existentes:

Principais culturas existentes na comunidade (fazer soma aproximada da área de todos os produtores rurais pertencentes à comunidade)	Área	
	Quantidade	Medida
A – Terras altas		
a - Mandioca		
b - Milho		
c - Feijão		
d – Frutas (banana, caju, mamão, etc.		
e -		
f -		
B – Terras de várzeas		
a - Mandioca		
b - Tomate		
c - Pimentão		
d – Quiabo		
e - Feijão		
f - Milho		
g – Hortaliças		

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

h - Legumes		
i -		
j -		

13. Média de peixe pescado (fora da _____ quilos época do defeso):

14 – Serviços existentes na comunidade (responder Sim ou Não e comentar sobre problemas específicos, caso existam)

Serviços públicos	Existe? Sim/Não	Comentário
a – Água tratada		
b – Posto de saúde		
c – Escola de primeiro grau		
d - Coleta de lixo		
e - Telefone		
f -		
g -		
h -		

ANEXO III

DOMICÍLIOS DA AMOSTRA – COMUNIDADES DE JUSANTE

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
 Questionário: _____

DOMICÍLIOS DA AMOSTRA – COMUNIDADES DE JUSANTE

1. Nome _____
 completo: _____

2. Endereço para correspondência: _____

3. Telefones: Fixo:(_____) Celular: (_____) Favor: (_____)

4. Tempo de residência nesta comunidade (anos):

5. Trabalha em propriedade rural? Sim Não

6. Se trabalha, em que condição? (empregado, proprietário, ocupante, área cedida, etc.) _____

7. Qual a área desta propriedade? Área: Medida em (ha, alqueire)

8. Distribuição da área em:

Ocupação da área	Área (ou % da área total)	Principais produtos
Floresta		
Culturas em terras altas		
Culturas em várzeas		
Pomar (frutas)		
Pastos		
Terras sem uso (desmatada)		

9. Principais produtos coletados

Produto	Produção última safra (medida)	Produto	Produção última safra (medida)
1.		4.	
2.		5.	
3.		6.	

10. Principais produtos cultivados

Produto	Local de plantio (terra alta ou várzea)	Área plantada	Medida	Produção	Medida

11. Principais produtos processados (farinha, queijo, doces, etc.)

Produto	Quantidade produzida (medida)	Produto	Quantidade produzida (medida)
1.		4.	
2.		5.	
3.		6.	

12. Principais rebanhos

Rebanhos	Número de cabeças	Rebanhos	Número de cabeças
1.		4.	
2.		5.	
3.		6.	

13. Comercializa a produção agropecuária? Sim Não

14. Se comercializa, para quem vende? Local: _____

14. Meio de transporte para a produção: _____

15. Utiliza assistência técnica? Sim Não

16. Se utiliza, qual instituição? _____ Local: _____

17. Pertence a alguma cooperativa ou associação? Sim Não

18. Se pertence, qual? _____ Local: _____

19. Principais vantagens da comunidade:

20. Principais problemas da comunidade:

INFORMAÇÕES SOBRE OS MORADORES NO DOMICÍLIO (Inclusive os temporariamente ausentes no momento)

Nº	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando? (E)	Escolaridade (F)	Está trabalhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situação Ocupacional (I)	Setor de atividade (J)	Nome da empresa (K)	Rendimento mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

A – NOME	C - SEXO	F - ESCOLARIDADE	H – PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	J – SETOR DE ATIVIDADE
Anotar o nome dos moradores	1. Masculino	0 – Não estudou ou só assina o nome	Anotar a informação declarada	1. Indústria (fábrica)
(checar com número de residentes)	2. Feminino	Anotar o último ano de estudo		2. Construção Civil
		concluído fazendo combinações	I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL	3. Comércio (vendas)
B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA	D - IDADE	de grau e série da seguinte forma:	1. Proprietário de estabelecimento	4. Transporte (motorista, carregador)
1. Chefe da família	0 - Menos de 1 ano	11 – 1ª série do primeiro grau	(indústria, comércio ou serviços)	5. Serviços públicos
2. Esposo (a), Companheiro (a)	1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses	12 – 2ª série do primeiro grau ...	2. Autônomo	6. Outros serviços (bares, hotéis
3. Filho (a)	2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses	18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série)	3. Funcionário público	restaurantes, oficinas mecânicas,
4. Genro/nora	... Usar idade completa (anos)	21 - 1ª série do segundo grau	4. Empregado com carteira assinada	salão de beleza, etc.)
5. Neto (a)		31 - 1ª série do terceiro grau	5. Empregado sem carteira assinada	7. Outras atividades. Especificar:
6. Outro parente	E – ESTÁ ESTUDANDO?	40 – Pós graduação	6. Diarista (recebe o dia trabalhado)	_____
7. Agregado	1. Sim 2. Não	50 – Outro – Especificar: _____	7. Faz bico, biscates (free-lancer)	8. Não trabalha ou não está
8. Empregado			8. Procura trabalho (desempregado)	trabalhando no momento
9. Mora sozinho			9. Aposentado, pensionista	
	G – ESTÁ TRABALHANDO?		10. Dona de casa	K – Nome da empresa
	1. Sim 2. Não		11. Estudante	Anotar a informação declarada
			12. Outro. Especificar: _____	L – Rendimento mensal
			Anotar a informação declarada	Anotar a informação declarada

INFORMAÇÕES SOBRE A MORADIA E O SANEAMENTO BÁSICO

13 – Tempo de moradia nesta casa (anos)

14 – Característica do local de ocupação

Códigos: 1 – Parcelamento regular – lote individual 2 – Parcelamento regular – lote coletivo 3 – Área de ocupação informal 4 – Área rural 5 - Outra

15 – Característica do sítio:

Códigos: 1 – Impróprio – faixa de proteção de curso d'água 2 – Impróprio – vegetação 3 – Impróprio – declividade/erosão 4 - Impróprio – área alagadiça 5 – Próprio para ocupação

16 – Infra-estrutura urbana e de serviços disponível (marcar com X):

1 – Pavimentação da rua 2 - Iluminação Pública Arborização na rua

17 – Tipologia da habitação (marcar com X):

1 - Unifamiliar 2 – Multifamiliar horizontal 3 - Multifamiliar vertical

18 – Número de pessoas que residem no domicílio:

19 – Número de cômodos no domicílio:

20 – Número de quartos no domicílio:

21 – Abastecimento de água (marcar com X):

1 – Rede geral 2 – Poço ou nascente individual 2 – Poço ou nascente coletivo 4 - Outro

22 – Instalação sanitária (marcar com X):

1 – Banheiro interno 2 – Banheiro externo 3 - Sem instalação

23 – Esgotamento sanitário (marcar com X):

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

- 1 – Fossa séptica individual 2 – Fossa séptica coletiva 3 – Fossa rudimentar 4- Vala 5- Outro

24 – Destino do lixo (marcar com X):

- 1 – Coletado 2 - Queimado 3 - Enterrado 4 – Terreno baldio 5-Curso d'água 6- Outro

25 – Material das paredes:

- 1 - Alvenaria 2 – Madeira 3 - Pau-a-pique 4 - Adobe 5 – Outros (especificar)

26 – Material da Cobertura:

- 1 – Cerâmica 2 – Amianto 3 - Laje 4 - Palha 5 – Outros (especificar)

27 – Condição da ocupação:

- 1 – Própria quitada 2 – Própria em pagamento 3 - Alugada 4 - Cedida 5 – Outra (especificar)

28 – Valor do aluguel (para aqueles que moram em casa alugada)

ANEXO IV
COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
Questionário: _____

COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

1. Nome da comunidade: _____

2. Margem: _____ Distância à sede do município:
Localização: _____
o: _____

3. Nome da associação: _____

4. Nome entrevistado: _____

5. Cargo na associação: _____

6. Ocupação: _____ 7. Local de trabalho: _____
o: _____

7. Endereço para correspondência: _____

8. Telefones Fixo:() Celular: () Favor: ()

9. Número de famílias residentes:

10. Número de pessoas residentes (aproximado):

10. Principais atividades desenvolvidas pelos moradores

Ocupação	Número de pessoas
a - Produtores na coleta de produtos florestais (açai, sementes, castanha, etc.)	
b - Produtores de feijão, arroz, milho e outros produtos em terras altas	
c - Produtores de hortaliças, legumes e outros produtos em terras de várzea	
d - Pesca comercial (para venda do peixe em Porto Velho ou outro mercado)	
e - Pesca para alimentação da família	
f - Servidores públicos (professores, agente de saúde, e outras contratadas pelo governo)	
g - Processamento de frutas	
h - Fabricação de farinha	

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

i - Artesanato	
j -	
K -	
l -	
M -	
N -	
O -	
P -	
r -	
S -	
t -	

11. Número de propriedades rurais existentes:

12. Área total aproximada das culturas existentes:

Principais culturas existentes na comunidade (fazer soma aproximada da área de todos os produtores rurais pertencentes à comunidade)	Área	
	Quantidade	Medida
A – Terras altas		
a - Mandioca		
b - Milho		
c - Feijão		
d – Frutas (banana, caju, mamão, etc.		
e -		
f -		
B – Terras de várzeas		
a - Mandioca		
b - Tomate		
c - Pimentão		
d – Quiabo		
e - Feijão		
f - Milho		
g – Hortaliças		
h - Legumes		
i -		

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

j-		
----	--	--

13. Média de peixe pescado (fora da _____ quilos época do defeso):

14 – Serviços existentes na comunidade (responder Sim ou Não e comentar sobre problemas específicos, caso existam)

Serviços públicos	Existe? Sim/Não	Comentário
a – Água tratada		
b – Posto de saúde		
c – Escola de primeiro grau		
d - Coleta de lixo		
e - Telefone		
f -		
g -		
h -		

Observação: Comparar com o entrevistados os dados coletados nesse ano com o do ano passado e, a seguir, comentar as principais alterações percebidas

COMENTÁRIOS DO ENTREVISTADO SOBRE AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMUNIDADE ENTRE ESSE E O ÚLTIMO ANO

15. Alterações no número de famílias e pessoas residentes:

16. Alterações nas atividades desenvolvidas pelos residentes:

17. Alterações nas áreas de cultura em terras altas:

18. Alterações nas áreas de cultura em terras de várzea:

18. Alterações nos serviços públicos:

18. Outras alterações:

ANEXO V
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	ANO 1												ANO 2												ANO 3												ANO 4												ANO 5												ANO 6												ANO 7												ANO 8											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94		
AHE Santo Antônio Cronograma de Atividades MARCOS DE CONSTRUÇÃO																																																																																																
Assinatura do Contrato de Concessão de Geração de Energia																																																																																																
Processo de Obtenção da LI																																																																																																
Mobilização / Desmobilização - Construção e Montagem do Empreendimento																																																																																																
Sistema de Traversia do Rio Madeira e Infraestrutura de ME e MD																																																																																																
Canteiro e Obras Civis																																																																																																
Escarpação Subaquática																																																																																																
Obras no Leito do Rio																																																																																																
Desvio do Rio																																																																																																
Obras da Margem Direita																																																																																																
Processo de Obtenção da LO																																																																																																
Enchimento do Reservatório																																																																																																
PROMETO BÁSICO AMBIENTAL																																																																																																
2 Programa Ambiental para Construção - PAC																																																																																																
3 Programa de Monitoramento do Lençol Freático																																																																																																
4 Programa de Monitoramento Sismológico																																																																																																
5 Programa de Monitoramento Climatológico																																																																																																
6 Programa de Monitoramento Hidrosedimentológico																																																																																																
7 Programa de Monitoramento do Hidrobiológico																																																																																																
8 Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira																																																																																																
9 Programa de Preservação do Patrimônio Paleontológico																																																																																																
10 Programa de Monitoramento Limnológico																																																																																																
11 Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas																																																																																																
12 Programa de Conservação da Flora																																																																																																
13 Programa de Desmatamento da Área de Interferência Direta																																																																																																
14 Programa de Conservação da Fauna																																																																																																
15 Programa de Acompanhamento de Atividades de Desmatamento e Resgate da Fauna em Áreas Diretamente Afetadas																																																																																																
16 Programa de Conservação da Ictiofauna																																																																																																
17 Programa de Compensação Ambiental																																																																																																
18 Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental																																																																																																
19 Programa de Saúde Pública																																																																																																
20 Programa de Apoio às Comunidades Indígenas																																																																																																
21 Programas Relacionados ao Patrimônio Arqueológico, Pré-Histórico e Histórico																																																																																																
22 Programa de Remanejamento da População Afetada																																																																																																
23 Programa de Ações à Jusante																																																																																																
23.1 Subprograma de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas																																																																																																
a) Implantação das Unidades de Processamento (Agro-Indústrias)																																																																																																
b) Implantação das Medidas de Apoio à Atividade Piscicultura																																																																																																
c) Monitoramento das Águas																																																																																																
d) Elaboração de Relatórios																																																																																																
23.2 Subprograma de Monitoramento das Atividades de Jusante																																																																																																
a) Mobilização de Equipes e Instrumentos																																																																																																
b) Aplicação de Questionários / Realização de Entrevistas																																																																																																
c) Processamento e Análise dos Dados Coletados																																																																																																
d) Elaboração de Relatórios																																																																																																
24 Programa de Recuperação da Infra-Estrutura Afetada																																																																																																
25 Programa de Compensação Social																																																																																																
26 Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório																																																																																																
27 Programa de Apoio às Atividades de Lazer e Turismo																																																																																																

Módulo 2

Programa Revisado, de 18/07/2008

Projeto Básico Ambiental AHE Santo Antonio

SEÇÃO 23 PROGRAMA DE AÇÕES A JUSANTE

1	Motivada por ofício: 392/2008 – DILIC/IBAMA, de 05/06/08	18/07/2008		
0	Emissão inicial	13/02/2008		
REV	Descrição	Data	Elaborado	Revisado

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. SUBPROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS VÁRZEAS	3
2.1 Justificativa.....	3
2.2 Objetivos	4
2.3 Metas / Resultados Esperados	5
2.4 Procedimentos / Metodologia.....	5
2.5 Responsabilidades.....	7
2.6 Relatórios / Produtos.....	9
2.7 Cronograma	9
2.8 Interfaces entre Programas.....	10
3. SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DE JUSANTE	10
3.1 Justificativa.....	10
3.2 Objetivos	10
3.3 Resultados esperados.....	11
3.4 Procedimentos / Metodologia.....	11
3.5 Responsabilidades.....	12
3.6 Relatórios / Produtos.....	12
3.7 Cronograma	12
3.8 Interfaces entre Programas.....	12
4. BIBLIOGRAFIA	13
5. ANEXOS.....	13

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Ações a Jusante faz parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio – AHE Santo Antônio, que subsidiará a solicitação da Licença de instalação deste empreendimento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Este programa foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental - EIA (Leme Engenharia, 2005) dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, tendo sido referendado pela Licença Prévia Nº 251/2007 concedida pelo IBAMA.

O Programa de Ações a Jusante, apresentado nos estudos ambientais desenvolvidos para o EIA/RIMA do AHE Santo Antônio, propõe medidas de acompanhamento das atividades agrícolas e de lazer desenvolvidas nas várzeas formadas pelo rio Madeira e seus afluentes, a jusante do empreendimento, com o objetivo de identificar mudanças para essas atividades, durante e após a construção do empreendimento. Simultaneamente ao monitoramento, o programa estabelece a implantação de ações de apoio à população residente na área, facilitando a readaptação dos trabalhadores a outras formas de atividades, caso as atuais praticadas sejam comprometidas.

Como mostra a Figura 1¹, a área de jusante do AHE Santo Antonio é composta por dois segmentos distintos. O primeiro está localizado no perímetro urbano da cidade de Porto Velho, mais próximo ao eixo do empreendimento, enquanto o segundo abrange áreas rurais e urbanas, situadas nas duas margens do Rio Madeira, no trecho que vai da cidade de Porto Velho até a divisa do município (e de Rondônia) com o estado do Amazonas.

Atendendo ao especificado no EIA e a solicitação do IBAMA – Pedido de Complementação e Adequação dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental dos AHEs Santo Antônio e Jirau, esse Programa de Ações a Jusante apresenta o detalhamento das medidas recomendadas, contemplando as regiões inseridas no segundo trecho de jusante, formado por vários aglomerados rurais e pelas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos. As áreas de jusante localizadas no núcleo urbano de Porto Velho serão consideradas no programa de compensação social.

Serão apresentados dois subprogramas: o primeiro propõe medidas de apoio as atividades desenvolvidas nas várzeas e a implantação de opções de trabalho e renda para a população residente naquela região, enquanto o segundo está voltado para as ações de monitoramento do comportamento das várzeas formadas pelo rio Madeira, durante e após a implantação do AHE Santo Antônio.

¹ A Figura 1 mostra a área de jusante do AHE Santo Antônio subdividida segundo os setores censitários do IBGE, unidades adotadas pela pesquisa amostral realizada para a elaboração do EIA.

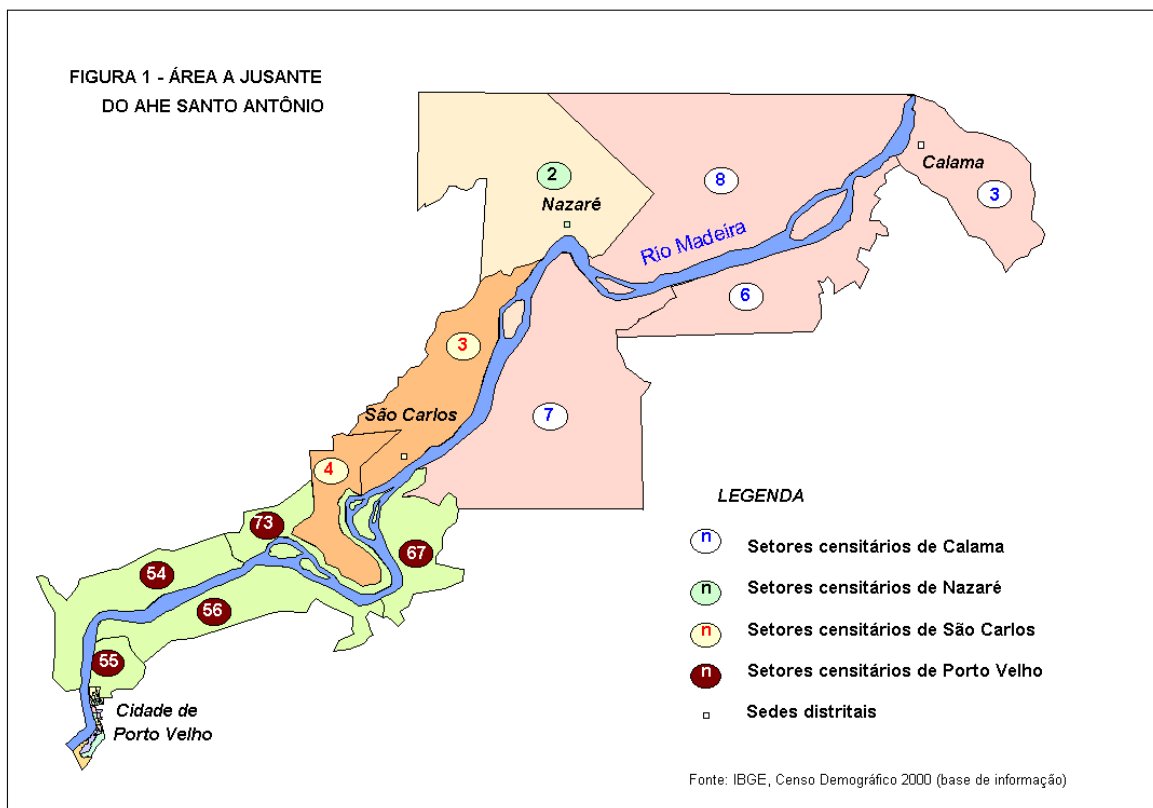


Figura 1 – Área de Jusante do AHE Santo Antônio

2. SUBPROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS VÁRZEAS

Para a elaboração do subprograma de apoio as atividades desenvolvidas nas várzeas foram consideradas, inicialmente, as propostas apresentadas pelas comunidades localizadas a jusante do AHE Santo Antônio, por ocasião das reuniões participativas promovidas pelo Consórcio Furnas Centrais Elétricas S.A e Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Após a obtenção da Licença Prévia foram realizadas várias reuniões com lideranças e representantes dos moradores das comunidades da região de jusante, com o intuito de atualizar informações, discutir, detalhar, consolidar as propostas levantadas naquela etapa e definir diretrizes para o detalhamento desse Subprograma de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas.

2.1 Justificativa

As comunidades da região de jusante, localizadas próximo aos cursos d'água, são constituídas quase sempre por um pequeno comércio, escola e igreja (quando existentes) e um conjunto de casas; algumas, entretanto, não possuem qualquer infra-estrutura, fazendo com que seus moradores busquem os equipamentos sociais existentes em outras localidades. Elas passam, então, a exercer o papel de núcleo polarizador, como ocorre com Cujubim Grande que, apesar de não ser sede distrital, conta com melhores equipamentos públicos.

Como mostra a Figura 2, Anexo 1, essas comunidades ribeirinhas estão distribuídas conforme apresentadas a seguir.

- **Área Rural de Porto Velho:** Belmonte, Porto Chuelo, Cujubim Grande, Ueporanga, Cujubinzinho, Ilha do Tamanduá, Aliança, Nova Aliança, Ilha dos Veados, Ilha do Jamarizinho, Ilha dos Mutuns, São José da Praia, Itacoã, Pau D'Alho, Santo Expedito, Niterói, Igarapé Jatuarana, Maravilha, São Sebastião, Bom Jardim, Mutuns, São Miguel, Silveira, Bom Será, Bom Serazinho, Brasileiras, Ilha Sobral, Monte Belo e Engenho Velho;
- **Distrito de Nazaré:** Nazaré, Boa Vitória, Boa Hora, Curicacas, Nazaré, Prainha e Ponta Grossa;
- **Distrito de São Carlos:** São Carlos, Primor, Terra Caída, Santo Antonio, Santa Luzia, Ilha Canarana, Canarana, Lago do Cuniã, Prosperidade e Ilha dos Periquitos;
- **Distrito de Calama:** Calama, Papagaios, Conceição da Galera, Ilha Assunção, Ilha Nova, Vista Alegre, Firmeza, São Vicente, Santa Rosa, Espírito Santo, Demarcação, Mururé, Ilha dos Maruins, Ressaca, Nova Esperança, Tira Fogo, Boa Hora, Ilha Iracema, Santa Catarina, Bomfim, Laranjal, Pombal, Guarani, Fortaleza, Aliança do Rio Preto, Gleba do Rio Preto e Mayaci.

A população residente na região considerada é constituída por cerca de 1.350 famílias e está mais concentrada na margem esquerda do Rio Madeira. Apresenta uma alta proporção de crianças e jovens de idade até 19 anos, o que faz supor que pessoas acima dessa faixa etária costumam migrar para outros locais, em busca de oportunidades de trabalho.

Essas famílias vivem predominantemente da pesca, do extrativismo (vegetal e mineral), da agricultura de terra firme e de várzeas. De acordo com resultados da pesquisa amostral, realizada para o EIA/RIMA, a principal utilização econômica das terras está voltada para as atividades agropecuárias e extrativas, com maior ênfase na agricultura. Entre os produtos cultivados nas várzeas, predominam a mandioca, o feijão e o milho, ao lado de outros produtos da horticultura ou das culturas temporárias de ciclo curto. Nas terras firmes são produzidos, principalmente, a mandioca, o milho e um conjunto de frutíferas, tais como banana, cupuaçu, laranja, manga, coco pupunha e açaí.

Ao lado da agricultura, a exploração extrativa e a atividade pesqueira são praticadas pelos produtores das comunidades ribeirinhas que, assim, sobrevivem ou complementam sua renda de forma diferenciada ao longo do ano (safra do açaí, safra agrícola, época do defeso etc.). A região é rica em espécies frutíferas (cajá, bacaba, açaí, graviola, cupuaçu, camucã) e oleaginosas (babaçu, mururu) que podem ser exploradas economicamente, sendo o açaí o principal produto derivado da extração vegetal encontrado nas propriedades. A pesca é praticada por um número significativo dos moradores, tanto para venda no mercado como para consumo da família.

O escoamento da produção é feito geralmente por barcos. A comercialização é realizada por “atravessadores” ou na cidade de Porto Velho e, em menor escala, através de comerciantes de Humaitá (Amazonas) ou do Programa Fome Zero. De acordo com informações dos produtores, ou eles ficam na dependência dos valores oferecidos pelos “atravessadores” ou têm que transportar os produtos, via Rio Madeira, até Porto Velho. Como a viagem é longa e os barcos não oferecem um sistema apropriado de transporte, muitas vezes os produtos já chegam estragados ao mercado, o que contribui para a perda de qualidade e a queda do preço de venda. Os barcos particulares não trafegam todos os dias, cobram pelo transporte das mercadorias e pela passagem do produtor (em valores considerados caros pela maioria dos entrevistados). Atualmente, a Prefeitura Municipal disponibiliza um barco para os moradores da área de jusante levarem gratuitamente sua produção para venda na cidade de Porto Velho, mas ele circula somente de 15 em 15 dias e não pára em todas as comunidades da região.

Além da inexistência de transporte adequado, os produtores e pescadores enfrentam outros problemas, como o fato de não disporem de locais apropriados (como câmaras frias) para estocagem e conservação dos produtos e do pescado que poderiam, inclusive, ser vendidos na entressafra com preços melhores que os obtidos. Dessa forma, os produtores se mostram desestimulados a aumentar o plantio e a produção.

Considerando a importância dessas atividades para os moradores das várias comunidades ribeirinhas da área de jusante do AHE Santo Antônio, este programa propõe a implantação de medidas de apoio às atividades hoje desenvolvidas e a criação de novas opções de trabalho e renda para os produtores, através de incentivo a produção e da implantação de condições para a comercialização dos produtos.

2.2 Objetivos

Os objetivos do Subprograma de Apoio as Atividades Desenvolvidas nas Várzeas do Rio Madeira e seus afluentes são:

- Gerar oportunidades de trabalho e renda para os produtores rurais, pescadores e população residente nas comunidades ribeirinhas;

- Contribuir para fixar a população na área rural, especialmente os jovens, reduzindo a migração para as cidades, principalmente Porto Velho;
- Criar condições para o aproveitamento e a exploração sustentável das potencialidades dos recursos naturais locais, conciliando essa exploração com a preservação e conservação dos mesmos recursos;
- Contribuir para implantar alternativas de produção em diferentes épocas do ano e para o aumento da renda das famílias residentes;
- Incentivar a produção e criar melhores condições para a comercialização, agregando valor aos produtos locais;
- Aumentar o poder de competitividade dos produtores locais e o alcance de novos mercados;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e dos trabalhadores das comunidades ribeirinhas da área de jusante do AHE Santo Antônio.

2.3 Metas / Resultados Esperados

O resultado esperado com a implantação das medidas propostas é criar opções de trabalho e renda para a população residente na área de jusante do AHE Santo Antônio, através da criação de infra-estrutura para armazenamento, beneficiamento e transporte do pescado, de frutas regionais e de palmáceas nativas. Para tanto, serão instaladas câmaras frias e túnel de congelamento de polpa de frutas; unidades de processamento de frutas; câmara frigorífica para armazenamento do pescado; unidade industrial para extração e armazenamento de óleo de palmáceas nativas; fábrica de doces de frutas regionais. Também serão adquiridos barcos para transporte da polpa de frutas e do pescado, bem como tratores para transporte das frutas e palmáceas.

2.4 Procedimentos / Metodologia

Os procedimentos metodológicos a serem adotados visam o fomento das atividades desenvolvidas pelos produtores e pescadores das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira e seus afluentes, através do incentivo à produção e exploração sustentável das frutas e das palmáceas existentes na floresta, do apoio a atividade pesqueira e da criação de condições de armazenamento e transporte dos produtos para comercialização. Para tanto, propõem-se as medidas detalhadas a seguir.

2.4.1 Implantação de agroindústria de beneficiamento de frutas regionais

Os moradores do médio e baixo rio Madeira tradicionalmente trabalham com extrativismo de frutas regionais tais como cupuaçu, açaí, graviola, bacaba, cajá, abacaxi, manga, acerola, camacumã, melancia e outras. As frutas vendidas *in natura*, além de estragar rapidamente (o fruto do açaí dura, no máximo, 24 horas), são vendidas por preços menores do que se forem beneficiadas. Por falta de alternativa, os produtores se sentem obrigados a vender para “atravessadores” ou a arriscar-se a perder a produção, devido as dificuldades para transportá-las até o mercado consumidor.

Para o apoio dessa atividade desenvolvida pela população, serão efetivadas as ações apresentadas a seguir.

- Implantação de unidades de processamento de frutas, num total de 04 unidades, instaladas nas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos e em Cujubim Grande, que funciona como pólo de outras comunidades localizadas no seu entorno. Esse beneficiamento agregará valor ao produto, permitirá a comercialização mesmo em épocas de entressafra (por exemplo, a safra do açaí vai somente de dezembro a maio) e a ocupação de novos mercados;
- Instalação de uma câmara fria e túnel de congelamento de polpa de frutas, com capacidade de estocagem de, no mínimo, 60 toneladas, que ficará instalada na comunidade de Sobral (distrito de São Carlos), na margem direita do rio Madeira. Justifica-se a escolha do local por estar a meio caminho entre a última comunidade de jusante (Calama) e a cidade de Porto Velho e por ser a única estrada de terra que faz a ligação da região do médio e baixo rio Madeira com a sede do município. A função dessa câmara fria é estocar a polpa de frutas produzida pelos moradores de todas as comunidades, aguardando para ser transportada para comercialização;
- Aquisição de 01 barco, contendo despoldadeira e câmara fria com capacidade de até 10 toneladas, para transporte da polpa de frutas das unidades até a câmara instalada em Sobral. Esse barco, medindo cerca de 20 metros, descerá o rio Madeira até a comunidade de Calama e voltará depois para a cidade de Porto Velho, passando pelos locais onde estão localizadas as outras três unidades (Nazaré, São Carlos e Cujubim Grande) e servirá também para o transporte de outras mercadorias produzidas nas comunidades. A periodicidade das viagens será definida pela população, dependendo da safra dos produtos e/ou de outras necessidades;
- Instalação de 01 fábrica de doces de frutas regionais em Cujubim Grande. A implantação da fábrica nessa comunidade se justifica pela localização estratégica, mais próxima e ligada por estrada a cidade de Porto Velho, além de polarizar grande número de comunidades do entorno.

Pretende-se, dessa forma, que os produtores e extrativistas do médio e baixo rio Madeira tenham oportunidade de aproveitamento das frutas regionais, tanto através da fabricação de doces (compotas, geléias, doces cristalizados e outros) quanto através da produção de polpas.

2.4.2 Implantação de agroindústria de extração de óleo de palmáceas nativas

Para apoio da implantação de agroindústria de extração de óleo de palmáceas nativas, estão previstas as medidas a seguir apresentadas.

- Instalação de 01 unidade industrial para extração e armazenamento do óleo de palmáceas nativas, localizada na sede do distrito de Calama, onde já está sendo criada uma cooperativa voltada para a comercialização de produtos regionais, a Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do Rio Madeira – COOPEBRIMA. De acordo com o zoneamento sócio-ambiental de Rondônia, a região está localizada em área de exploração vegetal (2.1), rica em florestas com várias espécies de palmáceas, como babaçu, murumuru, uricuri, copaíba, buriti, andiroba etc. Ao lado da extração do óleo, as palmáceas poderão ser aproveitadas para outros fins, como artesanato, farelo para alimentação animal, carvão vegetal para indústrias siderúrgicas etc. Ressalta-se que a safra de algumas (exemplo do babaçu) ocorre na época do defeso, quando os pescadores estão impedidos de exercer sua atividade e os barcos que transportam peixes estão parados. Dessa forma, serão criados postos de trabalho para os colhedores extrativistas e para os barqueiros, além do pessoal que irá trabalhar na indústria de extração de óleo.

Essa unidade de extração de óleo de palmáceas será formada por 01 galpão para coleta, classificação e processamento dos produtos e 01 unidade de armazenamento, com capacidade para 50.000 litros de óleo. Serão instaladas máquinas para quebrar, despolpar, moer, prensar os frutos e para filtrar o óleo.

- Aquisição de 05 pequenos tratores que servirão tanto para o transporte das palmáceas quanto das frutas até as unidades de beneficiamento, uma vez que o extrativismo requer a cobertura de grandes distâncias, o que dificulta o transporte de grandes volumes pelos próprios trabalhadores. Dois desses tratores ficarão em Calama (onde estão localizadas as unidades de beneficiamento de frutas e de palmáceas) e os demais, nas comunidades de Nazaré, São Carlos e Cujubim Grande.

2.4.3 Implantação de ações de apoio a atividade pesqueira

O apoio à atividade pesqueira desenvolvida na área de jusante prevê as ações que se seguem.

- Instalação de 04 câmaras frigoríficas para estocagem do pescado, cada uma delas com capacidade de até 20 toneladas. Essas câmaras atenderão a todos os pescadores do médio e baixo rio Madeira e serão instaladas nas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos, bem como na comunidade de Cujubim Grande, servindo para armazenar os peixes até o transporte para comercialização na cidade de Porto Velho;
- Reativação do terminal pesqueiro existente na Colônia de Pescadores Z1- Tenente Santana, na cidade de Porto Velho, o que permitirá a estocagem e o processamento do pescado para venda na época da entressafra, com melhores preços e com possibilidade de comercialização para outros mercados;
- Aquisição de 01 barco, contendo caixa térmica com capacidade de até 20 toneladas, para transporte do pescado estocado nas câmaras frias localizadas nas comunidades de Calama, Nazaré e São Carlos até o terminal pesqueiro, na Colônia de Pescadores Z-1, em Porto Velho.

2.5 Responsabilidades

O empreendedor será responsável pela implantação das medidas de apoio as atividades desenvolvidas nas várzeas e áreas ribeirinhas do rio Madeira e seus afluentes, propostas neste subprograma.

- Dessa forma, deverá arcar com os custos financeiros destinados a aquisição de:
 - 04 unidades de processamento de frutas;
 - 01 câmara fria para armazenamento da polpa das frutas;
 - maquinário para fabricação de doces de frutas regionais;
 - maquinário destinado a extração e armazenamento do óleo das palmáceas nativas;
 - 04 câmaras de congelamento do pescado;
 - 02 barcos para transporte da polpa e do pescado;
 - 05 tratores para transporte dos produtos extraídos da floresta.

- Outra responsabilidade do empreendedor será a assinatura de convênios e estabelecimento de parcerias com empresas e instituições de assistência técnica, para diversificação / ampliação das atividades desenvolvidas pelos produtores e busca de linhas de crédito e financiamento. Entre essas várias empresas e instituições estão:
 - Banco do Brasil;
 - Banco da Amazônia;
 - EMATER;
 - EMBRAPA;
 - IBAMA;
 - Secretaria Municipal de Agricultura ;
 - Secretaria Estadual da Agricultura;
 - Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
 - Rede de Tecnologia Social – RTS;
 - REDE GTA;
 - Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e Economia Solidária -ADA AÇAÍ;
- Para garantir melhor desempenho na gestão desses empreendimentos, o empreendedor estabelecerá parceria e ajustamento de convênios com entidades voltadas para treinamento e capacitação técnica dos produtores e lideranças, conforme definido no Subprograma de Qualificação da População, que compõe este PBA;
- Considerando que a existência de água potável e de energia elétrica são pressupostos para o beneficiamento, o armazenamento das frutas e a extração do óleo das palmáceas, o empreendedor deverá buscar parcerias e assinatura de convênios com as concessionárias desses serviços públicos, visando a sua implantação e/ou adequação nas comunidades localizadas na área de jusante do AHE Santo Antonio e, principalmente, nos locais onde forem implantados os equipamentos;
- A implantação das medidas propostas deverá ser monitorada através de indicadores que permitam a avaliação dos resultados obtidos, de forma a observar a eficácia das ações desenvolvidas. Cabe também ao empreendedor a responsabilidade pela citada ação. Para tanto, contratará serviços de consultoria técnica.
- A Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do Rio Madeira – COOPEBRIMA, sediada no distrito de Calama, e a Cooperativa de Produção Orgânica, com sede em Cujubim Grande, serão as responsáveis pela gestão das unidades de agroindústria de beneficiamento de frutas regionais e de extração de óleo das palmáceas nativas, bem como pelo barco para transporte de polpas, em parceria com as associações existentes na região e com o Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira – CONACOBAM;
- O gerenciamento das câmaras frigoríficas e do barco para transporte do pescado estará sob a responsabilidade da Associação de Pescadores de Calama - ASPECAL, em parceria com as demais associações de pescadores existentes na região, com a Colônia de Pescadores Z-1 Tenente Santana e com o Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira – CONACOBAM;

- Como contrapartida, as comunidades beneficiadas pelas medidas propostas ficarão responsáveis pela doação de terrenos para instalação, bem como pela construção das unidades de processamento e armazenamento de frutas e palmáceas e armazenamento do pescado. Todas as despesas necessárias para o funcionamento dessas unidades e dos barcos de transporte dos produtos (consumo de energia elétrica e combustível, entre outros) ficarão por conta das cooperativas e seus cooperados;

2.6 Relatórios / Produtos

Os dados obtidos através da realização de entrevistas, pesquisas e demais ações descritas serão processados, analisados e consolidados para elaboração de relatórios semestrais. O primeiro deverá ser apresentado 03 (três) meses antes do início da construção do empreendimento.

O empreendedor divulgará periodicamente as informações obtidas para o público alvo deste subprograma e para demais pessoas/grupos interessados, através de boletins e outras publicações produzidas pela equipe de Comunicação Social e Educação Ambiental.

2.7 Cronograma

Os períodos previstos para implementação das ações propostas estão abaixo discriminados.

- Implantação das unidades de processamento e armazenamento das frutas e extração de óleo das palmáceas:
 - As ações efetivas para implantação das unidades de processamento e armazenamento deverão ser iniciadas 03 meses antes de começarem as obras para construção do AHE Santo Antônio. Recomenda-se que todas as ações dessa etapa (reuniões para negociações e estabelecimento de parcerias e ajustamento de convênios, repasse de recursos para contratação de profissional técnico, início de construção, aquisição de máquinas e equipamentos, cursos de capacitação, entre outros) estejam concluídas ao final de 01 ano;
- Implantação das medidas de apoio a atividade pesqueira:
 - A implantação das ações de apoio a atividade pesqueira também deverá ser iniciada 03 meses antes de começarem as obras para construção do AHE Santo Antônio e concluída ao final de 01 ano. Nesse período, serão feitas reuniões para negociações e estabelecimento de parcerias e ajustamento de convênios, início de construção, aquisição das câmaras frigoríficas e outros equipamentos, além de cursos de capacitação, entre outros;
- Monitoramento das ações:
 - As medidas implantadas deverão ser monitoradas desde seu início, buscando avaliar os resultados obtidos e a eficácia das ações desenvolvidas. O monitoramento será realizado nos 05 primeiros anos de operação das unidades podendo, caso necessário, continuar para as atividades que apresentarem problemas de execução.

2.8 Interfaces entre Programas

- Programa de Compensação Social, em especial o Subprograma de Qualificação da População;
- Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental.

3. SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DE JUSANTE

Este subprograma contém o planejamento das ações já recomendadas nos Estudos de Impacto Ambiental de monitoramento das atividades desenvolvidas a jusante do AHE Santo Antônio, com o intuito de identificar alterações nelas ocorridas durante a construção do empreendimento e em um período posterior suficientemente longo para que se estabeleçam tendências de comportamento da região, após o início de operação da usina.

3.1 Justificativa

A população residente na área a jusante da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, nas várias reuniões, pesquisas e entrevistas aí realizadas, tem manifestado suas preocupações em relação a possíveis alterações no regime do rio Madeira e suas margens, em função da construção da usina. Apesar dos estudos realizados mostrarem que não se espera a ocorrência de tais alterações, é necessário que as variáveis sujeitas a possíveis mudanças sejam monitoradas, mesmo quando as possibilidades de ocorrência sejam remotas ou inexistentes. Além do levantamento e processamento das informações, seus resultados devem ser divulgados e apresentados aos interessados, de forma a tranquilizá-los quanto ao comportamento das variáveis monitoradas. Justifica-se, então, a formulação deste subprograma.

Do ponto de vista sócio-econômico, propõe-se dois grupos de atividades, desenvolvidas para atender a demanda da população. O primeiro é a consolidação dos resultados de outras pesquisas de monitoramento, principalmente nos temas do meio físico, e sua transformação em linguagem acessível para comunicação a população da área. O segundo é composto pelo levantamento, processamento e análise de um conjunto de dados sobre as atividades econômicas aí realizadas que, posteriormente, serão também divulgados para os interessados.

A divulgação de todas as informações disponíveis de interesse da população de jusante deverá ser realizada no âmbito do programa de comunicação social, enquanto a pesquisa sócio-econômica para monitoramento das atividades da população deverá ser desenvolvida no âmbito deste subprograma.

3.2 Objetivos

O objetivo do Subprograma de Monitoramento das Atividades a Jusante é desenvolver uma caracterização da população residente e das atividades econômicas desenvolvidas a jusante do AHE Santo Antônio, em um primeiro momento, e acompanhar as alterações ocorridas nas mesmas, durante e após a implantação do AHE Santo Antônio, procurando identificar as causas possíveis das alterações identificadas.

3.3 Resultados esperados

Os resultados esperados do monitoramento das atividades desenvolvidas a jusante é a identificação precisa das eventuais alterações ocorridas em variáveis selecionadas, bem como as principais causas dessas alterações.

3.4 Procedimentos / Metodologia

As atividades previstas neste subprograma abrangem toda a área ribeirinha a jusante da cidade de Porto Velho, até a divisa com o estado do Amazonas. A área a ser trabalhada, para análise dos dados secundários, deverá considerar os setores censitários do IBGE que têm como limite o rio Madeira, bem como as sedes dos distritos de São Carlos, Nazaré e Calama. Para as áreas rurais, serão consideradas as famílias pertencentes às comunidades ribeirinhas identificadas nos estudos ambientais.

Os procedimentos a serem adotados no âmbito deste subprograma estão mostrados a seguir.

- Caracterização da área a jusante do AHE Santo Antônio, no período anterior a construção, através das seguintes atividades:
 - Processamento dos dados da Contagem de População 2007 e identificação das taxas de crescimento da população entre 2000 e 2007, nos setores censitários considerados no diagnóstico da população apresentada nos Estudos de Impacto Ambiental;
 - Pesquisa direta em todas as comunidades contempladas, para levantamento de informações sobre o número de famílias residentes, número de propriedades rurais, atividades desenvolvidas, acesso aos serviços básicos e outras variáveis de interesse para caracterização da comunidade (ver modelo do questionário a ser utilizado - Anexo 02);
 - Pesquisa direta em amostra das famílias residentes nas comunidades incluídas na área considerada, para levantamento de informações sobre o seu acesso a serviços, atividades econômicas desenvolvidas, inclusive nas várzeas do rio Madeira, e comercialização da produção, entre outras (ver modelo do questionário a ser utilizado - Anexo 03);
- Identificação das alterações anuais ocorridas nas comunidades e nas famílias pesquisadas, procurando estabelecer suas causas, utilizando-se os seguintes instrumentos:
 - Pesquisa direta em todas as comunidades, procurando identificar as alterações anuais ocorridas no número de famílias residentes, nas atividades econômicas e na qualidade de vida de seus moradores (ver modelo do questionário a ser utilizado - Anexo 04);
 - Pesquisa direta nas mesmas famílias entrevistadas anteriormente, para identificação de possíveis alterações em suas atividades e causas possíveis dessas alterações (mesmo modelo de questionário). A amostra deverá ser reavaliada anualmente e complementada, na possibilidade de mudança das famílias entrevistadas para outras regiões;

- No ano de 2010, deverão ser processadas as informações do Censo Demográfico, procurando identificar as alterações ocorridas na dinâmica demográfica da região, no período 2000 a 2007 e 2010, e as possíveis causas dessas alterações;
- Entrevistas com lideranças nas comunidades e nas instituições públicas sediadas em Porto Velho que prestam serviços a essas comunidades, para identificação de possíveis causas de alterações identificadas e avaliação da abrangência dessas alterações, bem como sua área de ocorrência (todo o município ou somente a área a jusante do AHE Santo Antônio);
- Processamento e análise dos resultados das atividades desenvolvidas, que serão apresentadas em relatórios anuais, encaminhados à gerência ambiental do empreendimento.

3.5 Responsabilidades

A responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades recomendadas nesse subprograma é inteiramente do empreendedor que deverá contratar equipe técnica e responder por todos os custos de levantamento, processamento e análise das informações coletadas.

3.6 Relatórios / Produtos

Os relatórios a serem apresentados durante o período previsto para esse subprograma são:

- Primeiro relatório de caracterização da área antes do início das obras – 2008 - (t₀);
- Relatórios anuais, com caracterização, identificação de alterações e causas atribuídas as alterações identificadas no período de construção do empreendimento – 2008 a 2016;
- Relatórios anuais, com caracterização das comunidades e atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, alterações e causas das mesmas no período 2017 a 2020;
- Relatório final do subprograma, com análise final das atividades realizadas e justificativas para a conclusão (ou não) do processo de monitoramento.

3.7 Cronograma

Em cada ano, num total de 04 meses por ano, deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- Preparação das pesquisas a serem realizadas, envolvendo: mobilização de equipe, definição de instrumentos e da amostra de famílias a serem entrevistadas;
- Aplicação dos questionários e realização das entrevistas;
- Codificação, digitação, processamento e análise dos dados coletados;
- Redação e encaminhamento dos relatórios.

3.8 Interfaces entre Programas

Este subprograma apresenta uma relação direta com o Programa de Comunicação Social, que deverá divulgar para a população a jusante os resultados dos trabalhos realizados.

Relaciona-se também com o Programa de Compensação Social.

4. BIBLIOGRAFIA

FURNAS ODEBRECHT, LEME - Estudos de Impacto Ambiental – EIA Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira Tomo C – Análise Integrada Avaliação de Impactos Prognóstico e Programas Ambientais Capítulo II Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais.

FURNAS ODEBRECHT, LEME - Complementação e Adequação às Solicitações do IBAMA, Tomo E - Vol. 3/3 Meio Socioeconômico. Agosto de 2006;

FURNAS, ODEBRECHT, LEME - Estudos de Impacto Ambiental – EIA, Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, Tomo B – Diagnóstico Ambiental.

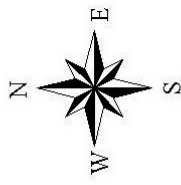
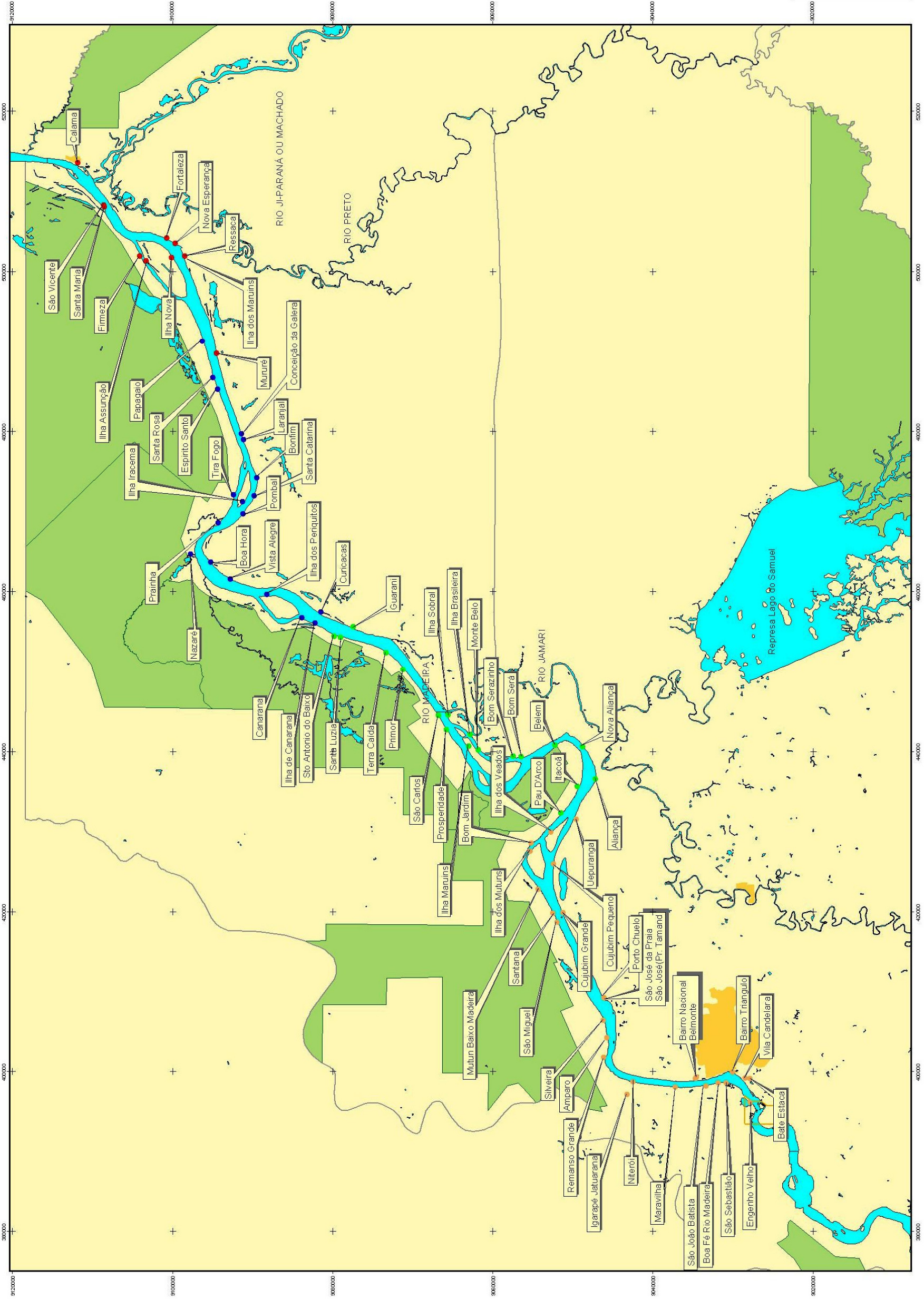
FURNAS, ODEBRECHT, MPS, MAYERHOFER & TOLEDO, CPPT CUNIÃ – Projeto Madeira, Processo Participativo, Consolidação de Propostas das Comunidades Localizadas a Jusante de Porto Velho.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/>

5. ANEXOS

ANEXO I

**COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA ÁREA DE JUSANTE CONTEMPLADA
NO PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS
VÁRZEAS (JUSANTE)**



ANEXO II
COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
 Questionário: _____

COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

1. Nome da comunidade: _____

2. Margem: _____ Distância à sede do município: _____
 Localização: _____
 o: _____

3. Nome da associação: _____

4. Nome entrevistado: _____

5. Cargo na associação: _____

6. Ocupação: _____ 7. Local de trabalho: _____
 o: _____

7. Endereço para correspondência: _____

8. Telefones Fixo:() Celular: () Favor: ()

9. Número de famílias residentes:

10. Número de pessoas residentes (aproximado):

10. Principais atividades desenvolvidas pelos moradores

Ocupação	Número aproximado de pessoas
a - Trabalhadores na coleta de produtos florestais (açai, sementes, castanha, etc.)	
b – Trabalhadores na produção de feijão, arroz, milho e outros produtos em terras altas	
c – Trabalhadores na produção de hortaliças, legumes e outros produtos em terras de várzea	
d – Trabalhadores na pesca comercial (para venda do peixe em Porto Velho ou outro mercado)	
e – Trabalhadores na pesca para alimentação da família	
f - Servidores públicos (professores, agente de saúde, e outras contratadas pelo governo)	

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

g – Trabalhadores no processamento de frutas para sucos e doces	
h – Trabalhadores na fabricação de farinha	
i - Trabalhadores em atividades artesanais	
j -	
K -	
l -	
M -	
N -	
O -	
P -	
r -	
S -	
t -	

11. Número de propriedades rurais existentes:

12. Área total aproximada das culturas existentes:

Principais culturas existentes na comunidade (fazer soma aproximada da área de todos os produtores rurais pertencentes à comunidade)	Área	
	Quantidade	Medida
A – Terras altas		
a - Mandioca		
b - Milho		
c - Feijão		
d – Frutas (banana, caju, mamão, etc.		
e -		
f -		
B – Terras de várzeas		
a - Mandioca		
b - Tomate		
c - Pimentão		
d – Quiabo		
e - Feijão		
f - Milho		
g – Hortaliças		

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

h - Legumes		
i -		
j -		

13. Média de peixe pescado (fora da _____ quilos época do defeso):

14 – Serviços existentes na comunidade (responder Sim ou Não e comentar sobre problemas específicos, caso existam)

Serviços públicos	Existe? Sim/Não	Comentário
a – Água tratada		
b – Posto de saúde		
c – Escola de primeiro grau		
d - Coleta de lixo		
e - Telefone		
f -		
g -		
h -		

ANEXO III

DOMICÍLIOS DA AMOSTRA – COMUNIDADES DE JUSANTE

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
 Questionário: _____

DOMICÍLIOS DA AMOSTRA – COMUNIDADES DE JUSANTE

1. Nome _____
 completo:

2. Endereço para correspondência: _____

3. Telefones: Fixo:(_____) Celular: (_____) Favor: (_____)

4. Tempo de residência nesta comunidade (anos):

5. Trabalha em propriedade rural? Sim Não

6. Se trabalha, em que condição? (empregado, proprietário, ocupante, área cedida, etc.) _____

7. Qual a área desta propriedade? Área: Medida em (ha, alqueire)

8. Distribuição da área em:

Ocupação da área	Área (ou % da área total)	Principais produtos
Floresta		
Culturas em terras altas		
Culturas em várzeas		
Pomar (frutas)		
Pastos		
Terras sem uso (desmatada)		

9. Principais produtos coletados

Produto	Produção última safra (medida)	Produto	Produção última safra (medida)
1.		4.	
2.		5.	
3.		6.	

10. Principais produtos cultivados

Produto	Local de plantio (terra alta ou várzea)	Área plantada	Medida	Produção	Medida

11. Principais produtos processados (farinha, queijo, doces, etc.)

Produto	Quantidade produzida (medida)	Produto	Quantidade produzida (medida)
1.		4.	
2.		5.	
3.		6.	

12. Principais rebanhos

Rebanhos	Número de cabeças	Rebanhos	Número de cabeças
1.		4.	
2.		5.	
3.		6.	

13. Comercializa a produção agropecuária? Sim Não

14. Se comercializa, para quem vende? Local: _____

14. Meio de transporte para a produção: _____

15. Utiliza assistência técnica? Sim Não

16. Se utiliza, qual instituição? _____ Local: _____

17. Pertence a alguma cooperativa ou associação? Sim Não

18. Se pertence, qual? _____ Local: _____

19. Principais vantagens da comunidade:

20. Principais problemas da comunidade:

INFORMAÇÕES SOBRE OS MORADORES NO DOMICÍLIO (Inclusive os temporariamente ausentes no momento)

Nº	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando? (E)	Escolaridade (F)	Está trabalhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situação Ocupacional (I)	Setor de atividade (J)	Nome da empresa (K)	Rendimento mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

A – NOME	C - SEXO		F - ESCOLARIDADE	H – PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	J – SETOR DE ATIVIDADE
Anotar o nome dos moradores	1. Masculino		0 – Não estudou ou só assina o nome	Anotar a informação declarada	1. Indústria (fábrica)
(checar com número de residentes)	2. Feminino		Anotar o último ano de estudo		2. Construção Civil
			concluído fazendo combinações	I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL	3. Comércio (vendas)
B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA	D - IDADE		de grau e série da seguinte forma:	1. Proprietário de estabelecimento	4. Transporte (motorista, carregador)
1. Chefe da família	0 - Menos de 1 ano		11 – 1ª série do primeiro grau	(indústria, comércio ou serviços)	5. Serviços públicos
2. Esposo (a), Companheiro (a)	1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses		12 – 2ª série do primeiro grau ...	2. Autônomo	6. Outros serviços (bares, hotéis
3. Filho (a)	2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses		18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série)	3. Funcionário público	restaurantes, oficinas mecânicas,
4. Genro/nora	... Usar idade completa (anos)		21 - 1ª série do segundo grau	4. Empregado com carteira assinada	salão de beleza, etc.)
5. Neto (a)			31 - 1ª série do terceiro grau	5. Empregado sem carteira assinada	7. Outras atividades. Especificar:
6. Outro parente	E – ESTÁ ESTUDANDO?		40 – Pós graduação	6. Diarista (recebe o dia trabalhado)	_____
7. Agregado	1. Sim	2. Não	50 – Outro – Especificar: _____	7. Faz bico, biscates (free-lancer)	8. Não trabalha ou não está
8. Empregado				8. Procura trabalho (desempregado)	trabalhando no momento
9. Mora sozinho				9. Aposentado, pensionista	
	G – ESTÁ TRABALHANDO?			10. Dona de casa	K – Nome da empresa
	1. Sim	2. Não		11. Estudante	Anotar a informação declarada
				12. Outro. Especificar: _____	L – Rendimento mensal
				Anotar a informação declarada	Anotar a informação declarada

INFORMAÇÕES SOBRE A MORADIA E O SANEAMENTO BÁSICO

13 – Tempo de moradia nesta casa (anos)

14 – Característica do local de ocupação

Códigos: 1 – Parcelamento regular – lote individual 2 – Parcelamento regular – lote coletivo 3 – Área de ocupação informal 4 – Área rural 5 - Outra

15 – Característica do sítio:

Códigos: 1 – Impróprio – faixa de proteção de curso d'água 2 – Impróprio – vegetação 3 – Impróprio – declividade/erosão 4 - Impróprio – área alagadiça 5 – Próprio para ocupação

16 – Infra-estrutura urbana e de serviços disponível (marcar com X):

1 – Pavimentação da rua 2 - Iluminação Pública Arborização na rua

17 – Tipologia da habitação (marcar com X):

1 - Unifamiliar 2 – Multifamiliar horizontal 3 - Multifamiliar vertical

18 – Número de pessoas que residem no domicílio:

19 – Número de cômodos no domicílio:

20 – Número de quartos no domicílio:

21 – Abastecimento de água (marcar com X):

1 – Rede geral 2 – Poço ou nascente individual 2 – Poço ou nascente coletivo 4 - Outro

22 – Instalação sanitária (marcar com X):

1 – Banheiro interno 2 – Banheiro externo 3 - Sem instalação

23 – Esgotamento sanitário (marcar com X):

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

1 – Fossa séptica individual 2 – Fossa séptica coletiva 3 – Fossa rudimentar 4- Vala 5- Outro

24 – Destino do lixo (marcar com X):

1 – Coletado 2 - Queimado 3 - Enterrado 4 – Terreno baldio 5-Curso d'água 6- Outro

25 – Material das paredes:

1 - Alvenaria 2 – Madeira 3 - Pau-a-pique 4 - Adobe 5 – Outros (especificar)

26 – Material da Cobertura:

1 – Cerâmica 2 – Amianto 3 - Laje 4 - Palha 5 – Outros (especificar)

27 – Condição da ocupação:

1 – Própria quitada 2 – Própria em pagamento 3 - Alugada 4 - Cedida 5 – Outra (especificar)

28 – Valor do aluguel (para aqueles que moram em casa alugada)

ANEXO IV
COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
Questionário: _____

COMUNIDADES DE JUSANTE – FICHA CADASTRAL

1. Nome da comunidade: _____

2. Margem: _____ Distância à sede do município:
Localização: _____
o: _____

3. Nome da associação: _____

4. Nome entrevistado: _____

5. Cargo na associação: _____

6. Ocupação: _____ 7. Local de trabalho: _____
o: _____

7. Endereço para correspondência: _____

8. Telefones Fixo: () Celular: () Favor: ()

9. Número de famílias residentes:

10. Número de pessoas residentes (aproximado):

10. Principais atividades desenvolvidas pelos moradores

Ocupação	Número de pessoas
a - Produtores na coleta de produtos florestais (açai, sementes, castanha, etc.)	
b - Produtores de feijão, arroz, milho e outros produtos em terras altas	
c - Produtores de hortaliças, legumes e outros produtos em terras de várzea	
d - Pesca comercial (para venda do peixe em Porto Velho ou outro mercado)	
e - Pesca para alimentação da família	
f - Servidores públicos (professores, agente de saúde, e outras contratadas pelo governo)	
g - Processamento de frutas	
h - Fabricação de farinha	

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

i - Artesanato	
j-	
K -	
l -	
M -	
N -	
O -	
P -	
r -	
S -	
t -	

11. Número de propriedades rurais existentes:

12. Área total aproximada das culturas existentes:

Principais culturas existentes na comunidade (fazer soma aproximada da área de todos os produtores rurais pertencentes à comunidade)	Área	
	Quantidade	Medida
A – Terras altas		
a - Mandioca		
b - Milho		
c - Feijão		
d – Frutas (banana, caju, mamão, etc.		
e -		
f -		
B – Terras de várzeas		
a - Mandioca		
b - Tomate		
c - Pimentão		
d – Quiabo		
e - Feijão		
f - Milho		
g – Hortaliças		
h - Legumes		
i -		

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

j-		
----	--	--

13. Média de peixe pescado (fora da _____ quilos época do defeso):

14 – Serviços existentes na comunidade (responder Sim ou Não e comentar sobre problemas específicos, caso existam)

Serviços públicos	Existe? Sim/Não	Comentário
a – Água tratada		
b – Posto de saúde		
c – Escola de primeiro grau		
d - Coleta de lixo		
e - Telefone		
f -		
g -		
h -		

Observação: Comparar com o entrevistados os dados coletados nesse ano com o do ano passado e, a seguir, comentar as principais alterações percebidas

COMENTÁRIOS DO ENTREVISTADO SOBRE AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMUNIDADE ENTRE ESSE E O ÚLTIMO ANO

15. Alterações no número de famílias e pessoas residentes:

16. Alterações nas atividades desenvolvidas pelos residentes:

17. Alterações nas áreas de cultura em terras altas:

18. Alterações nas áreas de cultura em terras de várzea:

18. Alterações nos serviços públicos:

18. Outras alterações:

ANEXO V
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	ANO 1												ANO 2												ANO 3												ANO 4												ANO 5												ANO 6												ANO 7												ANO 8																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94										
AHE Santo Antônio Cronograma de Atividades MARCOS DE CONSTRUÇÃO																																																																																																								
Assinatura do Contrato de Concessão de Geração de Energia																																																																																																								
Processo de Obtenção da LI																																																																																																								
Mobilização / Desmobilização - Construção e Montagem do Empreendimento																																																																																																								
Sistema de Traveza do Rio Madalena e Infraestrutura da ME e MD																																																																																																								
Canal e Obras Civis																																																																																																								
Escarpa Subaquática																																																																																																								
Obras no Leito do Rio																																																																																																								
Desvio do Rio																																																																																																								
Obras da Margem Direita																																																																																																								
Processo de Obtenção da LO																																																																																																								
Enchimento do Reservatório																																																																																																								
PROMETO BÁSICO AMBIENTAL																																																																																																								
2 Programa Ambiental para Construção - PAC																																																																																																								
3 Programa de Monitoramento do Lençol Freático																																																																																																								
4 Programa de Monitoramento Sismológico																																																																																																								
5 Programa de Monitoramento Climatológico																																																																																																								
6 Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico																																																																																																								
7 Programa de Monitoramento do Hidrobiológico																																																																																																								
8 Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira																																																																																																								
9 Programa de Preservação do Patrimônio Paleontológico																																																																																																								
10 Programa de Monitoramento Limnológico																																																																																																								
11 Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas																																																																																																								
12 Programa de Conservação da Flora																																																																																																								
13 Programa de Desmatamento da Área de Interferência Direta																																																																																																								
14 Programa de Conservação da Fauna																																																																																																								
15 Programa de Acompanhamento de Atividades de Desmatamento e Resgate da Fauna em Áreas Diretamente Afetadas																																																																																																								
16 Programa de Conservação da Ictiofauna																																																																																																								
17 Programa de Compensação Ambiental																																																																																																								
18 Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental																																																																																																								
19 Programa de Saúde Pública																																																																																																								
20 Programa de Apoio às Comunidades Indígenas																																																																																																								
21 Programas Relacionados ao Patrimônio Arqueológico, Pré-Histórico e Histórico																																																																																																								
22 Programa de Remanejamento da População Afetada																																																																																																								
23 Programa de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas																																																																																																								
23.1 Subprograma de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas																																																																																																								
a) Implantação das Unidades de Processamento (Agro-Indústrias)																																																																																																								
b) Implantação das Medidas de Apoio à Atividade Piscicultura																																																																																																								
c) Monitoramento das Águas																																																																																																								
d) Elaboração de Relatórios																																																																																																								
23.2 Subprograma de Monitoramento das Atividades de Jussante																																																																																																								
a) Mobilização de Equipes e Instrumentos																																																																																																								
b) Aplicação de Questionários / Realização de Entrevistas																																																																																																								
c) Processamento e Análise dos Dados Coletados																																																																																																								
d) Elaboração de Relatórios																																																																																																								
24 Programa de Recuperação da Infra-Estrutura Afetada																																																																																																								
25 Programa de Compensação Social																																																																																																								
26 Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório																																																																																																								
27 Programa de Apoio às Atividades de Lazer e Turismo																																																																																																								

Módulo 3

Informação Técnica - IT Nº 061/2008

**COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/07/2008, referente ao
Aproveitamento Hidroelétrico Santo Antônio – Rio Madeira**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS

INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 0612008 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 31 de julho de 2008.

Da: Equipe técnica

Ao: Coordenador Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

Assunto: Aproveitamento Hidroelétrico Santo Antônio – Rio Madeira
Programa de Ações a Jusante

Processo nº: 02001.003771/2003-25

I – Introdução

A análise do Programa de Ações a Jusante dar-se-á **segundo a ordem de apresentação dos tópicos presente na Seção 23 Revisão 01, apresentada em 18 de julho de 2008**, integrante do PBA para o licenciamento da UHE Santo Antônio. Sua apresentação deve estar em conformidade com as orientações expressas nas Informações Técnicas nº 12/2006 – COLIC-HID/CGLIC/DILIQ/IBAMA, nº 08/2006 e nº 34/2006 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, e no Parecer Técnico n.º 14/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de proposição de medidas mitigadoras e compensatórias aos potenciais impactos ambientais a jusante da UHE Santo Antônio.

II – Análise

1. Introdução

O Programa contempla as regiões inseridas no **segundo** trecho de jusante da UHE Santo Antônio, formado por vários aglomerados rurais e pelas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos, com proposição de medidas de **acompanhamento** das atividades agrícolas e de lazer desenvolvidas nas várzeas formadas pelo rio Madeira e seus afluentes e a identificação das mudanças que podem ocorrer nestas atividades durante e após a construção do empreendimento. O primeiro trecho de jusante, no perímetro urbano de Porto Velho, é considerado no Programa de Compensação Social.

De acordo com o documento, *simultaneamente ao monitoramento, o programa estabelece a implantação de ações de apoio à população residente na área, facilitando a readaptação dos trabalhadores a outras formas de atividades, caso as atuais praticadas sejam comprometidas* (PBA Seção 23, p. 1). Para isso, foi dividido em dois subprogramas: (i) de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas e (ii) de Monitoramento das Atividades de Jusante. A frase destacada afirma a efetivação do 1º Subprograma independente da verificação de ocorrência de impactos à jusante; e o incitamento pró-ativo à reabilitação dos trabalhadores diante da possibilidade de ocorrência de comprometimento das atividades econômicas.

2. Subprograma de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas

Segundo o documento, para elaboração do Subprograma foram consideradas as propostas das

comunidades a serem contempladas nas “várias” reuniões participativas promovidas pelo Consórcio após a emissão da LP. Essas reuniões, segundo explicado, visaram *atualizar informações, discutir, detalhar, consolidar as propostas levantadas naquela etapa e definir diretrizes para o detalhamento desse Subprograma* (p. 3). Processualmente, não há qualquer comunicado ou convite ao Ibama sobre estas reuniões, sendo que a LP emitida não prevê o início de atividades de programas socioeconômicos não aprovados antes da LI, nem mesmo do Programa de Comunicação Social, cujo início corriqueiramente vem sendo recomendado mediante acompanhamento do órgão nas licenças prévias emitidas desde o ano 2005.

Por outro lado, não ficou suficientemente clara a intenção do empreendedor em relação ao estabelecimento das ações de apoio consignadas, porque segundo todos os documentos gerados e nas reuniões realizadas nesta área com a participação do Ibama, antes da emissão da LP, **foi reiteradamente negada a ocorrência de impactos a jusante**. É necessário, portanto, que o PBA esclareça se as medidas propostas no 1º Subprograma serão levadas a efeito independente da ocorrência de impactos; ou se estão qualificadas como medidas compensatórias aos impactos do empreendimento. Ao mesmo tempo, se estiverem no âmbito das medidas compensatórias, a consolidação supra-mencionada de propostas, aliada ao alijamento do órgão licenciador no processo de consolidação, asseguram que o empreendedor efetivamente se comprometeu com as comunidades em ações que não necessariamente estão no contexto dos impactos ambientais do empreendimento, porque estes serão verificados pelo monitoramento das atividades de jusante do 2º Subprograma, que segundo já foi citado, ocorrerá simultaneamente à implantação das ações de apoio em questão. De qualquer forma, sendo contrapartida aos impactos, são medidas insuficientes porque relacionam-se somente às atividades produtivas e, mesmo assim, não especifica ações quanto às áreas de cultura de várzea (traço cultural) caso não haja a formação dos tabuleiros durante o período mais seco do ano e as mesmas fiquem inviabilizadas, comprometendo as atividades de subsistência de um grande contingente populacional que não necessariamente estará inserido no programa proposto.

Desta forma, o PBA não prevê no Programa medidas de mitigação e compensação aos possíveis impactos do empreendimento à jusante, caso estes efetivamente ocorram. As ações planejadas no 1º subprograma, mesmo que possam resultar em benefícios à população, também podem, ou não, ser suficientes à compensação dos impactos. A extensão dos possíveis impactos a jusante alertados no Parecer n.º 14/2007 abrange, além da perda de áreas produtivas (parcelas de solo e/ou produtividade), de lazer e pesca, também deslocamentos compulsórios, questões de saúde e sanitárias, problemas relacionados à remobilização de mercúrio, impactos ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico e em comunidades indígenas, entre outros. **Apesar de na introdução estar mencionado o acompanhamento das atividades de lazer, não há, neste Subprograma, medidas que refletem esta colocação.**

Isso não significa, no entanto, que o Ibama reprove a iniciativa do Subprograma de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas, mas sim, que na avaliação do monitoramento ambiental dos efeitos causados a jusante pelo empreendimento, novas e distintas medidas **serão** imputadas ao empreendedor caso se verifique que as executadas (ou em execução), não são suficientes ao adequado enfrentamento dos impactos.

2.1 Justificativas

Neste tópico é apresentada breve caracterização das comunidades a jusante, com indicações genéricas sobre infra-estrutura (classificada como precária), atividades econômicas (predominantemente pesca, extrativismo vegetal e mineral, agricultura de terra firme e de várzeas), transporte (predominantemente fluvial e também classificado como precário), sistemas de armazenamento (inadequados ou inexistentes) e escoamento da produção (larga presença de atravessadores). A distribuição das comunidades ribeirinhas a jusante, constituída segundo o texto por cerca de 1350 famílias, é mostrada neste tópico, como segue:

- **Área Rural de Porto Velho:** Belmonte, Porto Chuelo, Cujubim Grande, Ueporanga, Cujubinzinho, Ilha do Tamanduá, Aliança, Nova Aliança, Ilha dos Veados, Ilha do Jamarizinho, Ilha dos Mutuns, São José da Praia, Itacoã, Pau D’Alho, Santo Expedito, Niterói, Igarapé Jatuarana, Maravilha, São Sebastião, Bom Jardim, Mutuns, São Miguel, Silveira, Bom Será, Bom Serazinho, Brasileiras, Ilha Sobral, Monte Belo e Engenho Velho;
- **Distrito de Nazaré:** Nazaré, Boa Vitória, Boa Hora, Curicacas, Nazaré, Prainha e Ponta Grossa;
- **Distrito de São Carlos:** São Carlos, Primor, Terra Caída, Santo Antonio, Santa Luzia, Ilha Canarana, Canarana, Lago do Cuniã, Prosperidade e Ilha dos Periquitos;

- **Distrito de Calama:** Calama, Papagaios, Conceição da Galera, Ilha Assunção, Ilha Nova, Vista Alegre, Firmeza, São Vicente, Santa Rosa, Espírito Santo, Demarcação, Mururé, Ilha dos Maruins, Ressaca, Nova Esperança, Tira Fogo, Boa Hora, Ilha Iracema, Santa Catarina, Bomfim, Laranjal, Pombal, Guarani, Fortaleza, Aliança do Rio Preto, Gleba do Rio Preto e Mayaci.

Ao final, após a breve descrição das condições atuais de desenvolvimento das atividades econômicas tradicionais e sua importância para as comunidades, o Programa afirma a proposição de *implantação de medidas de apoio às atividades hoje desenvolvidas e a criação de novas opções de trabalho e renda para os produtores, através de incentivo a produção e da implantação de condições para a comercialização dos produtos* (p. 4).

Mais uma vez destacamos que a proposição deste subprograma não considera a existência de impactos nas comunidades a jusante, figurando as medidas firmadas no Subprograma como benefícios a serem conferidos pelo empreendedor às populações em tela (e segundo o documento, em propostas já consolidadas com as próprias comunidades), dissociados dos impactos ambientais do aproveitamento em licenciamento.

2.2 Objetivos

Os objetivos listados no Subprograma são:

- Gerar oportunidades de trabalho e renda para os produtores rurais, pescadores e população residente nas comunidades ribeirinhas;
- Contribuir para fixar a população na área rural, especialmente os jovens, reduzindo a migração para as cidades, principalmente Porto Velho;
- Criar condições para o aproveitamento e a exploração sustentável das potencialidades dos recursos naturais locais, conciliando essa exploração com a preservação e conservação dos mesmos recursos;
- Contribuir para implantar alternativas de produção em diferentes épocas do ano e para o aumento da renda das famílias residentes;
- Incentivar a produção e criar melhores condições para a comercialização, agregando valor aos produtos locais;
- Aumentar o poder de competitividade dos produtores locais e o alcance de novos mercados;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e dos trabalhadores das comunidades ribeirinhas da área de jusante do AHE Santo Antônio.

Considerando a não ocorrência de impactos a jusante, são irrepreensíveis os objetivos apresentados no Subprograma, cujos princípios, somados a estudos de viabilidade econômica e ações de educação ambiental, deveriam ser estendidos a todos os produtores rurais, pescadores (cf. IT nº 060 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA) e população residente nas comunidades ribeirinhas que tiverem suas atividades produtivas impactadas direta e indiretamente pelo empreendimento.

2.3 Metas/Resultados esperados

Segundo o documento:

O resultado esperado com a implantação das medidas propostas é criar opções de trabalho e renda para a população residente na área de jusante do AHE Santo Antônio, através da criação de infraestrutura para armazenamento, beneficiamento e transporte do pescado, de frutas regionais e de palmáceas nativas. Para tanto, serão instaladas câmaras frias e túnel de congelamento de polpa de frutas; unidades de processamento de frutas; câmara frigorífica para armazenamento do pescado; unidade industrial para extração e armazenamento de óleo de palmáceas nativas; fábrica de doces de frutas regionais. Também serão adquiridos barcos para transporte da polpa de frutas e do pescado, bem como tratores para transporte das frutas e palmáceas. (p. 5)

Apesar de neste subprograma os objetivos aparecerem adequadamente situados, parece ser um problema recorrente do PBA – AHE Santo Antônio a incorreção metodológica na definição de objetivos, metas, resultados esperados e demais etapas pertinentes à execução dos programas. Neste sentido, para o adequado andamento do Programa como um todo (ou seja, dos dois Subprogramas apresentados), deverá o Consórcio proceder às alterações necessárias, destacadas no tópico seguinte, Procedimentos/Metodologia.

2.4 Procedimentos/Metodologia

Primeiramente deve ser incorporada a utilização da educação ambiental como foco especial para o andamento do Programa, tanto como instrumento capaz de garantir a eficácia das ações e promoção da utilização dos recursos naturais de forma sustentável, como também para promover a auto-afirmação da região, o senso de cidadania e de realização plena das pessoas que vivem e trabalham na região. Isso se dá por meio da capacitação continuada dos atores nos processos de gestão e implantação de métodos participativos, considerando que a participação é um processo político e coletivo de tomada de decisão para a construção e exercício da autonomia, emancipação e empoderamento por meio do diálogo e cooperação.

Segundo o documento, *os procedimentos metodológicos a serem adotados visam o fomento das atividades desenvolvidas pelos produtores e pescadores das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira e seus afluentes, através do incentivo à produção e exploração sustentável das frutas e das palmáceas existentes na floresta, do apoio à atividade pesqueira e da criação de condições de armazenamento e transporte dos produtos para comercialização.* (p. 5)

Na seqüência, erroneamente entendidos como procedimentos metodológicos são propostos:

2.4.1 Implantação de agroindústrias de beneficiamento de frutas regionais, envolvendo 4 unidades de processamento de frutas (instaladas nas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos e em Cujubim Grande) com vistas a agregar valor ao produto, permitindo a comercialização em épocas de entressafra e a ocupação de novos mercados; instalação de uma câmara fria e túnel de congelamento de polpa de frutas (com estocagem mínima de 60 toneladas, capaz de aguardar a produção dos moradores de todas as comunidades) instalada na comunidade de Sobral, distrito de São Carlos, por onde chega a única estrada de terra que faz a ligação da região do médio e baixo rio Madeira com a sede do município; aquisição de 01 barco, contendo despoldadeira e câmara fria (10 toneladas), para transporte da polpa de frutas das unidades até a câmara instalada em Sobral. Segundo o texto, esse barco (20m) *descerá o rio Madeira até a comunidade de Calama e voltará depois para a cidade de Porto Velho, passando pelos locais onde estão localizadas as outras três unidades e servirá também para o transporte de outras mercadorias produzidas nas comunidades. A periodicidade das viagens será definida pela população, dependendo da safra dos produtos e/ou de outras necessidades; instalação de 01 fábrica de doces de frutas regionais em Cujubim Grande, localização estratégica, mais próxima e ligada por estrada a cidade de Porto Velho, além de pólo para grande número de comunidades do entorno. Essas ações visam dar oportunidade aos produtores e extrativistas do médio e baixo rio Madeira de aproveitamento das frutas regionais para produção de polpas e fabricação de doces (compotas, geléias, doces cristalizados e outros).*

2.4.2 Implantação de agroindústria de extração de óleo de palmáceas nativas, com: *instalação de 01 unidade industrial para extração e armazenamento do óleo de palmáceas nativas, localizada na sede do distrito de Calama, onde já está sendo criada uma cooperativa voltada para a comercialização de produtos regionais, a Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do rio Madeira – COOPEBRIMA. De acordo com o zoneamento sócio-ambiental de Rondônia, a região está localizada em área de exploração vegetal (2.1), rica em florestas com várias espécies de palmáceas, como babaçu, murumuru, uricuri, copaíba, buriti, andiroba etc. Ao lado da extração do óleo, as palmáceas poderão ser aproveitadas para outros fins, como artesanato, farelo para alimentação animal, carvão vegetal para indústrias siderúrgicas etc. Ressalta-se que a safra de algumas (exemplo do babaçu) ocorre na época do defeso, quando os pescadores estão impedidos de exercer sua atividade e os barcos que transportam peixes estão parados. Dessa forma, serão criados postos de trabalho para os colhedores extrativistas e para os barqueiros, além do pessoal que irá trabalhar na indústria de extração de óleo. A unidade de extração de óleo será formada 01 galpão para coleta, classificação e processamento dos produtos e 01 unidade de armazenamento, com capacidade para 50.000 litros de óleo. Serão instaladas máquinas para quebrar, despoldar, moer, prensar os frutos e para filtrar o óleo;*

Aquisição de 05 pequenos tratores que servirão tanto para o transporte das palmáceas quanto das frutas até as unidades de beneficiamento, uma vez que o extrativismo requer a cobertura de grandes distâncias, o que dificulta o transporte de grandes volumes pelos próprios trabalhadores. Dois desses tratores ficarão em Calama (onde estão localizadas as unidades de beneficiamento de frutas e de palmáceas) e os demais, nas comunidades de Nazaré, São Carlos e Cujubim Grande.

2.4.3 Implantação de ações de apoio a atividade pesqueira desenvolvida na área de jusante, por meio de: *instalação de 04 câmaras frigoríficas para estocagem do pescado, cada uma delas com capacidade de até 20 toneladas. Essas câmaras atenderão a todos os pescadores do médio e baixo rio Madeira e*

serão instaladas nas sedes distritais de Calama, Nazaré e São Carlos, bem como na comunidade de Cujubim Grande, servindo para armazenar os peixes até o transporte para comercialização na cidade de Porto Velho; Reativação do terminal pesqueiro existente na Colônia de Pescadores Z1- Tenente Santana, na cidade de Porto Velho, o que permitirá a estocagem e o processamento do pescado para venda na época da entressafra, com melhores preços e com possibilidade de comercialização para outros mercados; Aquisição de 01 barco, contendo caixa térmica com capacidade de até 20 toneladas, para transporte do pescado estocado nas câmaras frias localizadas nas comunidades de Calama, Nazaré e São Carlos até o terminal pesqueiro, na Colônia de Pescadores Z-1, em Porto Velho. **OBS.:** Em relação a esta proposta, deve ser considerada a Informação Técnica n.º 060 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 29 de julho de 2008.

Apesar de as ações apresentarem a estratégia com que foram concebidas, como a relação localização x deslocamento e algumas metas associadas, como o *aproveitamento das frutas regionais para produção de polpas e fabricação de doces* em nenhum momento o tópico metodologia apresentou os métodos e técnicas a serem utilizados ou as *etapas de execução*, além de outros problemas. Neste sentido, é importante que se realize a adequação mencionada no tópico 2.3 (que deverá ser estendida aos dois subprogramas), de acordo com as diretrizes a seguir listadas, em todo o corpo do programa:

1. **Justificativa** – Apresentar as justificativas ambientais para a realização dos projetos em foco, dentro do contexto da política ambiental do empreendedor, fundamentando os argumentos com dados e estatísticas, nas situações em que estes estiverem disponíveis;
2. **Objetivos (Geral e Específicos)** – O *Objetivo Geral* dos projetos deverá explicitar a finalidade dos mesmos, de forma clara e realista. Os *objetivos específicos* deverão, em conjunto, atender à totalidade da abrangência do objetivo geral, projetando o cenário dos resultados e das situações esperadas ao final da execução do projeto;
3. **Metas** – As *metas* são etapas necessárias à obtenção dos resultados. O conjunto de todas as metas levará a consecução do objetivo geral. Uma ou mais metas levarão a consecução de cada objetivo específico, devendo estar a ele relacionada(s). As metas são implementadas através de ações (atividades), de forma que uma meta poderá constar de uma ou mais *ações* (atividades) a ela subordinadas. Para sua melhor definição, as metas devem ser: **mensuráveis** (refletir a quantidade a ser atingida), **específicas** (remeter-se a questões específicas, não genéricas), **temporais** (indicar prazo para a sua realização), **alcançáveis** (serem factíveis, realizáveis) e **significativas** (devem possuir relação com os resultados que se quer obter, ou com o problema a ser solucionado ou minimizado);
4. **Indicadores de implementação das metas** – Os *indicadores de implementação das metas* são utilizados para a avaliação do cumprimento das metas propostas nos projetos. Estes indicadores devem estar diretamente relacionados a cada meta, de forma específica, constando de parâmetros preferencialmente mensuráveis;

OBS.: Os indicadores socioambientais deverão ser capazes de agregar significado às estatísticas sociais, servindo como instrumento de aferição da qualidade de vida e da qualidade ambiental da população da área de influência em estudo. Neste sentido, a formulação dos indicadores deverá considerar os atributos mínimos desejáveis para um indicador social, que segundo a metodologia de Paulo Jannuzzi¹ podem ser assim classificados:

Relevância social: efetiva importância da questão que está sendo coberta por um determinado indicador;

- Validade: as informações que estão sendo geradas espelham em grande medida a realidade social vigente;
- Confiabilidade: os indicadores que estão sendo produzidos podem ser considerados críveis;
- Cobertura: que envolve a abrangência espacial do indicador;
- Sensibilidade: capacidade de captação das mudanças ocorridas no interior da sociedade;
- Especificidade: grau de detalhamento conceitual do indicador;
- Inteligibilidade de sua construção: que envolve a metodologia usada para a definição do indicador;
- Comunicabilidade: capacidade que os indicadores guardam de serem de fácil entendimento pela maioria das pessoas;
- Facilidade para sua obtenção: os dados a serem coletados são factíveis de sê-los;
- Periodicidade de sua atualização: de preferência sendo realizadas em períodos definidos no tempo (mês, semestre, ano, etc), de tal modo que possam ser construídas séries temporais;
- Desagregabilidade: capacidade dos indicadores serem analisados de acordo com regiões geográficas, grupos de sexo, etnia e raça, faixas etárias, etc;

¹JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações**. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, 2004.

- Historicidade: produção dos indicadores ao longo do tempo de tal forma que possam ser identificadas tendências de longo prazo.
5. **Público-alvo** – O *público-alvo* dos projetos é constituído pelos atores a que estes projetos objetivam atender;
 6. **Metodologia** – O tópico *metodologia* objetiva descrever como serão desenvolvidos os projetos, explicitando claramente os métodos e técnicas a serem utilizados, as *etapas de execução*, as metas a elas relacionadas e os *insumos* (bens e serviços) necessários à execução das metas. A metodologia deverá ser descrita separadamente para cada uma das metas componentes dos projetos, as quais estarão subordinadas a diferentes etapas de execução;
 7. **Acompanhamento e Avaliação** - Os procedimentos para o acompanhamento das etapas de execução dos projetos e da avaliação do grau de implementação destes deverão ser detalhados neste tópico. O *acompanhamento* dos projetos deverá ocorrer mediante a comparação dos resultados esperados com os resultados parciais e totais obtidos. Além desta análise, um acompanhamento relacionado à operacionalização das metas e de suas respectivas ações (atividades) deverá ser previsto e detalhado neste tópico. Os procedimentos de *avaliação* deverão focar o grau de implementação dos projetos, por meio da análise dos *indicadores de implementação das metas*. É importante prever mecanismos que possibilitem a incorporação, a qualquer tempo, de melhorias contínuas nos projetos, contemplando: **(a)** a identificação de possíveis inconformidades, suas causas e conseqüências; **(b)** a implementação de ações corretivas e preventivas para estas inconformidades; **(c)** a verificação da eficácia destas ações corretivas e preventivas; e, **(d)** a documentação de quaisquer mudanças evidenciadas pelas incorporações das melhorias contínuas aqui referidas;
 8. **Resultados esperados** – Os resultados esperados para cada meta deverão ser apresentados. Neste tópico, deverá ser efetuada uma breve discussão sobre a importância do conjunto destes resultados para o alcance do objetivo geral do projeto proposto;
 9. **Inter-relação com outros Projetos** – Quando houver inter-relação entre projetos, estas deverão ser previstas e descritas, com enfoque nas alternativas empregadas para garantir a autonomia ou simultaneidade de execução das metas referentes aos projetos inter-relacionados;
 10. **Atendimento à Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos** – Todos os projetos deverão considerar, e descrever, os requisitos legais, bem como normas e diretrizes aplicáveis;
 11. **Cronograma Físico-financeiro** – Um cronograma físico-financeiro deverá ser apresentado, remontando **(a)** à cronologia mensal de execução das *etapas de execução e metas* a elas relacionadas; e, **(b)** aos recursos financeiros a serem alocados. Este tópico deverá ser preferencialmente apresentado na forma de uma tabela;
 12. **Responsabilidade Institucional pela Implementação do Projeto** – Especificar a(s) instituição(ões) responsável(is) pela implementação dos projetos, constando de sua razão social, endereço e telefones de contato. Termos de cooperação, convênios e outros instrumentos utilizados para formalizar parcerias de execução dos projetos entre os empreendedores e terceiros deverão ser devidamente reportados neste tópico;
 13. **Responsáveis Técnicos** – Para a formatação e implementação deste programa devem participar, obrigatoriamente, sem prejuízo de demais profissionais, economista, advogado, agrônomo, engenheiro de pesca, educadores ambientais e antropólogos. Assim que formada a equipe, o Consórcio deverá submeter à aprovação do Ibama a relação dos técnicos responsáveis pela elaboração e implementação do programa, bem como de toda a equipe técnica participante, indicando a área profissional de atuação, o número de registro no respectivo conselho de classe (para as profissões que possuem conselho de classe), e o número e cópia do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA.
 14. **Referências Bibliográficas e Citações** – Proceder com a correta referência aos autores de citações, dados ou informações utilizadas, nos padrões técnico-científicos, e apresentar a relação das referências bibliográficas mencionadas no corpo do texto dos projetos.

2.5 Responsabilidades

Foi indicado que o empreendedor, obviamente responsável pela implantação das medidas propostas, deve arcar com os custos financeiros destinados a aquisição de: 04 unidades de processamento de frutas; 01

câmara fria para armazenamento da polpa das frutas; maquinário para fabricação de doces de frutas regionais; maquinário destinado a extração e armazenamento do óleo das palmáceas nativas; 04 câmaras de congelamento do pescado; 02 barcos para transporte da polpa e do pescado; 05 tratores para transporte dos produtos extraídos da floresta.

Outra responsabilidade do empreendedor seria a assinatura de convênios e estabelecimento de parcerias com empresas e instituições de assistência técnica (conforme definido no Subprograma de Qualificação da População para treinamento e capacitação técnica dos produtores e lideranças), para diversificação/ampliação das atividades desenvolvidas pelos produtores e busca de linhas de crédito e financiamento. Além de convênios e parcerias com concessionárias de serviços públicos para viabilização dos gastos com água potável e energia. Para gestão das unidades de agroindústria foram apontadas a Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia hidrográfica do Rio Madeira – COOPEBRIMA, sediada no distrito de Calama e a Cooperativa de Produção Orgânica, com sede em Cujubim Grande. Estas, em parceria com associações existentes na região e com o Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira – CONECOBAM, farão também a gestão do barco para transporte de polpas. O gerenciamento das câmaras frigoríficas e do barco para transporte do pescado estará sob a responsabilidade da Associação de Pescadores de Calama - ASPECAL, em parceria com as demais associações de pescadores existentes na região, com a Colônia de Pescadores Z-1 Tenente Santana e com o Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira – CONECOBAM.

Este tópico finaliza com a definição da contrapartida: *as comunidades beneficiadas pelas medidas propostas ficarão responsáveis pela doação de terrenos para instalação, bem como pela construção das unidades de processamento e armazenamento de frutas e palmáceas e armazenamento do pescado. Todas as despesas necessárias para o funcionamento dessas unidades e dos barcos de transporte dos produtos (consumo de energia elétrica e combustível, entre outros) ficarão por conta das cooperativas e seus cooperados.* (p. 9)

Experiências de outros empreendimentos mostraram que a definição de contrapartidas, desejável para o comprometimento das comunidades no desenvolvimento dos projetos escolhidos, pode também ser fator de inviabilidade destes caso não seja observada, em relação aos beneficiários do programa: sua capacidade gerencial, formas de organização, disponibilidade de recursos, conhecimentos de todas as etapas do processo, suscetibilidade a influências políticas, graus de emancipação e empoderamento, conhecimento das políticas públicas, entre outros. Ao mesmo tempo, quando um programa depende da formalização de convênios para tornar-se viável, é necessário que se contemple a possibilidade de não realização destes convênios e a repercussão desta variável na implantação dos projetos. Infelizmente é muito comum um bom projeto não ser levado adiante, ou fracassar após alguns anos de funcionamento, em razão de fatores como inadequação física das instalações, custos elevados de aluguel (quando as comunidades não dispõem de sede própria) e de água, energia e combustível, principalmente. No nordeste brasileiro, por exemplo, o investimento em câmaras frias e fábricas de gelo fracassou na maioria das Colônias de Pesca em razão dos elevados custos de energia.

Como não há informações sobre a situação físico-financeira das cooperativas, colônias e associações citadas (infra-estrutura, capacidade de gestão, situação política, índices de inadimplência, volume de negócios, dívidas, etc) e não há no Programa previsão de estudos de viabilidade técnica e socioeconômica para implementação dos projetos, que devem considerar, dentre inúmeros aspectos: aptidão gerencial, adaptação a sistemas coletivos de produção, despesas e investimentos fixos de capital, financiamento de capital de giro, determinação dos custos de produção e despesas gerais, formação de preço de mercado, receitas e custos operacionais, gestão de compras, etc. - é necessário que se observe minimamente, sempre em conjunto com as comunidades:

- Realização de Diagnóstico Rápido Participativo para consolidação do conhecimento sobre as comunidades e suas demandas.
- Conhecimento detalhado dos custos estruturais (água, energia, combustível, adequação física, alvarás, licenças sanitárias e ambientais, etc) e suas variáveis.
- Capacitação de multiplicadores das comunidades para elaboração dos projetos e participação nos estudos de viabilidade econômica.
- Realização dos estudos de viabilidade econômica (estabelecer princípios, abordagens e conteúdos dos

projetos e dos estudos de viabilidade, sempre em conjunto com as comunidades).

- Aprovação da elaboração dos projetos em assembléias e indicação de representantes para participar; constituição de equipe e definição de agendas.
- Capacitação de multiplicadores das comunidades para administração contábil, financeira e econômica dos projetos (detalhar conteúdo, atividades, carga horária, local, calendário e recursos necessários; constituir equipe de instrutores e monitores; levantar oportunidades de parcerias).

A capacitação para o processo de gestão e a qualificação dos atores alvo do Programa deve ser pensada em linguagem clara e objetiva, considerando o nível de escolaridade, cultura e conhecimento do público-alvo, resguardando a participação qualificada nas oficinas de acordo com a realidade sócio-cultural de cada grupo.

2.6 Relatórios/Produtos

Em relação à apresentação de relatórios considerar a revisão metodológica solicitada.

Sobre a divulgação das ações, além dos boletins e demais publicações, durante o decorrer das atividades devem ser realizadas reuniões devolutivas com periodicidades específicas de realização, definidas para cada grupo de interesse, de acordo com o grau de interface entre a atividade e os grupos de interesse. As devolutivas constituem o momento de apresentação dos resultados dos projetos ambientais desenvolvidos durante a atividade, consolidação de diagnósticos, oficinas e demais ações participativas e devem ser realizadas ao final de cada rodada de caracterização, de cada curso de capacitação e sempre que necessário para construção conjunta e monitoramento dos projetos.

2.7 Cronograma

Adequar os cronogramas conforme a revisão proposta na metodologia e apresentar cronograma físico-financeiro, remontando (a) à cronologia mensal de execução das etapas de execução e metas a elas relacionadas; e, (b) aos recursos financeiros a serem alocados. Este tópico deverá ser preferencialmente apresentado na forma de uma tabela.

Considerar as exigências da IT n.º 060/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Sobre o monitoramento das medidas (proposto nos 5 primeiros anos de operação das unidades com possibilidade de extensão), considerar a revisão metodológica solicitada, principalmente em relação à formulação dos indicadores.

2.8 Interface entre Programas

Além dos programas citados, é necessária a interação com o Programa de Conservação da Ictiofauna, Programa de Compensação Social da Atividade Pesqueira (IT n.º 060/2007), Saúde Pública e os relacionados ao monitoramento hidrossedimentológico, erosão, à conservação da fauna e flora, ao patrimônio histórico e ao remanejamento da população.

As interfaces previstas deverão ser descritas, com enfoque nas alternativas empregadas para garantir a autonomia ou simultaneidade de execução das metas referentes aos projetos inter-relacionados.

3. Subprograma de Monitoramento das Atividades de Jusante (considerar a adequação metodológica já descrita no item 2.4 do 1º Subprograma)

Este subprograma propõe identificar alterações ocorridas nas atividades desenvolvidas a jusante durante a construção do empreendimento e, segundo exarado, em um período posterior suficientemente longo para que se estabeleçam tendências de comportamento da região, após o início de operação da usina.

3.1 Justificativa

Neste item é explicitada a preocupação da população residente a jusante em relação às possíveis, mas segundo complementa o texto “remotas ou inexistentes”, alterações no regime do rio Madeira e suas margens em função do empreendimento. A motivação do programa é o monitoramento das variáveis sujeitas a possíveis mudanças, ainda que não se espere a ocorrência de alterações, e sua divulgação à população correspondente, por meio de dois grupos de atividades: (i) *consolidação dos resultados de outras pesquisas*

de monitoramento, principalmente nos temas do meio físico, e sua transformação em linguagem acessível para comunicação à população da área e (ii) levantamento, processamento e análise de um conjunto de dados sobre as atividades econômicas aí realizadas que, posteriormente, serão também divulgados para os interessados (p. 10). A divulgação das ações fica a cargo do Programa de Comunicação Social.

Apesar das colocações na introdução do Programa de Ações a Jusante, de que este propõe medidas de acompanhamento das atividades agrícolas e de lazer desenvolvidas nas várzeas a jusante do empreendimento, não há neste Subprograma, nem no Subprograma de Apoio às Atividades Desenvolvidas nas Várzeas, a abordagem das questões relativas a lazer. Tanto no primeiro Subprograma, quanto no segundo, ora em análise, as proposições referem-se somente a atividades produtivas.

Por outro lado, o monitoramento que se requer a jusante, várias vezes indicado como necessário no Parecer n.º 14 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA é aqui rapidamente abordado no grupo de atividades (i). Neste sentido é necessário, para a adequada visualização e o adequado acompanhamento do Ibama do monitoramento que será realizado a jusante, que este programa especifique todas as variáveis a serem monitoradas no âmbito dos impactos da UHE Santo Antônio.

3.2 Objetivos

O objetivo apontado pelo subprograma é desenvolver uma caracterização da população residente e das atividades econômicas desenvolvidas a jusante do AHE Santo Antônio, em um primeiro momento, e **acompanhar** as alterações ocorridas nas mesmas, durante e após a implantação do AHE Santo Antônio, procurando identificar as causas possíveis das alterações identificadas. Aos objetivos propostos o empreendedor **deve, obrigatoriamente, incluir: Gerar informações técnicas que possam subsidiar propostas de mitigação e/ou compensação dos impactos detectados à jusante.**

Considerando o exposto no item anterior, além da especificação de todos os monitoramentos que serão realizados a jusante, **para que num mesmo programa o órgão ambiental possa acompanhar todas as mudanças ambientais porventura ocorrentes**, é necessária a extensão do monitoramento às atividades de lazer, conforme proposição na introdução geral do Programa de Ações a Jusante.

3.3 Resultados esperados

Inicialmente o programa deve ser adequado metodologicamente, inclusive em sua forma de apresentação. Neste caso, este item confunde-se com o anterior, dos objetivos.

De qualquer forma, segundo o texto, espera-se a identificação **precisa** das eventuais alterações ocorridas em variáveis selecionadas, bem como as principais causas dessas alterações. Conforme já exposto, além das atividades produtivas, o programa deve ser capaz de apontar as alterações nas atividades de lazer e em todas as outras variáveis (que devem estar especificadas no programa) a serem monitoradas pelo empreendimento.

3.4 Procedimentos/Metodologia

Reiteramos a necessidade de adequação metodológica, conforme o mesmo item do Subprograma anterior. Neste caso, a formulação dos indicadores é especialmente importante para que o subprograma atenda à finalidade que propõe, que é caracterizar as populações a jusante e monitorar as alterações ambientais porventura incidentes nesta em razão do empreendimento.

O recorte espacial (toda a área ribeirinha a jusante da cidade de Porto Velho, até a divisa com o estado do Amazonas) da abrangência do programa, com seus desdobramentos, está correta. Os procedimentos para **caracterização** das populações podem ser mais humanos, mas são suficientes, no entanto, é preciso que neste item se especifique como a coleta de dados será realizada: perfil dos entrevistadores, composição das equipes, material necessário, técnicas de abordagem, insumos necessários às atividades, devolutivas, etc.

Para registro, transcrevemos a proposição:

Atividades para caracterização da área a jusante do AHE Santo Antônio, no período anterior a construção:

- Processamento dos dados da contagem de população 2007 e identificação das taxas de crescimento da população entre 2000 e 2007, nos setores censitários considerados no diagnóstico da população apresentada nos Estudos de Impacto Ambiental;

- Pesquisa direta em todas as comunidades contempladas, para levantamento de informações sobre o número de famílias residentes, número de propriedades rurais, atividades desenvolvidas, acesso aos serviços básicos e outras variáveis de interesse para caracterização da comunidade (modelo anexo);
- Pesquisa direta em amostra das famílias residentes nas comunidades incluídas na área considerada, para levantamento de informações sobre o seu acesso a serviços, atividades econômicas desenvolvidas, inclusive nas várzeas do rio Madeira, e comercialização da produção, entre outras (modelo anexo).

Identificação das alterações anuais ocorridas nas comunidades e nas famílias pesquisadas, procurando estabelecer suas causas, utilizando-se os seguintes instrumentos:

- Pesquisa direta em todas as comunidades, procurando identificar as alterações anuais ocorridas no número de famílias residentes, nas atividades econômicas e na qualidade de vida de seus moradores (modelo anexo);
- Pesquisa direta nas mesmas famílias entrevistadas anteriormente, para identificação de possíveis alterações em suas atividades e causas possíveis dessas alterações. A amostra deverá ser reavaliada anualmente e complementada, na possibilidade de mudança das famílias entrevistadas para outras regiões;
- No ano de 2010, deverão ser processadas as informações do Censo Demográfico, procurando identificar as alterações ocorridas na dinâmica demográfica da região, no período 2000 a 2007 e 2010, e as possíveis causas dessas alterações;
- Entrevistas com lideranças nas comunidades e nas instituições públicas sediadas em Porto Velho que prestam serviços a essas comunidades, para identificação de possíveis causas de alterações identificadas e avaliação da abrangência dessas alterações, bem como sua área de ocorrência (todo o município ou somente a área a jusante do AHE Santo Antônio);

Processamento e análise dos resultados das atividades desenvolvidas, que serão apresentadas em relatórios anuais, a serem encaminhados a gerência ambiental do empreendimento.

3.5 Responsabilidades

Conforme o esperado, o empreendedor se compromete pelo desenvolvimento das atividades do subprograma. Em relação à contratação de equipe técnica, deve ser submetida à aprovação do Ibama equipe formada, sem prejuízo de demais profissionais envolvidos, por economista, advogado, agrônomo, engenheiro de pesca, educadores ambientais e antropólogos. Assim que formada a equipe, o Consórcio deverá submeter à aprovação do Ibama a relação dos técnicos responsáveis pela elaboração e implementação do programa, bem como de toda a equipe técnica participante, indicando a área profissional de atuação, o número de registro no respectivo conselho de classe (para as profissões que possuem conselho de classe), e o número e cópia do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA.

3.6 Relatórios/Produtos

Os relatórios a serem apresentados durante o período previsto para esse subprograma são:

- Primeiro relatório de caracterização da área antes do início das obras – 2008.
- Relatórios anuais, com caracterização, identificação de alterações e causas atribuídas às alterações identificadas no período de construção do empreendimento – 2008 a 2016;
- Relatórios anuais, com caracterização das comunidades e atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, alterações e causas das mesmas no período 2017 a 2020;
- Relatório final do subprograma, com análise final das atividades realizadas e justificativas para a conclusão (ou não) do processo de monitoramento.

Dada a complexidade e abrangência do empreendimento, sugerimos a apresentação de relatórios semestrais para que o acompanhamento do órgão esteja mais próxima da proposição do subprograma, de identificação **precisa** das eventuais alterações ocorridas. O primeiro relatório já deve apresentar a formulação do sistema de indicadores e os mecanismos de alimentação e monitoramento desta base de dados, conforme explicitado na análise do 1º subprograma.

3.7 Cronograma

Segundo o texto, em cada ano, num total de 04 meses por ano, deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- Preparação das pesquisas a serem realizadas, envolvendo: mobilização de equipe, definição de instrumentos e da amostra de famílias a serem entrevistadas;
- Aplicação dos questionários e realização das entrevistas;
- Codificação, digitação, processamento e análise dos dados coletados;
- Redação e encaminhamento dos relatórios.

O cronograma deverá ser adequado conforme a revisão proposta na metodologia. O programa deve também apresentar cronograma físico-financeiro, remontando (a) à cronologia mensal de execução das etapas de execução e metas a elas relacionadas; e, (b) aos recursos financeiros a serem alocados. Este tópico deverá ser preferencialmente apresentado na forma de uma tabela. Em relação ao total de meses por ano em serão desenvolvidas as atividades deve ser detalhada sua distribuição no calendário, considerando a solicitação de apresentação de relatórios semestrais presente no tópico anterior.

3.8 Interfaces entre Programas

Além dos programas citados, é necessária a interação com o Programa de Conservação da Ictiofauna, Programa de Compensação Social da Atividade Pesqueira (IT nº 060/2007), Saúde Pública e os relacionados ao monitoramento hidrossedimentológico, erosão, à conservação da fauna e flora, ao patrimônio histórico e ao remanejamento da população.

As interfaces previstas deverão ser descritas, com enfoque nas alternativas empregadas para garantir a autonomia ou simultaneidade de execução das metas referentes aos projetos inter-relacionados.

III – Conclusão

Adequar o Programa de acordo com as orientações desta Informação.

À consideração superior.

Lilian Maria Menezes Lima
Analista Ambiental/mat. 1448513
CGPEG/DILIC/IBAMA

Luiz Fernando Suffiati
Analista Ambiental/mat. 1572945
COHID/DILIC/IBAMA

Rodrigo Herles dos Santos
Analista Ambiental/mat. 1572453
COHID/DILIC/IBAMA

Módulo 4

Carta MESA Nº 243/2008, de 10/11/2008

São Paulo, 20 de Outubro de 2008.

Ao Senhor
Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Edifício IBAMA Sede
70.818-900 – Brasília – DF

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 12.723
DATA: 20/10/08
RECEBIDO: *fior*

Nº. Ref.: MESA 243/2008

Assunto: Atendimento as Condicionantes LI 60 dias / Encaminhamento de Relatórios de viagem:
Larvas de Peixes, Monitoramento de Herpetofauna e Hidrobiogeoquímica do Mercúrio – Água/Solo

MADEIRA ENERGIA S/A – MESA
LICENÇA DE INSTALAÇÃO RETIFICADA Nº 540/2008, 18AGO08
RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DAS CONDICIONANTES DE 60 (SESSENTA) DIAS

2.13 – No âmbito do subprograma de Monitoramento da Sucessão Vegetacional nas Margens do Reservatório, o empreendedor deverá apresentar, associado ao Plano de Trabalho da Fauna, descrito na Informação Técnica nº 65/2008 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, no que couber, detalhamento da metodologia referente à vegetação. (seguem-se sete subitens)

Vide Relatório anexo.

2.15 – No âmbito do Programa de Desmatamento das Áreas de Influência Direta, apresentar:

(a) proposta do quantitativo a ser desmatado na área do reservatório, considerando a qualidade da água, o aproveitamento do material lenhoso de valor econômico, as áreas que devem ser mantidas como refúgio para a ictiofauna, colocando os critérios técnicos que conduziram a esta divisão.

(b) projeto executivo detalhado para o desmatamento do reservatório, que deverá englobar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- mapeamento dos trechos a serem desmatados, condições do solo, topografia, clima;
- infra-estrutura necessária para o desmatamento (pátio de estocagem, galpão de mantimentos e estradas de acesso);
- método de desmatamento e justificativas (mecanizado, semimecanizado, manual) com detalhamento para as diferentes fases do desmatamento, seleção de máquinas e equipamentos, mão de obra empregada e normas técnicas de segurança, definição dos locais para os pátios de estocagem e secagem de madeira.

- *apresentar proposta detalhada de destinação do material lenhoso proveniente do desmatamento.*
- *cronograma físico*

Vide Relatório anexo.

2.21 – No Programa de Comunicação Social, apresentar as seguintes alterações:

- (a) o conjunto de atividades propostas para as fases 1 - Pré-implantação: MÓDULO II – Articulação e Mobilização Social e 2 - Construção: MÓDULO III – Informação deve ser iniciado imediatamente, incluindo a utilização das ferramentas propostas.*
- (b) apresentar e implementar mecanismos de divulgação para o processo de gestão, contratação e capacitação de mão de obra, como estratégia para priorizar a mão de obra local. Encaminhar relatório específico do cumprimento dessas ações.*
- (c) todo material informativo (folder, folhetos) deve ser remetido ao IBAMA para acompanhamento. No que diz respeito ao atendimento das populações dispersas ao longo do futuro reservatório, o empreendedor deverá elaborar um cronograma para o atendimento dessas populações.*

Vide Relatório anexo.

2.22 – Complementar o Programa de Educação Ambiental, nos seguintes aspectos:

- (a) apresentar proposta de atividades específicas para a nova comunidade do Amazonas, incluindo a instalação de infra-estrutura, com foco na valorização da Pesca como patrimônio imaterial.*
- (b) apresentar proposta de atividades específicas para os gestores de EA no município de Porto Velho.*
- (c) a equipe técnica deverá contemplar, obrigatoriamente, as seguintes formações: Educadores Ambientais com experiência, pedagogos, antropólogos e sociólogos.*
- (d) deve contemplar ações para a valorização da relação entre cultura, memória e paisagem, assim como a interação entre os saberes tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos, conforme estabelecido no PRONEA.*
- (e) deve apresentar etapas para a construção de indicadores qualitativos e quantitativos, preferencialmente envolvendo o público-alvo, facilitando o monitoramento das ações.*
- (f) prever uma etapa de mapeamento das instituições e profissionais que atuam com EA no município de Porto Velho, especialmente o levantamento de profissionais que já receberam*

capacitação anterior, no qual poderá buscar ações que potencializem a continuidade das ações que estes profissionais vêm desempenhando.

(g) todo material didático produzido deverá ser remetido ao IBAMA.

No que diz respeito ao Programa de Educação Ambiental, a MESA expõe e solicita o que se segue:

(i) por determinação deste IBAMA, o referido Programa foi desmembrado do de Comunicação Social, conforme fora apresentado no Projeto Básico Ambiental – PBA, no qual ambos constituíam a Seção 18, do Volume III;

(ii) o novo documento foi levado à consideração deste IBAMA, em JUL08, tendo sido objeto de discussão entre sua equipe técnica e os consultores da MESA, responsáveis pela sua elaboração;

(iii) não obstante a elaboração do referido documento ter buscado levar em conta comentários e recomendações previamente apresentados pela equipe técnica deste IBAMA, a Licença de Instalação definiu uma série de Condicionantes, de considerável grau de complexidade quanto ao seu adequado atendimento;

(iv) neste contexto, a MESA encaminhou a este IBAMA a correspondência nº 200/2008, protocolada na DILIC em 24SET08, expondo suas razões para solicitar prorrogação de 30 (trinta) dias para atendimento daquelas Condicionantes cujo prazo, originalmente previsto, era de 60 (sessenta) dias e solicitando o agendamento de reunião entre as respectivas equipes técnicas para dirimir dúvidas e nivelar informações;

(v) tal reunião foi realizada no dia 10OUT08 e, dentre os procedimentos então definidos, a MESA se comprometeu a reagrupar a equipe técnica responsável e a reavaliar o Programa elaborado, *vis a vis* as Condicionantes definidas;

(vi) à luz do exposto, a MESA reitera, encarecidamente, sua solicitação de prorrogação de prazo, em 30 (trinta) dias, para o atendimento da presente Condicionante.

2.24 – Para o Programa de Saúde Pública:

(a) formar uma equipe específica para o desenvolvimento de ações de educação em Saúde, a qual deve contribuir para a disseminação de informações que promovam a melhoria da condição de saúde da população em geral e não apenas dos trabalhadores da obra. Esta equipe deverá figurar no âmbito do Programa em apreço, com cronograma de trabalho previamente aprovado pelo IBAMA, bem como pela Comissão de Acompanhamento e Gestão do Programa de Saúde.

(b) atender as recomendações do documento Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, estado de Rondônia, de autoria da COBRAPE – companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – para o Ministério Público do Estado de Rondônia.

(c) adotar medidas de caráter educativo, para toda a comunidade da AID, incluindo a realização de campanhas de prevenção, orientação e esclarecimentos com o tema AIDS.

Quanto ao Programa de Saúde Pública, a MESA expôs a este IBAMA, por meio da Correspondência nº 165/2008 – relativa ao atendimento das Condicionantes de LI de 30 (trinta) dias, as razões pelas quais não havia sido possível concretizar a formação da Comissão de Acompanhamento e Gestão do referido Programa.

Na reunião realizada em 10OUT08, acima referida, o assunto foi exposto com maior detalhamento à equipe deste IBAMA pela Gerência Ambiental da MESA, oportunidade em que foram explicitadas as dificuldades de interação entre os gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal, o que tem retardado a composição da Comissão em tela e, conseqüentemente, a efetiva operacionalização do Programa. Apenas para registro, a MESA, após várias reuniões com representantes das Secretarias Municipais de Saúde e de Planejamento (cujo Secretário Adjunto é o interlocutor formal do Executivo Municipal junto à MESA para as questões afetas à implantação do empreendimento UHE Santo Antônio) encaminhou, em 19SET08 e 02OUT08, correspondências à SEMUSA, à SESAU e à SEMPLA reiterando solicitação no sentido que tais gestores indicassem seus representantes na Comissão de Acompanhamento e Gestão do Programa de Saúde.

A Secretaria de Estado da Saúde – SESAU indicou sua representante por meio do OFÍCIO nº 146 ASTEC/GAB/SESAU, protocolado na MESA, em Porto Velho, em 29SET08. A SEMUSA e o Ministério da Saúde, embora já tenham a indicação dos profissionais que deverão representá-los, não a formalizaram perante as demais partes envolvidas. A MESA já dispõe em seu quadro funcional de profissional habilitado – Biólogo Guilherme Abade, que a representará nesta Comissão. Aguarda-se para a última semana de OUT08, a realização da primeira reunião deste grupo.

Além da composição desta Comissão, foram relatadas as dificuldades que a MESA tem enfrentado no que se referem à disponibilização do terreno e da equipe técnica, ambos vinculados à implantação / operação da Unidade Provisória de Saúde, ação de caráter estruturante prevista no Plano de Ações Prioritárias de Saúde, etapa inicial deste Programa e relacionada à instalação do canteiro de obras da UHE Santo Antônio.

Cabe registrar que, em função de compromissos institucionais previamente assumidos pelos gestores públicos federais, estaduais e municipais, a disponibilização do terreno e o provimento da mão de obra técnica constituem a contrapartida do município, ficando a cargo da MESA a construção e equipamento da Unidade de Saúde, bem como o custeio da respectiva equipe por um período de 6 (seis) meses.

Em função de tais dificuldades, a instalação da referida Unidade – já iniciada pela MESA – tem previsão de conclusão para o final do mês de NOV08; quanto à equipe técnica, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA formalizou a indicação de seus componentes no dia 07OUT08, cabendo, agora, à equipe do Instituto de Pesquisa de Patologias Tropicais - IPEPATRO, proceder a uma avaliação técnica destes profissionais a fim de identificar eventual necessidade de sua qualificação / aperfeiçoamento (particularmente, mas não exclusivamente, no que concerne aos procedimentos de controle da malária) e, em caso positivo, providenciar seu atendimento.

Neste contexto, e considerando, ainda, que este IBAMA já prorrogou em 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para a formação da Comissão de Acompanhamento (Condicionante LI nº 2.23), a MESA reitera, encarecidamente, sua solicitação de prorrogação de prazo, em 30 (trinta) dias, para o atendimento da presente Condicionante.

2.27 – No âmbito do Programa de Remanejamento da População, apresentar as seguintes complementações:

(a) incluir o Caderno de Preços regional, como uma ferramenta metodológica, prevendo sua ampla divulgação junto à comunidade, com o intuito de oferecer mais subsídios aos afetados durante o processo de negociação.

(b) prever mecanismos para aferir a validade do Caderno de Preços.

(c) apresentar subprograma de Monitoramento de Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida, o qual deverá ter vigência mínima de 2 anos. Prever ações de assistência técnica, em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e com os objetivos expostos nos estudos e programas ambientais necessários para a viabilidade do empreendimento, ações de caráter social e financeiro, quando pertinente, visando acompanhar e contribuir para o processo de readaptação das famílias remanejadas, no qual devem constar critérios e indicadores qualitativos e quantitativos que comprovem a recomposição dos níveis de qualidade de vida, incluindo a avaliação dos novos padrões de gastos provenientes do remanejamento (água, luz e esgoto), nos casos pertinentes. As ações de monitoramento da reinserção social devem ser

implantadas em tempo adequado, isto é, tão logo avance o programa de remanejamento, com a transferência de pessoas.

(d) incluir todas as categorias de público-alvo do Programa nas atividades do futuro subprograma de Monitoramento da Reinserção Social.

(e) apresentar proposta de Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas, definindo com clareza procedimentos metodológicos, cadastro de público-alvo, tempo de duração e critérios para definição de responsabilidades por eventuais perdas verificáveis.

(f) prestar assessoria jurídica e assistência social aos afetados durante o processo de negociação. Os profissionais devem ser contratados em acordo com as comunidades.

(g) prever ajuda financeira de caráter emergencial a todas as categorias de público-alvo.

Quanto aos itens (a) e (b), levando-se em consideração o fato de que estão concluídos todos os processos de negociação relativos aos proprietários / posseiros / ocupantes / moradores das áreas a serem afetadas pela instalação do canteiro de obras (MD, ilhas, ME), bem como o debate ocorrido entre as equipes técnicas das partes, sobre este tópico, na reunião do dia 10OUT08, a MESA entende que tal procedimento deverá ser aplicado à área do reservatório. Não obstante, tais documentos serão disponibilizados para consulta por parte do público-alvo.

Quanto aos itens (c) e (d), a MESA propõe a este IBAMA considerar a alternativa de elaboração de um Programa específico de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida, do qual o Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas – item (e) – viria a constituir um subprograma. Observe-se que no Programa proposto no PBA, verifica-se a preocupação com a recomposição e a adequada reorganização das atividades produtivas, o que pode gerar subsídios para a estruturação do Programa que, agora, se propõe.

Todavia, em se tratando da proposição de um novo Programa, é necessário se dispor de período minimamente adequado à sua montagem, razão pela qual a MESA solicita a este IBAMA que conceda um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que lhe seja apresentada a versão preliminar deste documento, para avaliação e comentários. É oportuno lembrar que, neste ínterim, o Programa de Remanejamento da População terá seqüência normal, devendo o empreendedor apresentar Relatórios periódicos de andamento.

Quanto ao item (f), há que se informar o seguinte:

(i) a assessoria jurídica foi disponibilizada à comunidade a partir de 18JUL08 (permanecendo até o momento), por intermédio do Escritório Edmar Queiroz Damasceno Filho – Advogados Associados, indicação da Associação dos Moradores do Engenho Velho; além do advogado,

integram a equipe de apoio à comunidade um engenheiro civil e um engenheiro agrônomo, devidamente registrados no Conselho de Classe. Esta equipe procedeu à revisão / acompanhamento dos Planos de Compensação e ao acompanhamento da elaboração e formalização dos Termos de Acordo, derivados daqueles Planos. Além disso, faz parte do escopo de trabalho deste Escritório, identificar, avaliar a procedência e, sendo o caso, veicular junto à MESA as demandas específicas dos membros da comunidade, porventura não trabalhadas ao longo do processo de negociação.

(ii) a assistência social à comunidade tem sido prestada, de maneira formal, desde 02JUL08, por intermédio de profissional que integra a equipe técnica da Terra Nova Regularizações Fundiárias Ltda, empresa contratada pela MESA para exercer, com a necessária autonomia, a função de mediadora no processo de negociação junto às comunidades afetadas. A referida profissional é, também, devidamente registrada no respectivo Conselho de Classe. Em caráter complementar, também a MESA agregou à sua equipe técnica uma Assistente Social, cujas ações tiveram início em 29AGO08.

(iii) merece registro, ainda, o suporte que vem sendo prestado à comunidade, pela MESA, no que diz respeito à abertura de contas bancárias, em processo que foi bastante simplificado, o que tem facilitado a realização dos pagamentos derivados dos Termos de Acordo e conferido maior segurança aos beneficiários.

Quanto ao item (g), a ajuda financeira, desde que constatada a sua real necessidade, foi incorporada ao rol de procedimentos adotados pela MESA no âmbito do processo de negociação. Citem-se como exemplos:

(i) nos Planos de Compensação e, por conseguinte, nos Termos de Acordo, a monetização das atividades de cultivo e pesca artesanal, quando exercidas para consumo; a definição de valores de manutenção, pagos mensalmente – por um período de até 18 (dezoito) meses – até a recomposição da estrutura produtiva originalmente existente; (as cópias dos citados Planos e Termos serão encaminhados a este IBAMA tão logo todos os processos estejam formalmente concluídos)

(ii) nos casos de realocação provisória, a definição de valores mensais de manutenção, levando-se em conta o número de membros da unidade familiar e a disponibilização de verbas específicas para alimentação e transporte. (as cópias dos respectivos documentos, consubstanciados em Aditamentos dos Termos de Acordo, serão encaminhadas a este IBAMA tão logo todos os processos estejam formalmente concluídos).

Por fim, apresenta-se uma síntese dos dados mais relevantes deste Programa:

- Número de propriedades do canteiro de obras – 44

- Propriedades com processo de negociação concluído – 44
- Propriedades com pagamento efetuado – 22
- Propriedades com processo negocial concluído – 22
- Propriedades liberadas – 38
- Propriedades em processo de liberação – 6 (prevê-se a liberação de todas as propriedades até o dia 21OUT08)
- Famílias na área do canteiro – 63
- Famílias indenizadas – 44
- Famílias com processo de indenização / realocação definido – 19
- Famílias ainda residentes na área do canteiro – 29 (famílias residentes no Engenho Velho, cuja realocação - temporária, em primeira instância – está em andamento e tem previsão de conclusão em 21OUT08; a mudança definitiva para a área de reassentamento coletivo, está prevista para meados de NOV08);
- Área total do canteiro de obras (MD /ME / ilhas) – 1.291,50 ha;
- Áreas já liberadas para instalação do canteiro – 1.206,41 ha (93,40% da área total necessária);
- Áreas a liberar – 85,13 ha (6,6% da área total necessária).

No que diz respeito à realocação das famílias da comunidade do Engenho Velho, deve-se registrar que todos os procedimentos previstos no Programa foram seguidos, também aqui, a saber: verificação das Atas Notariais, Realização do Cadastro Físico, Elaboração do Laudo de Avaliação Patrimonial, Aplicação do Questionário para Caracterização Socioeconômica das Propriedades e das Famílias Residentes, Concepção dos Planos de Compensação referentes a cada uma destas famílias e Elaboração dos respectivos Termos de Acordo. Ressalte-se que a montagem de toda esta cadeia documental foi precedida de uma série de reuniões, inicialmente, de caráter coletivo e, na seqüência, de caráter individual.

Ao longo de tais reuniões, foram amplamente divulgadas as categorias de público-alvo afetadas pela implantação do empreendimento, bem como os critérios de negociação, para cada uma delas, propostos pela MESA. Em função dos entendimentos mantidos ao longo deste

processo, foram feitos ajustes e flexibilizações nos conceitos e critérios utilizados, de modo a incorporar, de forma mais adequada, as especificidades do público-alvo trabalhado.

Como resultado, principalmente, do levantamento socioeconômico, verificou-se que a comunidade de Engenho Velho constitui um grupo com características próprias, tais como relações de parentesco e / ou de vizinhança previamente estabelecidas, proximidade espacial na locação das residências, condição de moradia, no local, já consolidada. Neste contexto, a comunidade apresentou demandas específicas, sendo a principal delas sua realocação, em conjunto, para uma área rural localizada a cerca de 1,5 km à jusante da área que, hoje, ocupam, predispondo-se a levar adiante um modelo de reassentamento coletivo em área rural, mediante projeto específico.

Desde então, este projeto tem sido trabalhado, sempre de maneira participativa, de forma a ajustar as características desta comunidade, em termos de capacidade de trabalho e de absorção de novas alternativas de produção às expectativas e demandas que vêm sendo demonstradas por seus componentes.

Neste processo, já foram vencidas as seguintes etapas: (i) escolha da área de reassentamento coletivo (com cerca de 230 ha); (ii) visitas dos membros da comunidade ao local – para ratificação da escolha feita; (iii) elaboração dos estudos necessários ao seu licenciamento ambiental, levado a efeito junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEDAM, e que geraram subsídios importantes para a definição de alternativas de aproveitamento econômico sustentável desta área; (iv) discussão, em conjunto com a comunidade e com os técnicos da empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias (com acompanhamento permanente por parte da equipe técnica da MESA) do projeto de reassentamento, iniciando-se pelos modelos de casas a serem implantados e pelo projeto de urbanização da área, o que já foi definido, encontrando-se, atualmente, em fase de implantação, com as empreiteiras já mobilizadas e em atividade; (v) definição do projeto de aproveitamento econômico da área, envolvendo demarcação de glebas de uso coletivo e individual e a escolha das atividades econômicas a serem desenvolvidas, observados o potencial de produção, as características de topografia, solo, clima e disponibilidade hídrica (dentre outras) e as possibilidades de comercialização; os serviços de demarcação topográfica já tiveram início e está em andamento o ciclo de discussões para definição e montagem final do projeto de produção agrícola daquela área.

2.28 – No Programa de Apoio às Atividades de Lazer e Turismo, justificar a escolha dos pontos turísticos mencionados e apresentar opções para compensar os demais pontos turísticos.

Conforme a já referida correspondência MESA nº 165/2008, bem como os entendimentos mantidos na reunião de 10OUT08 e considerando, ainda, que tal atividade não tem caráter prioritário no presente momento, sendo sua resolução afeta ao evento de enchimento do reservatório, a MESA solicita deste IBAMA a prorrogação de 20 (vinte) dias no prazo de atendimento desta Condicionante.

2.29 – No Programa de Ações a Jusante, atender às diretrizes propostas na IT nº 061/2008 – COHDI / DILIC / IBAMA.

No que diz respeito a esta Condicionante, dada a extensão e complexidade das alterações demandadas, a MESA solicita, encarecidamente, a prorrogação em 30 (trinta) dias do prazo original de atendimento.

Não obstante, a MESA informa que, no período JUL/OUT08, várias atividades foram realizadas no âmbito deste Programa, destacando-se:

- A realização de reuniões, na 2ª quinzena de JUL08 e 1ª semana de AGO08, com as lideranças das Associações de Produtores Rurais do Médio e Baixo Madeira, em Porto Velho, Cujumim e Calama, para exposição e debate sobre as ações propostas;
- A definição, por parte destas entidades, pela criação de uma cooperativa para gerenciamento das atividades propostas e pela redefinição das prioridades previamente apresentadas pelas diversas associações, resultado das reuniões realizadas no âmbito do Processo Participativo, cujos principais resultados serviram de base às propostas apresentadas no Projeto Básico Ambiental do empreendimento.
- Contratação da ONG Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais Cuniã - CPPT Cuniã, para mobilização e assessoramento técnico das Associações;
- A partir da interveniência da CPPT Cuniã, estabeleceu-se cronograma para seqüência de reuniões, com vistas à implementação das novas ações propostas, com base nas discussões em curso; em uma das mais recente delas, realizada em 14OUT08, foi criada a Cooperativa de Agroextrativistas do Médio e Baixo Madeira – COOMADE, com 61 (sessenta e um) sócios fundadores, representantes das diversas associações existentes e atuantes na região. Foi eleita, por consenso, a primeira Diretoria:

Presidente: Ivan Marques (Calama)

Vice-presidente: Luis Tadeu (Calama)

Primeiro Secretário: João Batista Carvalho (São Carlos)

Segundo Secretário: Valdecir Lisboa (Cujubim Grande)

Diretor Financeiro: José Wilson de Melo (Bom Jardim)
Segundo Diretor Financeiro: Francisco Romão (Nazaré)

Conselho Fiscal:

Antonio Araújo (Demarcação)
Linda (Papagaios)
Sidnei Mendonça (Santa Catarina)
Suplentes: Cosmo (Curicaca)

Aristou (Maici)
Rosineide (São Carlos)

Conselho de Ética:

Lúcio (Cujubim)
Oscarina (Nova Esperança)
Luis (Gleba Rio Preto)
João Cosme (Nazaré)

2.35 – Reformular o Programa de Compensação Social, atendendo às diretrizes propostas na IT nº 066/2008 – COHDI/CGENE/DILIC/IBAMA.

No que diz respeito a esta Condicionante, dada a extensão e complexidade das alterações demandadas, a MESA solicita, encarecidamente, a prorrogação em 30 (trinta) dias do prazo original de atendimento.

Não obstante, a MESA informa que várias atividades vêm sendo desenvolvidas no período de JUN/OUT08, dentre as quais cabe destacar as seguintes:

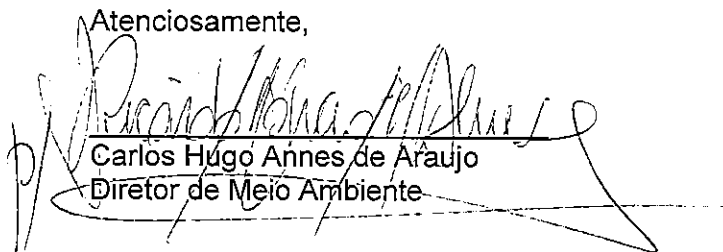
(i) Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho – assinatura dos Protocolos de Intenções entre a Madeira Energia S/A e a Prefeitura Municipal de Porto Velho e entre a MESA e o Governo do Estado de Rondonia, para a execução de ações na áreas de saúde pública, educação, infra-estrutura urbana, lazer e cultura, segurança pública e assessoria ao planejamento urbano. (cópias dos respectivos Protocolos em anexo).

(ii) Subprograma de Qualificação da População – no que diz respeito à qualificação de Mão-de-Obra, reitera-se o que já foi dito sobre o Programa ACREDITAR, explicitado no âmbito da Condicionante 2.21, relativa ao Programa de Comunicação Social. Quanto à qualificação de fornecedores, foi realizado o cadastramento de 2.000 pequenos produtores rurais do município de Porto Velho, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura. *ACREDITAR / GEMERIC*

(iii) Subprograma de Apoio à Revisão do Plano Diretor do Município de Porto Velho – foram concluídas, em AGO08, as negociações entre a MESA e a Prefeitura Municipal de Porto Velho no *PLANO*

que concerne ao escopo da participação da MESA. Encontram-se em fase final as negociações com a empresa AXIS Consultoria Urbana Ltda, responsável pela execução das ações previstas neste Subprograma, para assinatura do Contrato e subsequente emissão da Ordem de Serviço, que lhe permitirá dar início às atividades; o valor do aporte previsto, por parte da MESA é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Atenciosamente,



Carlos Hugo Annes de Araujo
Diretor de Meio Ambiente

Módulo 5

Ofício 923/200 - COHID/DILIC/IBAMA, DE 10/11/2008

Deferimento ao Pedido de Prorrogação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Ofício nº 923/2008 - DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de novembro de 2008.

Ao Senhor

Roberto Lopes Pontes Simões

Diretor Presidente da Madeira Energia S/A - MESA

Av. Juscelino Kubitschek, nº 1400

Edifício Maria Luiza Lara de Campos, 2/ andar, conj. 22 - Bairro Itaim.

CEP 04543-000 São Paulo - SP

Fone: (0xx11) 3702-2250 / FAX: (0xx11) 3702-2288

Assunto: Processo de licenciamento da ABE Santo Antônio, rio Madeira, resposta do ofício MESA 243/2008.

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao ofício MESA: 243/2008, este Ibama informa que:
2. O andamento da condicionante 2.21 foi considerado satisfatório.
3. Concede-se deferimento ao pedido de prorrogação de prazo, na forma em que foi pleiteado, para o atendimento das condicionantes 2.22, 2.24, 2.28, 2.29 e 2.35.
4. Em relação a condicionante 2.27: considera-se:
 - Os itens (a), (f) e (g) com atendimento satisfatório.
 - O item (b), não atendido. Para tal, solicita-se a apresentação de uma proposta técnica especificando a forma em que se dará o atendimento;
 - Em relação aos itens (c), (d) e (e), foi acatada a proposta de elaboração de um novo Programa de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida. Para tanto, concedem-se 45 dias adicionais, conforme pleiteado.
5. Informo que caso necessário, a equipe técnica está disponível para as discussões e debates pertinentes aos temas.

Atenciosamente,

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental

Módulo 6

Carta MESA Nº 300/2008, DE 17/11/2009 em Resposta AOS

Ofícios DILIC/IBAMA Nº 781/2008 E 923/2008

São Paulo, 17 de novembro de 2008.

Ao
Ilustríssimo Senhor
Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN Trecho 2 – Edifício IBAMA Sede
70818-900 – Brasília – DF

Nº. Ref.: MESA: 300/2008

Assunto: Processo de licenciamento da AHE Santo Antônio – Ofício DILIC/IBAMA nº 781/2008;
Ofício DILIC/IBAMA nº 923/2008.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, a MESA remete-se aos Ofícios citados para expor e solicitar o que segue.

O Ofício nº 781/2008 traz duas solicitações deste IBAMA, a saber: “o encaminhamento de 03 cópias do Projeto Básico Ambiental – PBA consolidado, com as alterações realizadas na ocasião da Licença de Instalação.” Apresentar ao IBAMA, “(...) também em 03 cópias, a versão final do PBA contendo as alterações realizadas face ao cumprimento das condicionantes estabelecidas na LI nº 540/2008.”

Alternativamente a tal demanda, a MESA propõe a consolidação dos produtos requeridos em um único documento, constituído pelos Programas originalmente propostos no PBA, a eles agregadas as alterações realizadas previamente à expedição da Licença de Instalação (Programas complementares), bem como as informações derivadas do atendimento às Condicionantes da LI, consideradas até a data de entrega do documento proposto, qual seja o dia 15DEZ08.



No que diz respeito ao Ofício nº 923/2008, a MESA remete-se ao atendimento da Condicionante 2.29, relativa ao Programa de Ações à Jusante, segundo a qual o mesmo deve atender às diretrizes propostas na IT nº 061/2008 – COHID/DILIC/IBAMA.

Neste item, vem o empreendedor ponderar junto à Sua Senhoria que, embora entenda como procedentes várias das observações feitas naquela IT, considera que a mesma, de forma geral, não aponta, apenas, a necessidade de adequações, mas define, na prática, a elaboração de um novo projeto.

É oportuno ressaltar que este Programa, nos moldes em que foi formatado e proposto às comunidades que constituem seu público-alvo, tem apresentado avanços significativos, particularmente no que diz respeito à participação das Associações existentes nos trechos do médio e baixo Madeira no processo de sua organização interna, na sua disposição de capacitação para o gerenciamento das atividades previstas, na tomada de iniciativas – ainda que de forma incipiente – quanto à proposição de planos de atividade econômica.

A resposta da MESA tem se dado, como previsto no Programa, no sentido de viabilizar a participação de entidades que possam assessorar estas Associações na condução das atividades propostas e na formulação de Projetos de produção. Nesta linha, já está em atividade o Centro de Pesquisa de Populações Tradicionais – Cuniã, com foco inicial na mobilização e agregação de tais entidades e, na seqüência, na sua organização / capacitação para a produção. Da mesma forma, a MESA já estabeleceu entendimento com o SEBRAE e com o SENAR, bem como mantém sua parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura.

À luz do exposto, é que a MESA vem solicitar à Sua Senhoria o agendamento de uma reunião com a equipe técnica deste IBAMA, como oportunidade para prestar maiores esclarecimentos sobre a concepção e o andamento do Programa de Ações à Jusante e, a partir daí, discutir e debater sobre a forma mais adequada de atendimento à Condicionante 2.29.



É mister solicitar, ainda, que a definição quanto ao prazo para o referido atendimento seja revisto em função dos resultados que vierem a ser obtidos na reunião pleiteada.

A MESA agradece, desde já, pela atenção que lhe é dispensada e mantém-se no aguardo de manifestação favorável por parte de Sua Senhoria.

Cordialmente,



Carlos Hugo Annes Araújo
Diretor de Meio Ambiente
Madeira Energia S/A – MESA

Módulo 7

**OFÍCIO: 979/2008 - COHID/DILIC/IBAMA, DE 26/11/2008 –
RESPOSTA AO OFÍCIO MESA Nº 300/2008, DE 17/11/2008**



Madeira Energia S.A.

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA

Nº: 14.129

DATA: 18/11/08

RECEBIDO: J.

São Paulo, 18 de novembro de 2008.

Ao
Ilustríssimo Senhor
Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN Trecho 2 – Edifício IBAMA Sede
70818-900 – Brasília – DF

Nº. Ref.: MESA: 302/2008

Assunto: Processo de licenciamento da AHE Santo Antônio – Ofício nº 923/2008 – DILIC/IBAMA

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, a MESA remete-se ao Ofício em epígrafe para apresentar suas considerações sobre os itens (3) e (4), dele constantes, referentes, respectivamente, às Condicionantes de LI n^{os} 2.22 / 2.24 / 2.28 / 2.29 / 2.35 e 2.27.

No aguardo de manifestação por parte de Sua Senhoria, a MESA mantém-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


p/ Carlos Hugo Annes Araújo
Diretor de Meio Ambiente
Madeira Energia S/A – MESA

Módulo 8

**Carta MESA Nº 302/2008, referente à Condicionante 2.29 da LI
Retificada Nº 540/2008**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Ofício nº 378/2008 - DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de novembro de 2008.

Ao Senhor

Roberto Lopes Pontes Simões

Diretor Presidente da Madeira Energia S/A - MESA

Av. Juscelino Kubitschek, nº 1400

Edifício Maria Luiza Lara de Campos, 2º andar, conj. 22 - Bairro Itaim.

CEP 04543-000 São Paulo - SP

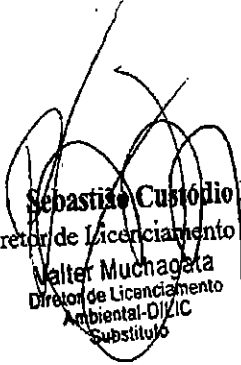
Fone: (0xx11) 3702-2250 / FAX: (0xx11) 3702-2288

Assunto: **Processo de licenciamento da AHE Santo Antônio, rio Madeira, resposta do ofício MESA 300/2008.**

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao ofício MESA: 300/2008 informo que se defere a proposta de apresentação em 15/12/2008 da versão definitiva do PBA, contendo as alterações processadas na ocasião da emissão da LI e as derivadas do atendimento de condicionantes da fase atual.
2. Em relação a condicionante 2.29, foi agendada reunião técnica no dia 01/12/08 a partir das 14h.

Atenciosamente,


Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental
Walter Muchageta
Diretor de Licenciamento
Ambiental-DILIC
Substituto

Módulo 9

Memórias de Reunião - MESA: referentes às atividades em andamento, do Programa de Ações a Jusante – Reuniões realizadas de 17/09/2008 a 11/12/2008

MADEIRA ENERGIA S. A. – MESA
AHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA-RO

MEMÓRIA DE: Reunião(11)
INSTITUIÇÃO: Mesa/CPPT Cuniã/Representação de Comunidades de Jusante do
AHE Santo Antonio
TEMA: Projeto Rio Madeira – Programa de Ações à Jusante
DATA: 17-09-08

OBJETIVO: Discutir as propostas do CONACOBAM para aquisição de máquinas e equipamentos para execução das ações previstas no projeto.

LOCAL: Sala de reuniões de MESA

PARTICIPANTES : Mesa: Acyr Jorge Teixeira Gonçalves, Flávio Luiz Gonçalves dos Santos e Jorge Paulo de Freitas Braga
CPPT Cuniã: Emerson Luiz Nunes Aguiar
Representação das Comunidades: Antonio Francisco Moura Filho (ASPRULAM); João Batista C.da Silva (ACCPESC); José Wilson Melo (CONACOBAM); Ivan Danilo Nardi (AGRIXBAM); Amarildo Batista da Costa (ASPECAL); Artermo Aguila Ribeiro (AMPAN); Lindalva Gonçalves de Oliveira (ASPRARPEPA); Antonio Lúcio Lima e Valdecir Lisboa Estevão (ARUMOCUJUBIM).

DESENVOLVIMENTO: A reunião teve início às 14h15min e foi aberta por dr. Acyr enfatizando a retomada pelo CPPT Cuniã e lideranças das comunidades à jusante do AHE Santo Antonio das linhas de ação. O Plano de Trabalho já havia sido discutido em várias reuniões, feitos alguns ajustes, mas o que sucedeu o que houve de concreto na execução do Plano? Emerson falou que estavam ali para discutir a proposta do CONACOBAM, a formação de uma cooperativa, a definição do prazo para o início dos trabalhos, a regularização fundiária das áreas a serem instalados os equipamentos, a definição dos pólos e os nomes que representarão as comunidades junto à MESA. O representante do CONACOBAM, sr. Melo falou que as planilhas de orçamento de MESA e CONACOBAM estão diferentes, com valores menores de MESA. Dr. Acyr disse que isso não inviabilizaria o projeto, pois a planilha fora apresentada a ANEEL há algum tempo e que logicamente poderia ser ajustada. Emerson marcou para o dia 13 de outubro a Assembléia de formação da Cooperativa que iria realizar a comercialização dos produtos do médio e baixo Madeira. Jorge Braga entrevistou solicitando que a discussão sobre a criação de uma cooperativa fosse feita em outra ocasião e que fosse

bem estudada a possibilidade do aproveitamento das estruturas organizativas já existentes no que foi rebatido por Ivan e Melo que disseram já estão bem adiantadas as conversações sobre a criação dessa cooperativa, inclusive a data (13-10-08) e local (Sede da CONACOBAM, no galpão da ENARO). Outros assuntos foram levantados, como: A situação da CPPT Cuniã no processo, prazo do início das ações, cursos de capacitação em associativismo e cooperativismo, a preocupação de Moura na inclusão dos jovens ribeirinhos no mercado de trabalho. Dr. Acyr finalizando disse que quanto a situação de CPPT Cuniã no processo, estava fechado o que já fora acordado e que iriam conversar mais para a continuidade da ONG, quanto aos cursos de capacitação poderiam contactar a Emater, o Sebrae, o Senar e que nessas capacitações as comunidades incluíssem os jovens, já que não tinha políticas específicas para os jovens. Encerrando falou que MESA estava a disposição e que poderia contribuir para a realização da Assembléia para formação da cooperativa.

Porto Velho, 17 de setembro de 2008

Jorge Paulo de Freitas Braga – Eng. Agr.

MADEIRA ENERGIA S. A. – MESA
AHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA-RO

MEMÓRIA DE: Reunião
INSTITUIÇÃO: MESA, Furnas, CPPT Cuniã, Emater, CONACOBAM, Arumo Cujubim, Assomar e Ass. Calama

TEMA: Programa de ações à jusante de Porto Velho

DATA: 06-10-08

OBJETIVO: Discutir formação da cooperativa do médio e baixo Madeira e aquisição e regularização das áreas das UPs (Unidades de Produção).

PARTICIPANTES: Sandra Regina Nunes dos Santos e Jorge Paulo de Freitas Braga (MESA), Emerson Luiz Nunes Aguiar (CPPT Cuniã), Maria Irenilda de Souza Dias e Marivaldo Cavalcanti de Lima (Emater-RO), Luis Kasuhico (Furnas), José Wilson Melo (CONACOBAM), Valdenir Lisboa (Arumo Cujubim), Ivan Daniel (Assoc. Calama), Marivani dos Reis da Silva (Assomar).

LOCAL: Sala de reuniões de MESA

DESENVOLVIMENTO: A abertura da reunião foi feita por Sandra Regina, que deu as boas vindas aos presentes e falou do propósito do consórcio em apoiar as decisões em que as comunidades tivessem participação efetiva. Em seguida pediu que todos se apresentassem e passou a palavra para Jorge, que enalteceu a atitude das lideranças em buscar soluções conjuntas. A reunião seguiu coordenada por Emerson e todos tiveram oportunidade de se expressar. As lideranças presentes argumentaram que já haviam realizado várias reuniões nesses últimos dois anos e que várias comunidades já estavam envolvidas na mobilização, que já haviam soltado o edital de convocação para a assembléia de constituição da cooperativa e que não teriam outra oportunidade esse ano de contar com a maior parte das comunidades à jusante de Porto Velho, já que estavam mobilizados para estarem em Nazaré nos dias 13 (Seminário Agropecuário) e 14 (constituição da cooperativa). Após troca de idéias, onde todos puderam opinar, ficou decidido que no dia 13 após o encerramento do Seminário previsto para 13h30min, realizaríamos uma oficina onde dividiríamos os participantes em grupos para sensibilizá-los sobre os princípios do cooperativismo e discutir o estatuto. O objetivo é que na assembléia do dia 14 todos estejam conscientizados do papel do cooperado e realizar pequenos ajustes para que seja elaborado o estatuto definitivo. O segundo assunto da pauta, regularização das áreas onde serão instalados os equipamentos, foi desenvolvido por Luis Kasuhico, que explicou que essa regularização só seria possível com a cooperativa estando juridicamente formada. Falou que essas áreas deveriam ser adquiridas pelas lideranças comunitárias no Incra, na Prefeitura ou doação de particulares. No final da reunião ficou o seguinte encaminhamento:

Dia 07.10 – Reunião na Emater com Irenilda, Ivan e Valdecir -- Enxugamento do estatuto.

Dia 13.10 – Após o término do Seminário, iniciar a oficina de sensibilização em Nazaré.

Dia 14.10 – Realizar assembléia de constituição da cooperativa.

Porto Velho, 06 de outubro de 2008

Jorge Paulo de Freitas Braga – Eng. Agr.

MADEIRA ENERGIA S. A. – MESA
AHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA-RO

MEMÓRIA DE: Visita

INSTITUIÇÃO: Madeira Energia S.A. - MESA

TEMA: Programa de Ações a Jusante

DATA: 14-10-08

OBJETIVO: Participar da assembléia de constituição da cooperativa de comercialização da produção do baixo e médio Madeira.

LOCAL: Sede do distrito de Nazaré

PARTICIPANTES: Flávio Luiz Gonçalves dos Santos, Jorge Paulo de Freitas Braga e Rodrigo Fabiano Pellegrini

DESENVOLVIMENTO: A assembléia de constituição da cooperativa ocorreu de maneira muito positiva. Foi realizada no clube Armazém em Nazaré e conduzida por Emerson Luiz Nunes Aguiar da CPPT Cuniã e Marivaldo Cavalcante de Lima da Emater com ajuda de membros do Conselho Gestor das comunidades. Estavam presentes representantes de várias e importantes comunidades dando representatividade ao encontro. O pré-estatuto foi lido, discutido modificado e aprovado por unanimidade. Flávio foi convidado a falar por MESA e disse estar muito satisfeito, pois após 3 anos de trabalhos nas comunidades via nascer uma cooperativa, fruto desse trabalho. Elogiou o CONACOBAM como órgão legal gestor e intermediário entre o executor MESA e as comunidades. Falou da reunião que participou no Sebrae juntamente com Semagric quando foi analisado o cadastramento efetuado pela Semagric que aponta que as comunidades rurais do município de Porto Velho têm quantidade suficiente de alimentos para abastecer o mercado de Porto Velho, o que está faltando é melhorar a qualidade desses produtos e colocá-los de modo organizado para a população e isso já está iniciando com a constituição dessa cooperativa e com as capacitações que terão os ribeirinhos. A cooperativa foi criada por 61 sócios fundadores e foi denominada “Cooperativa de Agroextrativistas do médio e baixo Madeira” – COOMADE. Foi eleita por consenso a primeira diretoria:

Presidente: Ivan Marques (Calama)

Vice-presidente: Luis Tadeu (Calama)

Primeiro Secretário: João Batista Carvalho (São Carlos)

Segundo Secretário: Valdecir Lisboa (Cujubim Grande)

Diretor Financeiro: José Wilson de Melo (Bom Jardim)

Segundo Diretor Financeiro: Francisco Romão (Nazaré)

Conselho Fiscal: Antonio Araújo (Demarcação)

Linda (Papagaios)

Sidnei Mendonça (Santa Catarina)

Suplentes: Cosmo (Curicaca)

Aristou (Maici)
Rosineide (São Carlos)

Conselho de Ética:
Lúcio (Cujubim)
Oscarina (Nova Esperança)
Luis (Gleba Rio Preto)
João Cosme (Nazaré)

Obs: A lista de presença com os nomes e endereços completos vai ser repassada por Emerson amanhã.

Porto Velho, 14 de outubro de 2008
Jorge Paulo de Freitas Braga – Eng. Agr.

MADEIRA ENERGIA S. A. – MESA
AHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA-RO

MEMÓRIA DE: Reunião
INSTITUIÇÃO: MESA; CPPT CUNIÃ; CONACOBAM; COOMADE; FURNAS;
ASMOCUN

TEMA: Programa de ações à jusante de Porto Velho

DATA: 06-11-08

OBJETIVO Avaliar Plano para Processamento da Castanha do Brasil

PARTICIPANTES: Luiz Antonio Zoccal Garcia e Jorge Paulo de Freitas Braga (MESA), Valdineuza Maria Borges (CPPT Cuniã), Rosiris Innocenzi (Furnas), Luiz Tadeu Cardoso de Oliveira (COOMADE), Ivan Danilo Nardi (COOMADE), José Wilson Melo (CONACOBAM), Hailton Alves Lopes (Assoc. dos Moradores do Cuniã) e João Batista (Assoc. São Carlos).

LOCAL: Sala de reuniões de MESA

DESENVOLVIMENTO: A reunião foi aberta por Luiz Zoccal comentando que havia lido juntamente com Jorge Braga, o plano do CONACOBAM e COOMADE para o processamento da castanha do Brasil e que estavam ali para discutir e avaliar a viabilidade do empreendimento. Achava que aparentemente era uma boa idéia, mas teria que se levar em consideração os aspectos técnicos, a qualidade do produto e a situação de mercado. Passou a palavra para Jorge, que também achava que a exploração da castanha seria mais uma alternativa de renda para os ribeirinhos, mas que o empreendimento teria que ser bem pensado e analisado, pois vários empreendimentos similares na Amazônia não haviam dado certo. As causas eram o baixo preço pago ao castanheiro, a falta de capital de giro do comprador, o problema da coleta, secagem e armazenamento do produto e ainda a aflatoxina, uma doença fúngica que ataca a amêndoa no processo mal conduzido. Outra coisa era a questão da embalagem, pois o ideal é que o produto fosse empacotado a vácuo. Após a discussão onde todos puderam expor suas ponderações, Zoccal falou que já tinha conversado no dia anterior com técnicos do Sebrae, que havia se comprometido a ministrar alguns cursos necessários. Ficou combinado que iriam procurar a Emater e a DFA- Delegacia federal da Agricultura- para orientações. Jorge falou que poderiam entrar em contato com a Conab- Companhia Nacional de Abastecimento, que poderia comprar o produto. Se pudessem seria bom se fizessem uma visita à fábrica de castanha em Riberalta, Bolívia, que está exportando o produto para a Europa e pode ter informações de muita valia para o empreendimento. A cooperativa está pleiteando de MESA o aluguel de um armazém para montagem da indústria e capital de giro para compra do produto. Ficou acertada uma nova reunião com todos os envolvidos após os contatos previstos.

Porto Velho, 06 de novembro de 2008
Jorge Paulo de Freitas Braga – Eng. Agr.

MADEIRA ENERGIA S. A. – MESA
AHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA-RO

MEMÓRIA DE: Reunião

INSTITUIÇÕES: MESA; SEMAGRIC; SEBRAE; SENAR; BANCO DA
AMAZONIA; BANCO DO BRASIL; CENAPROR

TEMA: Programa de Apoio ao Município de Porto Velho
DATA: 11-11-08

OBJETIVO Construir Plano de Ação para a comercialização dos produtos
agrícolas do município de Porto Velho para o canteiro de obras do AHE Santo Antonio.

PARTICIPANTES: Luiz Zoccal, Flávio Luiz, Rodrigo Pellegrini e Jorge Paulo de
Freitas Braga (MESA); Josélia Maria Saraiva (Semagric- Secretaria Municipal da
Agricultura); Hiram R. Leal (Sebrae); Leomar Vaquis (Senar); Cláudio de Souza Silva
(Banco da Amazônia); Júlio Streit (Banco do Brasil); Pedro Bordalo (Cenapror- Central
de Associações de Produtores Rurais do Município de Porto Velho).

LOCAL: Sala de reuniões do Sebrae

DESENVOLVIMENTO: A reunião foi aberta pela Secretária Josélia, que fez um breve relato da reunião anterior para que fosse entendida pelas pessoas que não estiveram presentes. Falou da reunião acontecida em março quando reuniu mais de 300 produtores rurais interessados em fornecer alimentos para o canteiro de obras do AHE Santo Antonio. Naquela ocasião foi formado um grupo representativo composto por 10 pessoas responsáveis pelos contatos necessários para concretização da idéia. Logo após foi realizado um cadastramento minucioso com quase duas mil famílias da área rural do município de Porto Velho, que gerou um relatório e um diagnóstico da produção do município. O item 14 desse relatório, repassado nesse momento aos participantes, é o mais importante. Após esse diagnóstico reunimos cerca de 42 associações para discutirmos os problemas e soluções. Hoje de posse de todos esses dados importantes e sabendo o que PVH produz precisamos saber agora o que o canteiro de obras vai consumir, qual o cardápio do canteiro. Pelo questionário respondido sabemos que as prioridades e necessidades dos agricultores são: laboratório de análise de solos; mecanização agrícola; aproveitamento de capoeiras; organização social; separação por grupos de produção (grupo de exploração agrícola; grupo de exploração pecuária; exploração de peixes; exploração de aves e etc.). Zoccal interferiu, lembrando que as capacitações são fundamental. Hiran, do Sebrae, disse que a primeira coisa a ser feita é a construção de um Plano de Ação, que seja discutido por todos, para que seja construído um projeto. Para que esse projeto seja bem elaborado alguém tem que se dedicar, pois pelo que se percebe nenhum dos presentes tem a disponibilidade de tempo. Seria necessário, então, contratar uma empresa de consultoria para se dedicar a essa tarefa. Perguntado se MESA poderia bancar o ônus do projeto, Zoccal disse que MESA até poderia pagar essa consultoria, mas para isso teria que saber o valor e consultar a diretoria da empresa. Ficou decidido que para a próxima reunião seriam convidados o INCRA, a CONAB, a Emater, a Secretaria Estadual da Agricultura, a SFA-

Superintendência Federal da Agricultura e a Embrapa. Dessa reunião seria formado um Grupo de Trabalho que juntamente com o consultor projetista daria cara ao projeto sob a coordenação do Sebrae. Bordalo interferiu dizendo que Porto Velho ainda continuava importando produtos e que não se deveria pensar somente nos canteiros, mas em toda a população e que se deveria investir na qualidade dos produtos, na verticalização da produção, na criação de pequenos animais, na exploração da fruticultura, piscicultura, e uma fábrica de fécula de mandioca. No final da reunião foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- 1 - A Semagric ficou com a responsabilidade de convidar os participantes para a próxima reunião, que ficou agendada para o dia 18, próxima terça-feira, no mesmo local e horário.
- 2 - O Sebrae será o coordenador do projeto e fará a cotação de preço com três empresas de consultoria.
- 3 - Na próxima reunião serão estabelecidos prazos para fechamento das etapas necessárias para a execução do projeto.

Porto Velho, 11 de novembro de 2008
Jorge Paulo de Freitas Braga – Engº Agrº

MADEIRA ENERGIA S. A. – MESA
AHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA-RO

MEMÓRIA DE: Reunião

INSTITUIÇÃO: MESA; Sebrae; CPPT Cuniã; Conacobam

TEMA Ações a Jusante

DATA: 19-11-08

Objetivo: Discutir o Plano do Processamento da Castanha do Brasil da produção ribeirinha, apresentado pelo Conacobam e Coomade.

LOCAL: Sala de reuniões do Sebrae

PARTICIPANTES: Luiz Antonio Zoccal e Jorge Paulo Braga (MESA); Hiran R. Leal, Rita de Cássia A. Costa e Maria Valdecy Valda Benicasa (Sebrae); Rosíris Inocenzi (Furnas) Emerson Luiz N. Aguiar (CPPT Cuniã); José Wilson Melo (Conacobam).

DESENVOLVIMENTO: A reunião no Sebrae teve como objetivo discutir a viabilidade do processamento da Castanha do Brasil produzida na área ribeirinha. Foi iniciada por Hiran do Sebrae, falando que a entidade estava ali para contribuir com toda e qualquer iniciativa que tenha por finalidade melhorar a qualidade de vida das comunidades. Falou que a entidade não auferir lucros e existe para contribuir nessas questões. Zoccal falou que o Sebrae já foi parceiro em outros locais e que aqui não deveria ser diferente, solicitou que nos projetos que o Sebrae realizar para MESA sejam identificadas as demandas existentes no Processo Participativo apresentados pelas comunidades e que sejam apresentadas as propostas. Melo agradeceu ao Sebrae a viagem a Cuiabá para participar de um Congresso e pediu maior agilização dos parceiros e maior intercâmbio para que obtenham êxito. Continuando Hiran disse que o próprio Sebrae aprendeu com os erros do passado e orientou para que os projetos sejam feitos de forma organizada, com metas, número de beneficiados, indicadores e etc. Também falou que com os recentes estudos realizados em Santo Antonio adquiriu conhecimentos que possibilitam aplicar em outros locais incluindo as comunidades ribeirinhas. Mas para que haja maior eficiência o Sebrae tem necessidade de conhecer a realidade dos ribeirinhos. Antes de passar a responsabilidade da reunião para Rita e Valda passou um filme, "Projeto Castanha", sobre a exploração da castanha realizada por uma cooperativa do estado do Acre onde se destacavam os problemas levantados até então pela equipe de MESA. Esse filme foi de muita importância, pois mostrou o procedimento com base sustentável e a necessidade de um estudo mais profundo, com estudos de viabilidade econômica, ambiental e social, assim como a realização de cursos e capacitações sobre coleta do fruto, secagem, armazenamento, boas práticas e outros. Jorge interferiu mostrando que além desse procedimento teria que ser observada a produção estimada de castanha do Brasil na área ribeirinha, que pelo levantamento realizado pela Semagric-Secretaria Municipal de Agricultura- seria de apenas 15 toneladas enquanto as

organizações envolvidas estavam contando com 40 toneladas. Hiran falou ainda que essa reunião estava possibilitando perceber dois pontos importantes: 1) A situação das comunidades com respeito ao associativismo e cooperativismo 2) Em que ponto estavam com relação a produção da castanha.

Interferindo Valda disse que deveria ser realizado um diagnóstico da realidade da castanha na região. De posse do diagnóstico o grupo Sebrae se reuniria para analisar e partir para elaboração do projeto.

O Emerson informou que na proposta de trabalho do Proaju enviado à MESA está incluído esse diagnóstico.

Os encaminhamentos:

MESA, CPPT Cuniã, Conacobam e Coomade realizariam uma reunião na sexta-feira, dia 21, às 16:00 h. para dirimir dúvidas e estabelecer responsabilidades na realização do diagnóstico.

Após essa reunião comunicar ao Sebrae que marcará uma outra com a participação de pessoas do Sebrae e cooperativa de castanha do estado do Acre.

Porto Velho, 19 de novembro de 2008
Jorge Paulo de Freitas Braga – Eng. Agr.

MADEIRA ENERGIA S. A. – MESA
AHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA-RO

MEMÓRIA DE: Reunião
INSTITUIÇÃO: MESA, CPPT Cuniã, Conacobam, Coomade, Furnas

TEMA: Programa de Ações a jusante
DATA: 21-11-08
OBJETIVO: Discutir o Plano de Processamento da Castanha do Brasil
apresentado pelo CONACOBAM e COOMADE

LOCAL: Sala de reuniões de MESA

PARTICIPANTES: Jorge Paulo de Freitas Braga (MESA); Rosiris innocenzi (Furnas); Emerson Luiz (CPPT Cuniã); José Wilson de Melo (CONACOBAM); João Batista (Coomade); Valdecir Lisboa Estevão(Coomade); Ivan Danilo (Coomade).

DESENVOLVIMENTO: A reunião foi iniciada por Jorge dizendo que a sua finalidade era discutir a maneira mais prática e viável para realização do diagnóstico da castanha do Brasil solicitado pelo Sebrae, como condição para elaboração do projeto de exploração da castanha na área de jusante do AHE Santo Antonio. Disse que estavam todos ali de um mesmo lado, com um mesmo objetivo que era o de buscar soluções para a sustentabilidade das comunidades de jusante, para discutirem de forma racional e com os pés no chão a viabilidade do empreendimento, pois a produção da castanha naquela região com exceção do distrito de Calama, segundo o levantamento realizado pela Semagric- Secretaria Municipal de Agricultura- era de apenas 15 toneladas contrastando com a quantidade estimada pelas cooperativas que era de cerca de 40 toneladas. Disse que após essa reunião deveriam repassar ao Sebrae uma posição de consenso. Ivan interferiu dizendo que o levantamento realizado pela Semagric não estava correto e que somente na Flona Jacundá a produção de castanha ultrapassava as 20 toneladas. Falou que a viagem realizada a Nova Califórnia e Extrema foi extremamente proveitosa, pois pode observar os erros cometidos no Projeto Reça na exploração da castanha, onde foram adquiridos maquinários fora dos padrões exigidos pela ANVISA, falta de capital de giro além de instalações inadequadas. Disse ainda que a colheita da castanha estava próximo de iniciar e que precisava dar uma resposta aos ribeirinhos que estavam ansiosos. Melo disse que estavam fazendo muitas reuniões e não se resolvia nada. Rosiris falou que não era verdade, que eles explicassem aos ribeirinhos que cada reunião dessas era um avanço e que esses encontros serviam para amadurecer o projeto e reduzirem o percentual de erro. Valdecir disse que a produção de castanha estimada pela Semagric estava errada, pois fizeram apenas uma visita a algumas comunidades sem visita a campo. Melo disse que o dinheiro que iria ser gasto nesse diagnóstico poderia ser repassado a COOMADE para comprar castanha. Disse ainda que estavam querendo ir a Manicoré observar a produção de castanha empacotada a vácuo. Emerson falou que a CPPT Cuniã poderia, caso fosse renovado o convênio, ir a cada comunidade fazer um levantamento concreto, identificar os castanhais e realizar o diagnóstico utilizando a metodologia DRP- Diagnóstico Rural Participativo. No meio da reunião Valdecir fez uma colocação que provocou reflexão das lideranças ali presentes. “Ao

invés de fazermos um projeto de um produto sazonal sem termos a certeza do aproveitamento dessa safra, porque não fazermos com o babaçu, que produz durante o ano inteiro? E sua estrutura poderá servir para todos os outros produtos, até para a castanha.” Após essa reflexão resolveram mudar o foco da castanha para o babaçu, mas com a possibilidade de comercialização da castanha “in natura” ainda nessa safra e realização de cursos e treinamentos para os coletores com a finalidade de adquirirem experiência para a próxima safra.

Jorge observou que a CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento- e mesmo as fábricas de Riberalta/Bolivia poderiam ser potenciais compradores, mas que não poderiam deixar de observar a qualidade do produto para não inviabilizar já no primeiro negócio as vendas posteriores. Não poderiam também deixar os coletores de castanha insatisfeitos nessa primeira colheita sob pena de no ano seguinte não contarem com coletores.

No final da reunião foram feitos os seguintes encaminhamentos:

Realização do diagnóstico do babaçu e da castanha do Brasil

Intercambio com estados que já exploram o babaçu

Construir uma planilha de despesas referentes a viagens e deslocamentos de representantes do CONACOBAM e COOMADE.

Orçamento para aluguel do barracão para estruturação da indústria e do escritório da COOMADE.

Encaminhamento ao Sebrae do resultado dessa reunião.

Porto Velho, 22 de novembro de 2008
Jorge Paulo de Freitas Braga – Eng. Agr.

**PBA CONSOLIDADO
AHE – SANTO ANTÔNIO – RIO MADEIRA**

**SEÇÃO 24
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AFETADA
15 DE JANEIRO DE 2009**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

MÓDULOS

Módulo 1 - Programa Versão Original, de 13/02/2008

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Ofício 781/2008, deste Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de 30 de setembro de 2008, solicitante da Versão Consolidada do Projeto Básico Ambiental - PBA, do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE Santo Antônio – Rio Madeira, faz-se necessária nova apresentação do Programa Recuperação da Infra-estrutura Afetada.

Para este Programa não foi elaborada uma revisão a partir de estudos complementares.

A Licença de Instalação Retificada Nº 540/2008, IBAMA, de 18/08/2008, estabelece a Condicionante 2.31, conforme a seguinte transcrição determina:

“2.31 Sobre o Programa de recuperação da Infra-estrutura afetada:

- (a) Esclarecer a lacuna quanto à recuperação da Infra-estrutura afetada da localidade de Jaci-Paraná.*
- (b) Elaborar o projeto de relocação/alteamento da rodovia BR-364 em consonância com os critérios de projeto do DNIT, que deverá previamente se manifestar.*
- (c) Os taludes dos aterros da BR-364 que forem atingidos pelas águas do reservatório, seja no segmento alteado ou em outras situações, deverão ser adequadamente protegidos por enrocamento com granulometria adequada (rip-rap), de forma a evitar erosões progressivas, provocadas pelo efeito de ondas, comuns em reservatórios desta magnitude.*
- (d) Os desvios provisórios, a serem utilizados durante o período de obras, deverão ser planejados, projetados e implantados de forma a não representar um ponto de forte estrangulamento ao tráfego.*
- (e) As áreas de empréstimo necessárias ao alteamento da BR-364 e implantação de vias vicinais deverão fazer parte do planejamento e projeto destas obras.*
- (f) Os projetos de relocação das torres da linha de transmissão da Eletronorte deverão ser submetidos à aprovação da mesma, cuja manifestação deverá ser encaminhada ao IBAMA.*
- (g) Elaborar cadastramento das vias vicinais atingidas pelo reservatório do AHE Santo Antônio, para uma recorrência de 50 anos, que deverá servir como orientação para a quantificação, planejamento,*

MADEIRA ENERGIA S.A - MESA

e projeto das relocalizações. Este cadastramento, deverá ser apresentado em meio digital editável e georreferenciado.

- (h) Os projetos de relocação das vias de acesso, sempre que necessário, deverão ser objeto de licenciamento ambiental específico órgão competente, conforme legislação em vigor.*
- (i) As supressões vegetais que se fizerem necessárias para os desvios provisórios e para relocação das vias de acesso e da linha de transmissão deverão ser objeto de solicitação específica, com base em inventário florestal.*
- (j) Todas as intervenções necessárias aos procedimentos de recuperação da infra-estrutura afetada, tais como abertura de áreas de empréstimo, botas-fora, acessos provisórios, cortes a aterros, etc..., deverão ser objeto do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.*
- (k) Toda a infra-estrutura afetada e as áreas objeto de PRAD, deverão ser apresentadas ao IBAMA em meio digital editável e georreferenciado. ”*

O escopo do Programa de Recuperação da Infra-Estrutura Afetada está vinculado ao evento enchimento do reservatório.

Independentemente disso, a MESA já instalou, no âmbito de sua Diretoria Técnica, uma Gerência de Obras de Reservatório, que vem executando uma série de atividades, com foco prioritário no Processo de Remanejamento - as quais não estão no escopo do referido Programa.

Constam deste documento, portanto, o seguinte módulo, a saber:

Módulo 1 - Programa Versão Original, de 13/02/2008

Módulo 1

Programa Versão Original, de 13/02/2008

Projeto Básico Ambiental

AHE Santo Antônio

SEÇÃO 24

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA INFRA- ESTRUTURA AFETADA

0	Emissão inicial	13/02/2008		
REV	Descrição	Data	Elaborado	Revisado

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	2
2.0	JUSTIFICATIVA	2
3.0	BASE LEGAL	2
4.0	OBJETIVOS	2
5.0	METAS E RESULTADOS	3
6.0	ÂMBITO DE APLICAÇÃO	3
7.0	PROCEDIMENTOS	3
8.0	RESPONSABILIDADE	5
9.0	RELATÓRIOS/PRODUTOS	5
10.0	CRONOGRAMA	5
11.0	INTERFACES COM OUTROS PROGRAMAS	5

1.0 INTRODUÇÃO

O Programa de Recuperação de Infra-Estrutura Afetada faz parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio – AHE Santo Antônio, que subsidiará a solicitação da Licença de instalação deste empreendimento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Este programa foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental - EIA (Leme Engenharia, 2005) dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, tendo sido referendado pela Licença Prévia Nº 251/2007 concedida pelo IBAMA.

O Programa de Recuperação de Infra-Estrutura Afetada apresentado nesta Seção 24 do PBA do AHE Santo Antônio atende às condições de validade 2.1 e 2.23 da LP Nº 251/2007.

2.0 JUSTIFICATIVA

A formação do reservatório implica a inundação de elementos da infra-estrutura social, econômica e comunitária das localidades de Teotônio (centro ecumênico, posto de saúde e escola estadual), Amazonas e Morrinhos (escola municipal e posto de saúde), além da existente em parte da área urbana de Jaci-Paraná. Além desta infra-estrutura, a formação do reservatório afetará estirão da BR-364, incluindo duas pontes, e duas torres da LT 230 KV da ELETRONORTE e estradas vicinais de acesso a propriedades rurais. A infra-estrutura afetada nas localidades de Teotônio, Amazonas e Morrinhos será recuperada, quando do processo de relocação de suas populações, no âmbito do Programa de Remanejamento da População Atingida. O presente programa trata da infra-estrutura regional referente à BR 364, da LT da ELETRONORTE e das estradas vicinais locais.

3.0 BASE LEGAL

A Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Novo Código Civil, garante livre acesso de todos à via pública, o que determina que o empreendedor deverá recompor todos os acessos a propriedades afetadas pelo empreendimento.

4.0 OBJETIVOS

Este programa tem como objetivo a plena recuperação do trecho da BR 364 a ser afetado pela formação do reservatório, incluindo duas de suas pontes, do estirão da LT da ELETRONORTE e das estradas vicinais de acesso a propriedades rurais, de forma a garantir aos usuários de todas, a continuidade de suas operações.

5.0 METAS E RESULTADOS

São metas deste programa:

- A livre circulação de veículos na BR 364, sem interrupções, a despeito de ser afetado um trecho desta ferrovia pelo reservatório;
- A não interrupção do serviço prestado pela Linha de Transmissão da ELETRONORTE;
- A não interrupção de acessos a propriedades rurais afetados pela formação do reservatório.

6.0 ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Este programa abrange as áreas de estudo do futuro reservatório onde se encontram elementos da infra-estrutura a ser afetada, diretamente pelo empreendimento.

7.0 PROCEDIMENTOS

Este programa será realizado a partir dos seguintes procedimentos:

- Para o alteamento da BR 364

O alteamento da BR-364 será executado em uma extensão aproximada de 4,7km.

Os procedimentos necessários a seu alteamento incluem a realização de levantamento topográfico, projeto de engenharia, aprovações pertinentes, após os quais a obra será realizada. Para as obras, inicialmente, será executado desvio provisório, permitindo sua execução sem interferência com o tráfego. Em seguida, o pavimento da estrada existente será removido e então a superfície será preparada para receber o material de aterro do alteamento. Paralelamente serão preparados os taludes, quando necessário, do corpo da estrada e do terreno, para o seu alargamento em função da nova seção do maciço.

O material comum para o aterro será proveniente de área de empréstimo e o mesmo terá a sua umidade corrigida e será espalhado em camadas e compactado conforme especificação técnica. Posteriormente, serão executadas a base e a sub-base com material adequado e conforme especificações. Os taludes dos aterros serão protegidos com material granular. O pavimento será executado com CBUQ, na espessura de projeto. Os acabamentos constarão de sinalização horizontal e vertical.

- Para a ponte Caracol

A ponte terá a extensão de 50 metros e a largura da plataforma será de 12 metros. Os mesmos procedimentos relacionados a topografia, elaboração de projeto e autorizações mencionados no item anterior, serão adotados. A fundação da ponte será construída em blocos de concreto, tipo sapatas, apoiadas em estacas metálicas cravadas no terreno. A mesoestrutura será constituída por pilares de concreto. Nas extremidades serão construídos

encontros para a contenção dos aterros e apoio da superestrutura. A superestrutura constará de longarinas em concreto e laje da plataforma da pista. Os aterros de acesso a ponte serão construídos conforme especificações técnicas dos aterros da estrada. Os acabamentos da ponte constarão de guarda corpo, sinalização horizontal e vertical.

- Ponte Jaci-Paraná

A Ponte terá a extensão de 200 metros e a largura da plataforma será de 12 metros. A fundação será constituída de blocos de concreto, tipo sapatas, apoiadas em estacas metálicas cravadas no terreno. A mesoestrutura será em pilares de concreto.

Nas extremidades serão construídos encontros para a contenção dos aterros e apoio da superestrutura.

A mesma constará de longarinas em concreto e laje da plataforma da pista.

Os aterros de acesso a ponte serão construídos conforme especificações técnicas dos aterros da estrada. Os acabamentos da ponte constarão de guarda corpo, sinalização horizontal e vertical.

- Estradas Vicinais (Relocação)

As estradas vicinais afetadas, serão construídas de forma a garantir pleno acesso a todas as propriedades eventualmente impedido pela formação do reservatório. A reconstrução do sistema vicinal afetado, será precedida da elaboração de levantamentos topográficos, de projetos de engenharia e do explícito consentimento dos proprietários de terras por onde sejam construídas. Serão (sempre que possível) selecionados trajetos que evitem áreas de matas primárias ou em estágio avançado de recuperação. Inicialmente será executada a limpeza da área. Posteriormente será construído o leito da estrada, que constará de aterros compactados e revestimento da pista com material granular. O sistema de drenagem constará de valetas laterais em meia cana em solo e, em pontos a serem definidos no local, serão executadas saídas para direcionar a água superficial aos talvegues naturais.

- Linha de Transmissão 230 kV da ELETRONORTE (Relocação)

Em função da interferência do reservatório do AHE Santo Antônio com Linha de Transmissão existente da Eletronorte (230 kV), deverá ser providenciada a relocação de parte dessa linha conforme procedimentos básicos a seguir descritos:

- Definição do traçado e a faixa de servidão necessários ao novo trajeto do trecho da LT a ser deslocado (desvio);
- Providências para obter as licenças e autorizações pertinentes;
- Providências para as aquisições das terras e indenizações do pessoal afetado;
- Elaboração de projeto básico e executivo do trecho novo e avaliação da necessidade de alterações e/ou reforços na LT existente;
- Instalação das novas torres ao longo do desvio;

- Lançamento dos cabos, deixando as duas extremidades prontas para a conexão à LT existente;
- Testes e comissionamento do trecho novo;
- Providências junto à concessionária local de energia e demais órgãos, pertinentes à autorização para o desligamento da rede;
- Execução de serviços de conexão do trecho novo (desvio) à LT existente, deixando o trecho antigo da LT, afetado pelo reservatório, isolado do sistema;
- Obtenção da autorização para o religamento da rede;
- Remoção do trecho da LT que foi desativado.

8.0 RESPONSABILIDADE

A responsabilidade pela realização das ações deste programa é do empreendedor.

9.0 RELATÓRIOS/PRODUTOS

O andamento dos serviços será registrado em relatórios trimestrais, apresentados em conjunto com os demais programas deste PBA.

10.0 CRONOGRAMA

O Cronograma de Atividades está apresentado no **Anexo I** ao presente programa.

11.0 INTERFACES COM OUTROS PROGRAMAS

Este programa está relacionado ao Programa de Remanejamento da População Atingida.

ANEXO I
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

**PBA CONSOLIDADO
AHE – SANTO ANTÔNIO – RIO MADEIRA**

**SEÇÃO 25
PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL
15 DE JANEIRO DE 2009
PARTE I**

PBA CONSOLIDADO
AHE – SANTO ANTÔNIO – RIO MADEIRA

SEÇÃO 25
PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL
15 DE JANEIRO DE 2009

INDICE

INTRODUÇÃO

MÓDULOS

- Módulo 1 - Programa Versão Original, de 13/02/2008**
- Módulo 2 - Programa Revisado, de 16/07/2008**
- Módulo 3 - Informação Técnica Nº 066/2008 – D/CGENE/DILIC/IBAMA, de 11/08/2008**
- Módulo 4 - Relatório de Atendimento à Condicionante 2.35, da LI Nº 540/2008, de 60 dias**
- Módulo 5 - Protocolo de Intenções – MESA/Prefeitura de Porto Velho - RO**
- Módulo 6 - Protocolo de Intenções – MESA/Governo do Estado de Rondônia – RO**
- Módulo 7 - Proposta/Contrato – Prestação de Serviços - AXIS Consultoria**
- Módulo 8 - Relatório de Cadastro de Produtores Rurais/ Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRIC**
- Módulo 9 - Memória de Reunião MESA – MESA/SEMAGRIC/SEBRAE – 11/11/08**
- Módulo 10 - Relatório de Atendimento à Condicionante 2.35, da LI Nº 540/2008, de 60 dias – prorrogados por 30 dias**
- Módulo 11 - Proposta/Contrato de Construção do Ambulatório Santo Antônio**

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Ofício 781/2008, deste Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de 30 de setembro de 2008, solicitante da Versão Consolidada do Projeto Básico Ambiental - PBA, do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE Santo Antônio, faz-se necessária nova apresentação do Programa de Compensação Social.

Para este Programa foi elaborada uma revisão a partir de estudos complementares.

Com base na Informação Técnica Nº 066/2008 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, bem como, na Licença de Instalação Retificada Nº 540/2008, IBAMA, de 18/08/2008, que estabelece a Condicionante 2.35, conforme a seguinte transcrição determina:

“2.35 Reformular, no prazo de 60 dias, o Programa de Compensação Social, atendendo às diretrizes propostas na IT Nº 066/2008 – COHDI/CGENE/DILIC/IBAMA.”

A MESA informa que referente ao Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, várias atividades foram desenvolvidas no período de JUN/08 a NOV/08, como segue:

- Assinatura do Protocolo de Intenções entre a Madeira Energia S.A – MESA e a Prefeitura Municipal de Porto Velho e entre a MESA e o Governo do Estado de Rondônia, para a execução de ações nas áreas de saúde pública, educação, infraestrutura urbana, lazer e cultura, segurança pública e assessoria ao planejamento urbano. O cronograma básico contratual, em vigor, referente ao programa básico de engenharia aprovado pela ANEEL em JUL/08, cujo início da geração, previsto para 01/MAI/12, será revisado até final de JAN/09, dando origem ao cronograma executivo do empreendimento, com início de geração previsto para 01/JAN/12.
- Foram finalizadas as negociações com a empresa AXIS Consultoria Urbana Ltda., responsável pela execução das ações previstas neste Subprograma, para assinatura do Contrato e, subsequente emissão da Ordem de Serviço.
- Foi realizado o cadastramento de 2.000 pequenos produtores rurais do Município de Porto Velho, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRIC).

Em relação à Qualificação de Mão-de-Obra, – reitera-se o que já foi dito sobre o Programa ACREDITAR, explicitado no âmbito da Condicionante 2.21, relativa ao Programa de Comunicação Social.

No Módulo 11 do presente documento, consta a Proposta/Contrato da empresa responsável pela construção do ambulatório provisório de Santo Antônio.

Quanto aos custos de aquisição de equipamentos de combate aos incêndios florestais para o Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia, até o limite de R\$ 3.000.000,00 (três

MADEIRA ENERGIA S.A - MESA

milhões de Reais), a MESA recebeu relação de equipamentos totalizando este valor estipulado e informa que o processo de aquisição foi iniciado.

Em relação aos custos com equipamentos de combate aos crimes ambientais para o Batalhão Florestal da Polícia Militar Estadual, até o limite de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais), a MESA também recebeu a relação dos equipamentos, no valor estipulado e informa que está iniciando o processo de aquisição.

Em 08/12/2008 foi realizada reunião técnica entre a MESA e este, IBAMA, onde foi acordado que as atividades propostas para este programa serão iniciadas em 15/02/2009. Ressalta-se, no entanto, que até a presente data não foi gerada a ata desta reunião.

Constam deste documento, portanto, os seguintes módulos, a saber:

- Módulo 1 - Programa Versão Original, de 13/02/2008;
- Módulo 2 - Programa Revisado, de 16/07/2008;
- Módulo 3 - Informação Técnica - IT Nº 066/2008 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 11/08/2008;
- Módulo 4 - Relatório de atendimento à Condicionante 2.35 da LI Nº 540/2008, de 60 dias;
- Módulo 5 - Protocolo de Intenções – MESA/Prefeitura de Porto Velho - RO;
- Módulo 6 - Protocolo de Intenções – MESA/Governo do Estado de Rondônia – RO
- Módulo 7 - Proposta/Contrato – Prestação de Serviços - AXIS Consultoria;
- Módulo 8 - Relatório de Cadastro de Produtores Rurais/ Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRIC;
- Módulo 9 - Memória de Reunião MESA – MESA/SEMAGRIC/SEBRAE – 11/11/08;
- Módulo 10 - Relatório de Atendimento à Condicionante 2.35 da LI, de 60 dias – prorrogado por 30 dias;
- Módulo 11 - Proposta/Contrato de Construção do Ambulatório Santo Antônio – Porto Velho - RO

Módulo 1

Programa Versão Original, de 13/02/2008

Projeto Básico Ambiental

AHE Santo Antônio

SEÇÃO 25

PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL

0	Emissão inicial	13/02/2008		
REV	Descrição	Data	Elaborado	Revisado

SUMÁRIO

1.0	SUBPROGRAMA DE APOIO AO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	4
1.1	População atraída para a cidade de Porto Velho	4
1.1.1	Medidas para adequação dos movimentos migratórios	7
1.1.2	Monitoramento da expansão populacional	9
1.1.3	Responsabilidades	12
1.1.4	Relatórios / Produtos	12
1.1.5	Cronograma	13
1.1.6	Interfaces com outros Programas	13
1.2	Educação	13
1.2.1	Justificativa	14
1.2.2	Objetivos	16
1.2.3	Metas / Resultados esperados	16
1.2.4	Procedimentos / Metodologia	16
1.2.5	Responsabilidades	17
1.2.6	Relatórios / Produtos	18
1.2.7	Cronograma	18
1.2.8	Interfaces com outros Programas	18
1.3	Habitação	18
1.3.1	Justificativa	19
1.3.2	Base legal	22
1.3.3	Objetivos	23
1.3.4	Metas/resultados esperados	23
1.3.5	Procedimentos / Metodologia	23
1.3.6	Responsabilidades	24
1.3.7	Relatórios / Produtos	24
1.3.8	Cronograma	24
1.3.9	Interfaces com outros Programas	24
1.4	Saneamento Básico – Projeto e Construção de Aterro Sanitário para Porto Velho	25
1.4.1	Justificativa	26
1.4.2	Objetivos	26
1.4.3	Metas/Resultados Esperados	26
1.4.4	Responsabilidades	26
1.4.5	Relatório/Produtos	27
1.4.6	Cronograma	27

1.4.7	Interface com outros Programas	27
1.5	Segurança pública	28
1.5.1	Apresentação/Justificativa	28
1.5.2	Objetivos	28
1.5.3	Metas	28
1.5.4	Metodologia	28
1.5.5	Responsabilidades	30
1.5.6	Relatórios / Produtos	30
1.5.7	Cronograma	31
1.5.8	Interfaces com outros Programas	31
1.6	Lazer	31
1.6.1	Justificativa	31
1.6.2	Base legal	32
1.6.3	Objetivos	32
1.6.4	Metas/resultados esperados	32
1.6.5	Procedimentos / Metodologia	33
1.6.6	Responsabilidades	33
1.6.7	Relatórios / Produtos	33
1.6.8	Cronograma	33
1.6.9	Interfaces com outros Programas	33
2.0	SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	34
2.1	Qualificação de Mão-de-obra	34
2.1.1	Justificativa	34
2.1.2	Objetivos	35
2.1.3	Metas/resultados esperados	36
2.1.4	Procedimentos / Metodologia	36
2.1.4.1	Qualificação Continuada de Mão-de-obra	36
2.1.4.2	Qualificação para atividades específicas	37
2.1.5	Responsabilidades	38
2.1.6	Relatórios / Produtos	40
2.1.7	Cronograma	40
2.1.8	Interfaces com outros Programas	40
2.2	Qualificação de Fornecedores	41
2.2.1	Justificativa	41
2.2.2	Objetivos	42
2.2.3	Metas/Resultados esperados	43

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

2.2.4	Procedimentos / Metodologia	43
2.2.5	Responsabilidades	48
2.2.6.	Relatórios / Produtos	48
2.2.7	Cronograma	48
2.2.8	Interfaces com outros Programas	48
3.0	SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	49
3.1.	Objetivos	49
3.2.	Metas	49
3.3	Âmbito de Aplicação	49
3.4.	Procedimentos	49
3.5.	Responsabilidades	50
3.6.	Relatórios / Produtos	50
3.7.	Cronograma	50
4.0	BIBLIOGRAFIA	51

APRESENTAÇÃO

O Programa de Compensação Social faz parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio – AHE Santo Antônio, que subsidiará a solicitação da Licença de instalação deste empreendimento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Este programa foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental - EIA (Leme Engenharia, 2005) dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, tendo sido referendado pela Licença Prévia Nº 251/2007 concedida pelo IBAMA.

O Programa de Compensação Social apresentado nesta Seção 26 do PBA do AHE Santo Antônio atende às condições de validade da LP Nº 251/2007 relacionadas a seguir: condições de validade Nº 2.1, 2.24 e 2.28

Este documento encontra-se dividido em três subprogramas, a saber:

- “Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho”
- “Subprograma de Qualificação da População”
- Subprograma de Apoio à revisão do plano diretor de Porto Velho”

1.0 SUBPROGRAMA DE APOIO AO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

A principal justificativa para o conjunto proposto de ações de apoio ao município de Porto Velho é a expectativa de uma expansão da população da cidade superior à tendência histórica de crescimento, em função da implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira. Assim, para efeito de planejamento, inicia-se pela apresentação das referências de população atraída que constituirão a base para o desenvolvimento das propostas relacionadas aos vários públicos a serem atendidos na cidade de Porto Velho. Apresentam-se, a seguir, a estimativa da população de referência e ações específicas voltadas para o atendimento à população migrante e monitoramento da dinâmica demográfica.

Em seqüência, são tratadas questões específicas de educação, habitação, saneamento básico, segurança pública e lazer, temas considerados devido à sua importância para a qualidade de vida da população, que pode ser reduzida quando se tem aumentos de demanda não acompanhados pelos necessários ajustes na oferta. A questão da saúde, que também se enquadra entre os serviços afetados pela expansão populacional, em função de sua relevância no contexto da implantação do empreendimento, é tratada de forma específica no Programa de Saúde constante deste PBA.

1.1 População atraída para a cidade de Porto Velho

A atração de população para locais onde estão sendo implantados grandes projetos ocorre em todo o território nacional, sendo sua intensidade alterada por vários fatores, entre os quais se incluem a conjuntura econômica do período (ou seja, são maiores as migrações quando as taxas de desemprego se encontram em níveis mais altos); a capacidade do mercado local em atender as demandas do empreendimento; a política do empreendedor, em termos de contratação de mão-de-obra e de fornecedores etc. Têm grande influência, também, as

características da região onde o empreendimento está inserido, sendo a atratividade do local determinada por diversos fatores, destacando-se entre eles a qualidade de vida da população local.

O crescimento populacional superior à capacidade de absorção do município ocasiona um conjunto de resultados indesejáveis tanto para a população residente como para a administração municipal e o próprio empreendedor, de forma direta e indireta. Assim, é de grande importância a associação de esforços por parte de representantes das instituições envolvidas, visando à implantação de medidas que reduzam, de forma efetiva, a migração desordenada em direção à cidade. Em virtude dessa possibilidade de um relativo controle dos fluxos migratórios é que a estimativa de população atraída é realizada, constituindo o número apresentado uma referência para se trabalhar possíveis acréscimos de demanda. Esse número deverá ser permanentemente monitorado, buscando antecipar reajustes na programação, quando necessários.

As estimativas de população diretamente atraída apresentadas nos Estudos de Impacto Ambiental – EIA dos aproveitamentos hidrelétricos Jirau e Santo Antônio, basearam-se no pressuposto de contratação, na região de Porto Velho, de 70% dos trabalhadores para a implantação do empreendimento. A aplicação dessa suposição às demandas anuais de mão-de-obra forneceu as estimativas de população diretamente atraída apresentadas no EIA. Nesse documento, o início das obras foi previsto para abril de 2006, sendo essa data, atualmente, alterada para setembro de 2008.

A estimativa considerada no EIA supunha uma atração máxima de pessoas igual a 54.343, que, no novo cronograma, ocorreria no ano de 2011, tendo por base um ponto máximo de emprego direto de mão-de-obra igual a 20.199 pessoas. A partir de estudos de engenharia, a previsão de mão-de-obra contratada foi alterada, estendendo-se o prazo de construção de 78 para 92 meses e reduzindo o número máximo de trabalhadores (“pico” da mão-de-obra contratada) de 20.199 para 9.135. Essa alteração provocou uma revisão na estimativa realizada, que foi reduzida, proporcionalmente, de 54.343 para 37.213 pessoas atraídas¹.

¹ Conforme especificado no EIA, não se trabalhava com os 20.199 trabalhadores como referência para os cálculos de geração de empregos diretos e indiretos, uma vez que o tempo de permanência dos mesmos no canteiro era muito reduzido. Ao invés, considerava-se 13.340 pessoas, que era um número médio de trabalhadores com maior permanência na obra.

TABELA 1

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO ATRAÍDA PARA A CIDADE DE PORTO VELHO EM FUNÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO – 2007 A 2017

Ano	Empregos		População		
	Diretos	Indiretos	Atração direta	Atração indireta	Total
2007	0	0	0	0	0
2008	2.049	2.940	2.038	6.309	8.347
2009	3.997	5.736	3.975	12.307	16.282
2010	8.355	11.990	8.309	25.726	34.036
2011	9.135	13.109	9.085	28.128	37.213
2012	8.730	12.528	8.682	27.419	36.101
2013	7.860	11.279	7.817	25.180	32.997
2014	4.961	7.119	4.934	16.211	21.144
2015	2.452	3.519	2.439	8.172	10.611
2016	461	3.540	1.951	8.221	10.172
2017	0	3.562	1.963	8.274	10.237

No ano 2011, quando se tem a maior população atraída, sendo a atração direta do empreendimento – trabalhadores na obra e seus familiares – iguais a 9.085, considera-se como residência dessa população os seguintes locais:

- trabalhadores em cargos de direção e gerência residirão na cidade de Porto Velho, em moradias para eles disponibilizadas pelo empreendedor;
- 3.000 familiares dos trabalhadores em cargos de direção e gerência residirão na cidade de Porto Velho, em moradias para eles disponibilizadas pelo empreendedor;
- 626 trabalhadores residirão nos alojamentos que serão disponibilizados pelo empreendedor, junto ao canteiro de obras;
- 1.115 trabalhadores residirão nos alojamentos que serão disponibilizados pelo empreendedor ou com suas famílias em residências adquiridas ou alugadas, por esses trabalhadores, na cidade de Porto Velho;
- 3.344 familiares dos trabalhadores (que permanecem ou não no alojamento) em residências adquiridas ou alugadas, por essas 1.115 famílias, na cidade de Porto Velho.

Assim, tem-se como atração direta um total de 2.115 famílias (1.000 + 1.115) e 9.085 pessoas nas faixas etárias entre 0 e 59 anos, uma vez que se considera que os trabalhadores migrantes terão idade inferior a 60 anos.

A população indiretamente atraída, com total estimado em 28.128 pessoas, formará em torno de 7.032 famílias, caso se considere um tamanho médio de família igual a quatro pessoas. A composição etária dessas famílias, ou grupos de pessoas em um mesmo domicílio, deverá apresentar uma tendência de concentração maior nas idades economicamente ativas.

Para efeito de planejamento, portanto, consideram-se ao todo 9.147 famílias atraídas. Para a estimativa da estrutura etária da população direta ou indiretamente atraída, apresentada na Tabela 2, foram feitas as seguintes suposições:

- os trabalhadores na construção do empreendimento e suas famílias apresentarão uma estrutura etária similar à da população urbana brasileira nas idades entre 0 e 60 anos;
- os trabalhadores residentes no alojamento, que migraram sem a companhia de suas famílias, estarão na faixa etária entre 20 e 59 anos e serão do sexo masculino (supõe-se que as mulheres contratadas fora da região de Porto Velho residirão na área urbana acompanhadas ou não de suas famílias);
- a população indiretamente atraída apresentará uma estrutura etária semelhante à da população urbana brasileira, porém com uma concentração maior de pessoas na faixa etária entre 20 e 59 anos. Supôs-se que essa concentração maior seria em torno de 20% acima daquela verificada na população brasileira.

1.1.1 Medidas para adequação dos movimentos migratórios

Conforme já mencionado, a atração de população em níveis superiores à capacidade de absorção do local de atração constitui um problema a ser enfrentado pelos responsáveis pela implantação de grandes projetos e pelas administrações públicas regionais. Assim, são propostas medidas preventivas que têm por objetivo manter a atração de população em um nível que não implique em falta de trabalhadores para a construção ou para atendimento à população, nem em um patamar superior à capacidade de atendimento da infra-estrutura da cidade – existente e ampliada.

Entre as medidas propostas encontram-se a capacitação da mão-de-obra local para o trabalho na construção e em outras atividades dinamizadas pela implantação do empreendimento, bem como a capacitação de fornecedores locais visando a ampliação e melhoria da oferta de produtos, que constituem os objetivos de subprogramas específicos.

São também incluídas, neste PBA, ações de comunicação social e educação ambiental, que procurarão desestimular a migração para a cidade de Porto Velho e incentivar os trabalhadores da região de entorno da cidade e do município, contratados para a implantação do empreendimento, a residir no acampamento disponibilizado pelo empreendedor, mantendo suas famílias em suas atuais residências.

Além das medidas preventivas mencionadas, propõe-se a criação de um Centro de Referência para Migrantes, que deverá contar com dois escritórios situados próximos à estação rodoviária e ao porto, com sinalização de grande visibilidade, para atendimento a pessoas e famílias que chegarem a Porto Velho buscando oportunidades de emprego e renda.

TABELA 2

**ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DIRETA E INDIRETAMENTE ATRAÍDA PARA A CIDADE DE PORTO VELHO EM FUNÇÃO DA
IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO POR FAIXA ETÁRIA NO ANO 2011 (ANO DE MAIOR CONTINGENTE DE
POPULAÇÃO MIGRANTE)**

Idade (anos)	População diretamente atraída			População indiretamente atraída			População total atraída		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	435	421	856	1.197	1.157	2.354	1.632	1.578	3.210
5	91	88	179	250	242	492	341	330	671
6	88	85	173	242	235	477	330	320	650
7	87	85	172	239	232	471	326	317	643
8	85	83	168	235	228	463	320	311	631
9	85	83	168	234	229	463	319	312	631
10	88	86	174	243	237	480	331	323	654
11	91	89	180	249	245	494	340	334	674
12	93	92	185	255	252	507	348	344	692
13	91	91	182	250	249	499	341	340	681
14	94	94	188	257	258	515	351	352	703
15	92	93	185	254	257	511	346	350	696
16	92	94	186	254	259	513	346	353	699
17	98	100	198	270	275	545	368	375	743
18	101	103	204	278	283	561	379	386	765
19	95	97	192	260	267	527	355	364	719
20 a 59	2.963	2.532	5.495	7.716	8.359	16.075	10.679	10.891	21.570
60 e mais	0	0	0	941	1.240	2.181	941	1.240	2.181
Total	4.769	4.316	9.085	13.624	14.504	28.128	18.393	18.820	37.213

Para o atendimento proposto, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Preenchimento de uma ficha cadastral com informações gerais sobre a pessoa ou família, formação profissional, cursos profissionalizantes freqüentados, tipo de trabalho ou atividade demandada (ver Anexo I);
- Fornecimento de informações sobre as funções que estão sendo demandadas ou que serão contratadas nos próximos três meses pelas empresas responsáveis pela implantação do empreendimento;
- Fornecimento de informações sobre locais que possuem cadastramento de fornecedores ou de mão-de-obra (Prefeitura Municipal de Porto Velho e SINE – Sistema Nacional de Empregos) para oportunidades de trabalho em outros setores de atividade, além de direcionamento imediato para empresas que encaminharemos informações de oportunidades de trabalho para o Centro de Referência para Migrantes;
- Encaminhamento para centros de atendimento e acompanhamento social da Prefeitura Municipal de Porto Velho, no caso de pessoas ou famílias em situação vulnerável e que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho regional. Esse atendimento, a ser fornecido pela Prefeitura, deverá ser realizado com recursos provenientes de convênio a ser assinado entre a Prefeitura e o empreendedor.

1.1.2 Monitoramento da expansão populacional

Além do atendimento ao migrante, proposto no item anterior, prevê-se a utilização de alguns indicadores da expansão da população residente, que possibilitarão ajustes nas estimativas de população realizadas e redefinição das ações de apoio ao município, quanto à infraestrutura social.

As principais fontes de informação a serem utilizadas para o monitoramento da expansão da população da cidade de Porto Velho são:

- Contagem da População 2007

A Contagem da População realizada pelo IBGE em 2007, cujos resultados, em nível de setor censitário, deverão estar disponíveis em 2008², constitui a base para o cálculo dos indicadores que serão utilizados no monitoramento da população residente. A Contagem de População fornecerá as seguintes informações:

- Número de domicílios particulares permanentes, particulares improvisados e coletivos em cada setor censitário;
- Número de residentes segundo o sexo e a idade;
- Número de residentes segundo a relação com o responsável pelo domicílio;
- Número de pessoas recenseadas na cidade de Porto Velho e que, em 31/7/2000, residiam em Rondônia ou em outra unidade da federação ou país ou que ainda não eram nascidas;

² Resposta à consulta feita a essa instituição indica que ainda não existe previsão de data para divulgação da citada informação.

- Número de pessoas recenseadas na cidade de Porto Velho e que, em 31/7/2000, residiam em Porto Velho ou em outro município.

Essas informações serão utilizadas para o mapeamento da densidade demográfica e da participação de migrantes no total da população, que constituirão a base para a seleção de uma amostra de setores censitários e domicílios a serem pesquisados, visando à estimativa da taxa média de crescimento anual da população da cidade.

- Censo Demográfico de 2010

Em 2010 será conduzido pelo IBGE o Censo Demográfico, que incluirá um conjunto de informações sobre os domicílios e os moradores, com várias questões sobre escolaridade, migração e qualidade de vida da população. Seus resultados serão utilizados para o cálculo de novos indicadores, bem como para corrigir as tendências de crescimento da população da cidade, estabelecidas pelo monitoramento.

- Contratações e demissões para o trabalho na implantação da usina

Cada trabalhador contratado ou transferido para o trabalho na implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, pelo empreendedor ou empresa contratada, deverá preencher uma ficha com informações gerais que abrangem sua estória migratória, formação profissional, demanda de bens e serviços e outros dados necessários para o monitoramento da expansão da população associada à implantação do empreendimento na região (Anexo II).

Os trabalhadores demitidos deverão preencher outro conjunto de informações que incluem questões referentes a suas intenções de permanecer ou se transferir para outros municípios, caso ele seja originário de fora da região de Porto Velho (Anexo III).

Essas fichas deverão ser encaminhadas mensalmente para a equipe responsável por este Programa de Compensação Social (Apoio ao Município de Porto Velho).

- Matrícula e evasão de alunos nas redes de ensino pública e particular

Os dados de matrícula e evasão de alunos nas redes de ensino pública e particular serão provenientes das estatísticas oficiais de população, complementação por parte das escolas existentes na cidade e levantamento de informações nessas escolas, por profissionais contratados pelo empreendedor, um dos quais se responsabilizará também pelas ações de pesquisa e elaboração de relatórios, previstas no item relativo à Educação, componente deste Subprograma de Apoio do Município de Porto Velho. Tais dados abrangem:

- Informação sobre o número inicial de alunos matriculados nos primeiros semestres de 2008 a 2015, por idade, série e grau de ensino, em todas as escolas das redes municipal, estadual e particular (ver Anexo IV);
- Informação sobre o número de alunos que abandonaram a escola, que procuraram vagas e não puderam ser atendidos ou se matricularam durante o primeiro semestre de 2008 (após o início do período letivo) e assim sucessivamente nos semestres seguintes até o ano de 2015 (Anexo IV);

Essas informações servirão de base para a seleção de uma amostra de famílias a serem pesquisadas visando identificar os movimentos migratórios e estabelecer indicadores a serem utilizados nas estimativas de expansão da população da cidade.

- Pesquisa em uma amostra da população residente

Os dados fornecidos pelas escolas a respeito dos alunos que procuraram vagas e não foram atendidos, dos alunos matriculados e dos que abandonaram a escola durante o semestre serão processados com o objetivo de retirar-se da relação aqueles alunos que se transferiram de uma escola para outra, que procuraram vaga em uma escola e se matricularam em outra na cidade de Porto Velho, durante o período considerado.

Após ter-se a lista dos novos alunos matriculados, dos alunos fora da escola e dos que abandonaram a escola, serão selecionadas duas amostras de alunos cujas residências serão visitadas para uma pesquisa abrangendo questões referentes aos movimentos migratórios das famílias.

Alunos fora da escola ou novos alunos matriculados – O objetivo da pesquisa nas famílias dos alunos fora da escola e dos novos alunos matriculados é identificar os migrantes que chegaram à cidade no semestre de referência. Assim, a primeira pergunta do questionário refere-se à data de transferência da família e seu responsável para a cidade de Porto Velho. No caso dessa transferência ter ocorrido após janeiro de 2008, será aplicado um questionário (Anexo V) abordando os seguintes itens:

- Estória migratória do responsável pela família; motivo da migração para a cidade de Porto Velho, se direta ou indiretamente associada à implantação do empreendimento;
- Informações sobre cada membro da família - idade, sexo, relação com o responsável, escolaridade, frequência à escola, ocupação, situação ocupacional, empresa em que trabalha, rendimento médio;
- Informações sobre a moradia - forma de ocupação, número de cômodos, de quartos, de quartos utilizados como dormitório, acesso ao saneamento básico.

Alunos que deixaram a escola – Na amostra a esses domicílios, procura-se identificar as famílias que permaneceram ou não na cidade de Porto Velho. Em caso de permanência, o questionário incluirá perguntas referentes aos motivos que levaram o aluno a abandonar a escola. No caso das famílias que não mais permanecem na cidade, será averiguado o motivo da transferência da família para fora da cidade de Porto Velho (Anexo VI).

Caso as informações coletadas nas escolas não sejam satisfatórias, essa metodologia será substituída por uma amostra aleatória de quadras da malha urbana da cidade de Porto Velho onde, em cada ano, serão aplicados questionários (Anexo V) a todos os domicílios existentes na área, de forma a determinar-se o crescimento do número de domicílios e moradores na amostra e na cidade. Anualmente, serão analisadas imagens de satélite que mostrarão a expansão da malha e a necessidade ou não de adequação da amostra ao novo universo identificado.

- Ligações de energia elétrica

Com a finalidade de monitorar o número de domicílios ligados à rede pública de energia elétrica, deverá ser assinado um convênio entre o empreendedor e a CERON – Centrais Elétricas de Rondônia SA visando à obtenção de um mapa da cidade (se possível em meio digital) com as ligações residenciais de energia elétrica em cada ano, no período de 2007 a 2015.

A estimativa do crescimento populacional de Porto Velho será desenvolvida a cada semestre, através de uma análise do conjunto de informações coletadas, buscando-se identificar tendências divergentes (ou convergentes) em relação à estimativa de população

atraída apresentada na Tabela 1. Três linhas de análise deverão ser utilizadas para a determinação da tendência de crescimento mais provável, ou seja:

- A primeira tendência a ser estabelecida baseia-se nos dados de população diretamente atraída, proveniente das fichas de admissão e demissão dos trabalhadores na implantação do empreendimento. A partir dessas fichas, serão identificados os trabalhadores admitidos procedentes de outras regiões, bem como aqueles que se transferiram acompanhados de suas famílias. As fichas de registros de migrantes poderão complementar as informações com referência à migração indireta;
- A segunda tendência a ser trabalhada tem por base os indicadores de frequência à escola (ou de domicílios nas quadras amostradas), estabelecendo-se uma relação entre a migração identificada na amostra, a saída de famílias identificada na pesquisa dos alunos que abandonaram a escola (ou de substituição dos moradores nas quadras amostradas) e o crescimento demográfico da cidade. Com os dados coletados na pesquisa direta realizada, será possível estimar-se, além dos fluxos migratórios de chegada e saída à cidade, a migração direta ou indiretamente associada à implantação do empreendimento;
- O terceiro conjunto de informações referentes aos pedidos de novas ligações elétricas residenciais poderá fornecer uma estimativa do número de novas famílias de moradores na cidade de Porto Velho, em cada um dos semestres considerados.

A análise dos resultados obtidos através desses três conjuntos de dados permitirá correção nas tendências de crescimento apresentadas na Tabela 1. Deve-se lembrar que essa tabela apresenta os acréscimos de população relacionados à implantação do empreendimento na região, não considerados na tendência histórica de crescimento da cidade de Porto Velho. Para as estimativas de população total deverão ser utilizados os dados de tendência considerados no Plano Diretor de Porto Velho e os resultados das pesquisas de monitoramento. As informações do Censo Demográfico de 2.010 oferecerão um parâmetro para a correção das estimativas, além de informações precisas sobre vários indicadores referentes à qualidade de vida da população. Os resultados do monitoramento permitirão ao empreendedor confirmar ou rever as ações sob sua responsabilidade, propostas nos diversos subprogramas, e ao poder público acompanhar, planejar e readequar, se necessário, sua política de atendimento à população.

1.1.3 Responsabilidades

A execução das atividades aqui previstas é de responsabilidade exclusiva do empreendedor, que deverá assinar convênios com instituições locais para participação nas várias ações planejadas. Nesse conjunto de ações encontram-se a contratação de pessoal, o atendimento aos migrantes, a realização de pesquisas, a discussão e apresentação dos resultados.

1.1.4 Relatórios / Produtos

O Centro de Referência para Migrantes deverá apresentar relatórios trimestrais sobre as atividades realizadas, mostrando o número de atendimento e os dados obtidos nas fichas preenchidas. Considerando-se o início das atividades de atendimento no segundo semestre de 2008 e seu encerramento em dezembro de 2015, época em que tanto as contratações

como as demissões de trabalhadores atingem patamares mínimos, serão ao todo 18 relatórios trimestrais a serem apresentados.

Quanto ao monitoramento do crescimento demográfico, os relatórios previstos são:

- Relatório inicial, a ser finalizado em julho de 2008, com as informações referentes ao período anterior ao início das obras (t₀), com base nas informações da Contagem da População 2007 e nos levantamentos das condições iniciais de todas as variáveis a serem acompanhadas no monitoramento;
- Relatórios semestrais, com resultados do monitoramento do crescimento populacional através da análise do aumento da demanda por vagas escolares, da expansão do número de ligações de energia elétrica, das fichas de admissão de trabalhadores e das pesquisas domiciliares (estas últimas realizadas anualmente). O primeiro relatório deverá ser apresentado em dezembro de 2008, o segundo em julho de 2009 e assim sucessivamente até o 16º, a ser apresentado em julho de 2016, ano de conclusão da implantação do empreendimento;
- Relatório comparativo entre as estimativas do crescimento populacional realizado e os dados do Censo Demográfico de 2010. Tendo em vista o prazo necessário para o processamento dessas informações, esse relatório, que deverá comparar os resultados do censo com a estimativa de julho de 2010, poderá ser finalizado junto com o relatório de monitoramento referente ao mês de dezembro de 2011. Os resultados do Censo Demográfico constituirão uma nova base para as estimativas dos semestres posteriores, até o final dos trabalhos.

1.1.5 Cronograma

Conforme apresentado no item anterior, supõe-se o início das atividades do monitoramento no primeiro semestre de 2008 (relatório inicial a ser finalizado em julho de 2008), conforme cronograma de atividades apresentado no Anexo XI.

1.1.6 Interfaces com outros Programas

O monitoramento do crescimento populacional deverá oferecer subsídios a todos os programas ambientais que necessitem da estimativa de população para o cálculo de indicadores e dimensionamento de suas atividades.

1.2 Educação

Apresentam-se a seguir as medidas de apoio aos serviços educacionais ofertados no município de Porto Velho, considerando o crescimento populacional decorrente da implantação o AHE Santo Antônio. As medidas relacionadas às unidades escolares diretamente afetadas pela formação do reservatório serão tratadas no Programa de Reassentamento da População Atingida.

1.2.1 Justificativa

O aumento da população no núcleo urbano de Porto Velho, em decorrência da **implantação** o AHE Santo Antônio, provocará um acréscimo da demanda pelo serviço de educação, pressionando a infra-estrutura atualmente existente e podendo ocasionar queda na qualidade do ensino ofertado à população e ônus para os cofres públicos.

O serviço de ensino da cidade de Porto Velho é formado por escolas públicas – estaduais e municipais – e estabelecimentos particulares. Segundo os estudos que integram o EIA/RIMA do AHE Santo Antônio e informações recentes, repassadas pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, as escolas sob responsabilidade do poder público municipal oferecem o ensino infantil e fundamental, com duração de nove anos, atendendo alunos com idade entre 06 e 14 anos, além da educação para jovens e adultos - EJA (a partir de 18 anos de idade); a rede estadual é responsável pelo ensino médio, atendendo alunos nas faixas etárias de 15 a 17 anos e também pela educação de jovens e adultos. A relação dos estabelecimentos de ensino existentes na cidade de Porto Velho, sob responsabilidade do poder público, está apresentada nos Anexos VII e VIII.

Nos últimos anos, houve um esforço, por parte dos governos estadual e municipal, no sentido de melhorar o atendimento dos serviços educacionais prestados à população local, ampliando o número de escolas e de salas de aula e oferecendo transporte escolar para os alunos; foram contratados professores e oferecidos cursos de capacitação, através de parcerias com a Universidade de Rondônia e o Ministério da Educação, entre outras instituições.

A Secretaria Municipal de Educação elaborou um diagnóstico da situação educacional existente e, a partir daí, montou um planejamento estratégico para responder às principais demandas, tanto para as zonas urbanas quanto rurais do município, com os seguintes eixos orientadores: Melhoria da Capacidade de Gestão; Ampliação do Atendimento; Melhoria da Qualidade de Ensino e Permanência dos Alunos da EJA. Foram construídas, ampliadas e reformadas escolas; foi ampliado o atendimento pelo transporte escolar; introduziram-se melhorias da qualidade de ensino e houve maior valorização profissional.

No entanto, faltam recursos para executar várias outras ações programadas. De acordo com informações de representantes da citada Secretaria, do ano de 2005 até o presente momento, as escolas da área rural do município tiveram um acréscimo de mais de 4.000 alunos e a oferta de transporte escolar mais que duplicou, atendendo atualmente cerca de 7.500 alunos, cujas moradias se encontram a mais de 2 km de distância da escola. O acesso aos estabelecimentos de ensino é muitas vezes dificultado pela distância entre a moradia dos alunos e a escola mais próxima, o que é agravado pela inexistência e/ou deficiência dos acessos, principalmente na época das chuvas. Os meios de transporte utilizados variam, podendo ser barco, ônibus, bicicleta e passe escolar. A SEMED desenvolve vários projetos e, para isso, conta com a parceria de instituições e órgãos como Polícia Militar, Polícia Civil, Marinha do Brasil, Governo Federal, SEDUC, Câmara Municipal de Porto Velho, Ministério Público, SIPAM, Banco do Brasil, UMDIME-RO, Conselho Municipal de Defesa da Mulher, Conselho de Defesa da Criança e Adolescente, Conselho Municipal da Educação, Movimento Juventude Alternativa, Movimento Hip-Hop da Floresta, Coletivo Jovem pela Sustentabilidade, Fundação Roberto Marinho, CETENE, SEBRAE, SESC, SINTERO, ELETRONORTE, CERON, UNIR, Central de Produtores Rurais, GEFA, Igrejas e outros.

A rede de ensino estadual também oferece transporte terrestre e fluvial para os alunos que freqüentam seus estabelecimentos e, de acordo com informações de representante da

SEDUC, o atendimento cobre quase cem por cento da demanda. Desenvolve vários projetos nas escolas sob sua responsabilidade, podendo-se citar: Educação de Jovens e Adultos - EJA; Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida); Construindo a Agenda 21 na Escola; Cultura e Desporto Escolar; Projeto Escola de Dança; Ciclo Básico de Aprendizagem. (CBA); Classe de Aceleração de Aprendizagem; Projeto de Educação Fiscal; Projeto Práticas Afirmativas no Espaço Escolar (PAEES); Projeto de Coordenação para a Diversidade nas Comunidades Tradicionais Quilombolas e Ribeirinhas (CEQUIR); Projeto de Educação Especial; Projeto de Educação Profissional; Projeto de Ensino Médio no Campo (PROEMCRO); Projeto de Iniciação Científica; Projeto Espanhol; Projeto Terceirão; Projeto do Empreendedorismo; Projeto Feira de Ciências da Educação Básica (FECEB); Projeto Ensino Médio Integrado (EMI).

Entretanto, apesar das melhorias introduzidas, o sistema educacional existente no município de Porto Velho ainda padece dificuldades e carências, relacionadas tanto à infra-estrutura física quanto à qualidade do ensino ofertado. São necessárias mais e melhores escolas, melhorias no transporte escolar e cursos de qualificação para os professores. Outro problema enfrentado pelas responsáveis pelo serviço educacional refere-se ao desembolso de recursos destinados à educação (parte estadual e parte federal) que, segundo as entrevistas realizadas quase sempre chegam com certo atraso.

Conforme a mesma fonte, as escolas públicas (estadual e municipal) existentes conseguem atender toda a demanda atual por educação. Ressaltam, entretanto, que o sistema educacional da cidade de Porto Velho não está aparelhado para absorver o contingente de novos alunos que surgirá em decorrência do fluxo migratório previsto com a implantação o AHE Santo Antônio.

Conforme estimativas referentes à população atraída (ver item 1.1), haverá um acréscimo de 37.213 pessoas na cidade de Porto Velho, com idade entre 0 e 59 anos, aí incluídos os trabalhadores contratados pelo empreendedor e a população indiretamente atraída pelas oportunidades de trabalho e renda.

O estudo realizado considerou que os trabalhadores contratados estarão na faixa etária de 20 a 59 anos e que em parte eles migrarão desacompanhados de suas famílias, passando a residir nos alojamentos construídos pelo empreendedor junto ao canteiro. Outra parte, formada por população moradora na região, será diariamente transportada de suas casas para o local das obras. Considera-se, portanto que essas pessoas não irão impactar os serviços educacionais. Por outro lado, estima-se a chegada de um total de 9.581 migrantes com idade entre 06 e 19 anos, que passarão a residir na cidade de Porto Velho, conforme mostrado na Tabela 2.

Para efeito de planejamento das ações de apoio ao serviço de educação, apresentado a seguir, considerou-se esses migrantes como potenciais usuários das escolas locais. Dessa forma, para atender ao crescimento da demanda serão necessárias a construção, ampliação e/ou reforma de novas unidades de ensino na cidade de Porto Velho, bem como a contratação e qualificação de professores.

1.2.2 Objetivos

As medidas propostas têm como objetivo implantar ações de apoio ao poder público, com vistas à adequação do setor de ensino de Porto Velho para atender ao crescimento da demanda e aumento da pressão sobre os serviços educacionais, evitando, assim, queda na qualidade e crescimento dos gastos públicos com educação.

1.2.3 Metas / Resultados esperados

Pretende-se que a implantação das ações aqui apresentadas, de apoio ao serviço de educação, contribuam para a qualidade do ensino prestado à população. Para tanto, serão construídas, ampliadas e/ou reformadas escolas, objetivando a criação de, pelo menos, 82 novas salas de aula na cidade de Porto Velho, considerando o crescimento populacional previsto para a localidade. Prevê-se que 68 delas estarão destinadas à rede municipal e 14, à estadual.

Quanto à sede do distrito de Jaci-Paraná, foi estimada a criação de 08 novas salas de aula, uma vez que suas escolas já não conseguem atender à demanda existente.

Ao lado da ampliação da infra-estrutura física, serão oferecidos cursos de capacitação para os profissionais de ensino que irão trabalhar nas novas unidades escolares implantadas.

1.2.4 Procedimentos / Metodologia

Considerando o acréscimo da demanda por serviços educacionais e a pressão sobre a infra-estrutura existente, cabe ao empreendedor implantar medidas preventivas que evitem problemas para a população e para o poder público.

Para isso, o primeiro passo a ser dado deverá ser a busca de entendimento e o estabelecimento de convênios e parcerias com a administração municipal e as concessionárias públicas responsáveis pelos serviços de ensino - Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação. O poder público será responsável pela implantação das medidas, cabendo ao empreendedor arcar com os custos necessários à implantação das ações descritas a seguir.

Para subsidiar o planejamento das ações voltadas para a adequação do sistema educacional do município de Porto Velho, torna-se necessário elaborar um diagnóstico atualizado dos serviços educacionais existentes, considerando tanto as escolas públicas (municipais e estaduais) quanto as particulares. Uma vez que a Secretaria Municipal de Educação já tem um diagnóstico das escolas sob sua responsabilidade, torna-se necessário somente fazer sua atualização. Esse diagnóstico deverá retratar, entre outros, os seguintes aspectos:

- número total de escolas públicas (municipais e estaduais) e particulares;
- cursos oferecidos;
- número de salas de aula, por série e por escola;
- equipamentos existentes nas escolas;
- número de docentes, por disciplina e por escola;

- número de outros funcionários que trabalham nas escolas;
- número de alunos freqüentes, total e por série freqüentada;
- existência de vagas nas escolas, por série e período;
- escolas com existência de terrenos que permitam a ampliação do prédio;
- prédios escolares que necessitam de reforma;
- terrenos públicos que permitam a implantação de novos prédios escolares etc.

Após o conhecimento da realidade atual e diante das estimativas de chegada de pessoas, incluídas na categoria de usuários do sistema de ensino, terá início a fase de elaboração e execução de projetos, objetivando a adequação da infra-estrutura física, através de reforma, ampliação e/ou construção de novas unidades escolares e compra de equipamentos, bem como a capacitação de profissionais do ensino (docentes e outros).

As estimativas feitas para a população direta e indiretamente atraída pela implantação o AHE Santo Antônio (ver Tabela 2) apontam que, no ano de 2011, haverá um contingente de 9.581 pessoas nas faixas etárias de 06 a 19 anos, assim distribuídas:

- 650 com 06 anos de idade, correspondentes a crianças atendidas pela educação infantil;
- 5.309 nas faixas etárias de 07 a 14 anos, correspondendo a alunos do ensino fundamental;
- 2.138 nas faixas etárias entre 15 e 17 anos, correspondendo a alunos do ensino médio;
- 1.484 terão entre 18 e 19 anos de idade, correspondendo a potenciais alunos da EJA.

Assim, será necessária a ampliação da rede de ensino, através da criação de novas salas de aula, além da contratação e capacitação de novos profissionais voltados para atendimento desse público.

1.2.5 Responsabilidades

A responsabilidade pelo desenvolvimento das ações aqui previstas é do empreendedor, que deverá realizar convênios com as instituições competentes – Secretarias Estadual e Municipal de Ensino – para sua efetiva realização.

Para o cálculo do total de novas salas de aula a serem construídas na cidade de Porto Velho, considerou-se os números antes referidos, ao lado de outras variáveis, como o fato de que cada sala de aula comporta até 40 alunos e que as escolas funcionam em três turnos (manhã, tarde e noite). Dessa forma, deverão ser criadas 82 novas salas de aula na cidade de Porto Velho, distribuídas da seguinte forma:

- 06 salas de aula destinadas à educação infantil;
- 45 salas de aula destinadas ao ensino fundamental;
- 18 salas de aula destinadas ao ensino médio;
- 13 salas de aula destinadas à educação de jovens e adultos.

Com relação à ampliação da infra-estrutura educacional da sede distrital de Jaci-Paraná, deverão ser construídas 08 novas salas de aula anexas às escolas atualmente existentes na localidade, sendo 04 para a rede municipal e 04 para a rede estadual de ensino.

Ao lado dessas ações, o empreendedor também deverá promover medidas para estimular a oferta de vagas nas escolas da rede particular existente na cidade de Porto Velho, bem como estimular a implantação de novas escolas por grupos particulares que atuam na área educacional em outros locais do país, aumentando a oferta de ensino e diminuindo a pressão sobre os serviços públicos de educação.

Além da implantação das medidas de adequação dos serviços de ensino para atendimento aos migrantes, torna-se necessário o monitoramento das ações a serem implementadas, visando a ajustes nas estimativas realizadas. Para tanto, serão utilizadas as informações obtidas através do acompanhamento do número de matrículas e evasão escolar (Anexo IV), bem como os demais indicadores de monitoramento da expansão populacional, descritos no item 1.1.2 deste documento.

1.2.6 Relatórios / Produtos

Prevê-se a emissão de relatórios trimestrais com a análise dos dados obtidos, sendo que o primeiro relatório deverá ser apresentado em junho de 2008, e assim sucessivamente até dezembro de 2016, ano de conclusão da implantação do empreendimento.

1.2.7 Cronograma

O Cronograma de atividades de apoio ao município na condução da questão educacional está apresentado no Anexo XI.

1.2.8 Interfaces com outros Programas

Este tema tem interface com:

- Programa de Compensação Social, do qual é parte integrante;
- Programa de Gerenciamento Ambiental;
- Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental.

1.3 Habitação

Apresenta-se, a seguir, a análise da questão habitacional sob o ponto de vista dos programas ambientais, procurando detalhar as ações do empreendedor no que diz respeito ao tema.

1.3.1 Justificativa

Os estudos relativos à estimativa de população atraída – item 1.1 – indicaram que, no período de maior pico das obras, a cidade de Porto Velho irá receber 2.115 famílias de trabalhadores contratados pelo empreendedor e 7.032 famílias indiretamente atraídas pelas oportunidades criadas a partir da implantação da Usina, totalizando 9.147 novas famílias na cidade.

Se, por um lado, o crescimento populacional proporcionará a dinamização de vários setores da economia local, por outro, é indicativo de novos desafios para o poder público, que já enfrenta um quadro de carências e precariedade que caracteriza o espaço urbano de Porto Velho.

De fato, a situação atual do município tem origem no histórico de sua ocupação, caracterizado por intenso processo migratório, notadamente na década de 1980, quando se iniciou o chamado “Ciclo do Ouro”. A partir da descoberta do metal no Rio Madeira (1981), houve a instalação do Estado de Rondônia (1982) e a pavimentação da BR-364, rodovia que atravessa a cidade e liga o sul-sudeste do País ao Acre (1983/84).

À intensidade do crescimento urbano da cidade de Porto Velho não corresponderam os necessários investimentos do setor público, o que resulta na formação de periferias desprovidas dos serviços básicos. Além disso, com o declínio do ouro, os anos 90 foram marcados pela estagnação econômica, o que provocou o agravamento dos problemas urbanos.

Ressalta-se que o sítio onde se assenta a cidade mostra a presença de uma extensa e intrincada rede hidrográfica sobre topografia plana, o que dificulta o escoamento superficial.

A questão da propriedade urbana é outro fator decorrente do processo de formação do município: boa parte dos terrenos, ocupados de forma desordenada, não é regularizada. E, como se sabe, a regularização da propriedade é importante na medida em que possibilita melhores condições de acesso a financiamentos e crédito para investimento nos imóveis e induz a execução de melhorias nos mesmos, face à segurança adquirida pelos proprietários.

Conforme citado no documento elaborado pelo Ministério Público a respeito dos Estudos Ambientais das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, levantamentos feitos pela Cobrape na Prefeitura Municipal de Porto Velho indicaram um percentual de cerca de 70% de imóveis em situação de irregularidade no município, principalmente por questões fundiárias. Além da velocidade da ocupação e do parcelamento do solo, ocorridos na década de 80, a condição inicial de Território, onde havia grande indefinição quanto à propriedade dos terrenos, contribuiu para a dificuldade atual de regularização da posse.

A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SARMU tem concentrado sua atuação na regularização fundiária dos assentamentos mais precários e na definição de uma política habitacional de interesse social, o que poderá, a médio e longo prazo, reverter o quadro atual.

No curto prazo, contudo, mesmo que várias ações sejam empreendidas, deverá prevalecer ainda um quadro de carência, dado o déficit habitacional registrado na cidade. De acordo com trabalho desenvolvido em 2004 pela Fundação João Pinheiro, em 2000 a cidade de Porto Velho possuía um déficit habitacional da ordem de 10.600 unidades, grande parte dele atribuído a problemas de inadequação.

A chegada de um novo contingente populacional à cidade, ao mesmo tempo em que dinamizará o mercado imobiliário, gerando renda para vários proprietários e empreendedores da construção civil, poderá provocar movimentos especulativos e ajustes na relação da oferta e procura de unidades habitacionais que resultarão em elevação dos preços e, conseqüentemente, em prejuízo para aqueles que vivem de aluguel ou em casas cedidas.

De acordo com informações de agentes do mercado imobiliário local, em 2007 já se observava a elevação dos preços dos imóveis para aluguel, em função da expectativa de aumento da demanda.

Há que se considerar ainda os riscos de ocupação e adensamento de áreas impróprias a edificações, como resultado do crescimento da demanda de baixa renda que não interessa ao mercado atender, aliados à dificuldade do poder público em responder às pressões.

Estudo elaborado pela Cobrape estimou em 800 ha a área de vazios urbanos existentes em Porto Velho e uma densidade praticada de 34 hab/ha. Mantendo-se essa densidade, a malha urbana existente seria capaz de abrigar 27.200 habitantes. Utilizando uma densidade um pouco maior³, de 50 hab/ha, esses vazios poderiam abrigar até 40.000 habitantes. De qualquer modo, a precariedade de áreas já urbanizadas e a possibilidade de que muitos desses vazios não se configurem como áreas propícias à ocupação reforçam a idéia de que há necessidade de investir em novos parcelamentos.

Informações coletadas no CREA e em imobiliárias locais indicam que a iniciativa privada está mobilizada para a oferta de novas unidades habitacionais em Porto Velho, estimando-se em cerca de 2.000 apartamentos atualmente em construção na cidade. Segundo informado, a maior parte dos projetos é voltada para as classes de média e alta renda. Alguns lançamentos direcionados para as classes de menor poder aquisitivo situam-se em patamares de preços ainda elevados para grande parte da população e, possivelmente, dos migrantes. Nos últimos três anos, cinco conjuntos de casas populares, somando cerca de 1500 unidades, foram viabilizados pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR, do Governo Federal, e mais dois estão sendo construídos. Contudo, para a parcela da população com renda inferior a três salários mínimos, as unidades produzidas pelo PAR também são de difícil acesso. Casas de padrão popular, em bairros afastados da área central, custariam em torno de 50 mil reais. Finalmente, há informações de que unidades habitacionais unifamiliares estão sendo construídas por pessoas não ligadas ao mercado habitacional, antevendo a possibilidade de obtenção de renda com aluguel ou venda.

Diante do exposto, acredita-se que o mercado imobiliário local está apto a oferecer moradia aos trabalhadores da obra e à parcela da população atraída com condições de arcar com os custos de aluguel ou compra em situação de um mercado aquecido e, provavelmente, com preços majorados por questões especulativas.

A principal questão do acesso à moradia, contudo, permanece para os que têm rendimento abaixo de três salários mínimos, sejam eles atuais moradores em casas cedidas e alugadas ou população atraída.

Conforme explicitado em Cartilha disponibilizada em 10 de janeiro de 2008, através da Rede Plano Diretor do Ministério das Cidades – link Biblioteca, a atual política habitacional em curso no município de Porto Velho é voltada para famílias com renda até seis salários mínimos. De acordo com tal publicação, a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária estabeleceu convênio com o Governo Federal / Ministério das

³ Na cidade se observa uma tendência recente de verticalização, dispersa na mancha urbana.

Cidades e com a Caixa Econômica Federal para a criação e execução de uma política habitacional que garanta a qualidade de vida a todos.

Na Tabela 4, estão reproduzidos os programas habitacionais disponibilizados pelo Ministério das Cidades e previstos no âmbito da política habitacional do município de Porto Velho.

Entre eles se destacam os programas de Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional e de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, o Pró-moradia e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que contam com a participação direta da administração pública municipal em sua condução e implementação.

Os Programas de Apoio ao Poder Público, no caso o município, prevêem o repasse de recursos do Orçamento Geral da União mediante contrapartida do ente federativo ou órgão receptor, constituída por recursos financeiros, bens ou serviços financeiramente mensuráveis, passíveis de compor o investimento.⁴

TABELA 4

PROGRAMAS HABITACIONAIS DISPONIBILIZADOS PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Especificação	Programas / Ações
Construção de Unidades Habitacionais	Apoio ao poder público para construção habitacional
	Programa de Subsídio à Habitação
	Carta de Crédito Individual
	Carta de Crédito Associativo
	Programa de Arrendamento Residencial – PAR
	Programa de Crédito Solidário
Produção de Lotes Urbanizados	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional
Urbanização de Assentamentos Precários	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários
	Pró-moradia
	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Cabe destacar que, desde 2005, o município já foi contemplado com a soma aproximada de 37 milhões dos seguintes Programas: de Habitação de Interesse Social – HIS; de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH e Programa de Urbanização, Regulamentação e Integração de Assentamentos Precários, com uma estimativa de 47.400 beneficiários. Desse montante, 68% foram repassados em 2007 e 5% estão garantidos para 2008.

Tais investimentos deverão atuar na redução do atual déficit habitacional, uma vez que parcela dele se deve a problemas de inadequação da moradia, inclusive quanto à ausência de saneamento básico.

⁴ O aporte de contrapartida é obrigatório e será calculado em valor correspondente aos percentuais estabelecidos pelo MCidades, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente e com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), variando de 3 a 30%, no caso de municípios, e 10 a 40%, no caso do DF e dos estados.

1.3.2 Base legal

A base legal para o município de Porto Velho atuar sobre a questão habitacional é dada pela Constituição Federal que, em seu artigo 23, define:

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.”

A administração de Porto Velho está desenvolvendo, com apoio de uma consultoria externa, estudos específicos para a definição da Política Municipal de Habitação, que deverá resultar em legislação específica.

A parceria com o Ministério das Cidades para a implementação de Programas oferecidos pelo Governo Federal pressupõe, obviamente, a observação da legislação específica que orienta a formulação e condução dos mesmos.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, com o objetivo de implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

O Sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

A Lei nº 11.124 também instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que centraliza os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS. O Fundo é composto por recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, dotações, recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais e receitas de operações realizadas com recursos do FNHIS. Esses recursos têm aplicação definida pela Lei, sendo a assinatura de um Termo de Adesão ao SNHIS uma das exigências para os governos dos estados, do Distrito Federal e as prefeituras requererem recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. O município de Porto Velho assinou o Termo de Adesão em fevereiro de 2007.

Está também em curso, no município, a elaboração de um novo Plano Diretor, que estabelecerá a política de ordenamento do território, garantindo o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Em versão preliminar, ainda não aprovada na Câmara Municipal mas já apresentada e discutida em audiências públicas, o Plano Diretor de Porto Velho apresenta como propostas relativas à questão da moradia, entre outras, as seguintes:

“Desenvolver e implantar amplo programa de regularização e urbanização de áreas de ocupação precária;

Promover programas de qualificação de mão-de-obra e disseminação de tecnologias apropriadas e prestar orientação e apoio técnico à auto-gestão da construção de habitação de interesse social;

Reduzir a inadequação habitacional, estabelecendo programas para implantação de infraestrutura e serviços urbanos em todo o perímetro urbano.”

As ações voltadas à solução de problemas habitacionais a serem apoiadas pelo empreendedor deverão, portanto, estar em consonância com as diretrizes do Plano Diretor e com a Política Municipal de Habitação de Porto Velho, bem como com as políticas habitacionais do Estado de Rondônia.

1.3.3 Objetivos

O objetivo principal do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, no que concerne à habitação, é auxiliar a administração municipal a implementar programas, projetos ou ações que contribuam para evitar o agravamento dos problemas habitacionais identificados no município, em decorrência da implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

1.3.4 Metas/resultados esperados

A meta das ações propostas é contribuir para a implementação da política habitacional explicitada pelo município (ver item 1.3.1), mediante a elaboração de projetos urbanísticos, arquitetônicos e seus complementares que constituirão parte da contrapartida do município necessária à obtenção de recursos do Programa de Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional, disponibilizado pelo Ministério das Cidades.

Para estimar o montante de famílias atraídas com rendimento médio mensal abaixo de três salários mínimos a serem atendidas pelo citado Programa Federal, foi adotada a distribuição de renda familiar da população urbana do Estado de Rondônia a partir da informação de renda *per capita* informada no Censo Demográfico 2000, do IBGE. Considerando uma família média de quatro pessoas, obteve-se um percentual de 27,0% de famílias em faixas de renda até três salários mínimos. Tendo em vista a previsão de 7.032 famílias atraídas, estima-se em 1.900 as famílias nessa situação.

1.3.5 Procedimentos / Metodologia

Considerando a meta antes mencionada, este subprograma pressupõe, *a priori*, a participação da Prefeitura Municipal de Porto Velho na definição do local ou dos locais no município onde serão implementados os projetos habitacionais.

Para o desenvolvimento dos projetos propostos, o primeiro passo deverá ser, portanto, a busca de entendimento com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação, que deverá definir o local ou os locais destinados à implantação dos conjuntos habitacionais e os parâmetros a serem adotados na elaboração dos projetos. O cumprimento da meta estabelecida, ou seja, a elaboração de projetos urbanísticos, arquitetônicos e complementares para atendimento a 1.900 famílias será avaliada através da análise de

conclusão e aprovação, pelos órgãos da administração municipal, dos projetos que contemplem o número total de unidades habitacionais previstas.

Cabe destacar que esse montante de unidades habitacionais poderá estar distribuído em mais de um conjunto, dependendo da disponibilidade de terrenos na malha urbana e do interesse da administração pública quanto à localização dos mesmos, exigindo, portanto, a elaboração de tantos projetos urbanísticos quanto forem necessários para contemplar as 1.900 novas moradias.

1.3.6 Responsabilidades

As ações propostas no âmbito deste tema, ou seja, a elaboração dos projetos urbanísticos, arquitetônicos e complementares são de responsabilidade do empreendedor, sendo necessária a contratação de equipe constituída por profissionais da área de arquitetura, engenharia e topografia para a elaboração dos mesmos.

A partir desta definição, o empreendedor, através de sua Gerência Ambiental, deverá providenciar a contratação dos serviços de elaboração dos projetos e levantamentos necessários à execução dos mesmos.

1.3.7 Relatórios / Produtos

Os produtos previstos, no que se refere à habitação, são os projetos urbanísticos dos conjuntos ou conjunto habitacional, os projetos complementares – geométrico, de terraplenagem / greides, pavimentação e drenagem - e os projetos das tipologias habitacionais propostas. Deverá ser elaborado, também, um relatório final, a ser emitido após a conclusão da elaboração dos projetos, sintetizando e informando sobre seu conteúdo.

1.3.8 Cronograma

As atividades de apoio ao município, no que se refere à questão habitacional, serão iniciadas em março de 2008 e concluídas até setembro de 2008, de modo a possibilitar o encaminhamento do Projeto ao Ministério das Cidades até o início da obra.

1.3.9 Interfaces com outros Programas

Como um tema do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, a questão da habitação se insere no contexto dos demais componentes do mesmo, relacionando-se diretamente com a estimativa de atração de trabalhadores e migrantes em decorrência da implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e com o monitoramento do crescimento populacional, também previstos no âmbito do Programa de Compensação Social.

1.4 Saneamento Básico – Projeto e Construção de Aterro Sanitário para Porto Velho

No Estudo de Impacto Ambiental os aspectos relacionados ao saneamento básico de Porto Velho foram identificados como necessitando de um mínimo de apoio, uma vez que com atração de população devido à implantação do AHE Santo Antonio, os serviços de abastecimento doméstico, esgotamento sanitário e de resíduos urbanos, que não atendem satisfatoriamente às necessidades da população residente, sofreriam um aumento de demanda. Dessa forma, haveria a necessidade de apoiar a melhoria destes serviços.

Ocorre que, o Governo Federal em seu Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, também identificou esta carência de saneamento básico no município e Porto Velho, e destinou à Prefeitura uma verba em torno de R\$650 milhões para saneamento e construção de casas populares, tornando - a uma das unidades da Federação que mais receberão recursos do PAC.

Algumas informações e notícias ilustram as afirmações retro mencionadas:

-“Este ano, a prefeitura deverá começar a executar os projetos de saneamento para expandir o tratamento de esgoto, que atualmente só atende a 3% da população, e universalizar o abastecimento de água, hoje restrito a 50% dos moradores.” (Agencia Brasil,21/01/08)

- “Também estão previstas 1,2 mil casas populares para famílias que vivem em torno de canais e palafitas às margens do Rio Madeira. Somente na expansão da rede de esgoto o recurso destinado é de R\$ 351 milhões, além dos R\$ 5 milhões disponibilizados para a elaboração do projeto. Atualmente, de acordo com o prefeito apenas 3% das ruas da capital são atendidas com esgoto sanitário. Para expandir a rede de água, o Governo Federal liberou R\$ 73 milhões. “Agora toda a população vai ser assistida com água tratada e esgoto. Isso significa mais saúde para os moradores”, ressaltou.” (site da Prefeitura,13/09/07)

De acordo com site RONDONIADINAMICA.COM em 23/1/2008 / 10:57

-“Os primeiros recursos do pac começaram a ser liberados para a capital já no primeiro trimestre de 2007, quando se iniciou a efetivação de assinaturas de contratos entre a prefeitura e a superintendente da caixa econômica federal em rondonia. o primeiro repasse, em 12 de março de 2007, foi de r\$ 9.975.000,00, em outubro o município recebeu um maior montante: r\$ 95 milhões. no dia 09 de outubro, em comunicado oficial, roberto sobrinho informou que, dos r\$ 95 milhões, 35, 4 milhões seriam investidos na drenagem e urbanização do canal santa bárbara; r\$ 37, 3 milhões em urbanização de favelas e em obras nos canais dos tanques, penal, tancredo neves, caladinho, castanheiras e pantanal; outros r\$ 22, 4 milhões seriam destinados para obras no igarapé grande e urbanização de favelas. o prefeito também prometeu que os recursos do pac seriam investidos na construção de 1.200 casas para pessoas que moram em situação de risco, às margens dos canais e igarapés, em vários bairros da capital; em trabalho social com as famílias; naregularização fundiária e urbanizações. no total, porto velho vai receber r\$ 645 milhões via pac, e o prefeito roberto sobrinho prometeu que mais da metade desse recurso vai ser investido na expansão das redes de água e esgoto, que atenderão todos os bairros da cidade – cabe a população acompanhar o cumprimento das promessas, ciente de que as obras viabilizadas pelo pac são obrigação dos executivos municipais, e direito do povo.” (www.rondoniadinamica.com)

1.4.1 Justificativa

Conforme visto anteriormente, a questão dos resíduos sólidos urbanos de Porto Velho, parece não ter sido contemplada no PAC, pelo menos até os dias de hoje – janeiro de 2008.

Por isso mesmo, optou-se pela iniciativa de acrescentar a construção de um aterro sanitário para a cidade de Porto Velho, como uma medida de compensação social para a população em decorrência da atratividade das obras do AHE Santo Antonio.

1.4.2 Objetivos

- Estabelecer convênio entre a empresa Madeira Energia S. A e a Prefeitura Municipal de Porto Velho, RO visando a implantação de um aterro sanitário no município;
- Elaborar o projeto executivo de um aterro sanitário para atender a cidade de Porto Velho;
- Obter o licenciamento ambiental para o aterro sanitário;
- Executar as obras para implantação do aterro sanitário conforme projetado;
- Entregar a obra, pronta para operação, à administração municipal.

1.4.3 Metas/Resultados Esperados

Entregar para a Prefeitura de Porto Velho, RO um aterro sanitário com vida útil prevista para 25 anos.

1.4.4 Responsabilidades

Caberá à empresa Madeira Energia S.A.- MESA:

- Participar do Convênio entre a empresa e a Prefeitura Municipal;
- Arcar com os custos envolvidos na elaboração do projeto executivo e da construção do aterro;
- Arcar com os custos de consultoria de engenharia para atender as atividades previstas e orientar as partes na implantação do aterro, compatibilizando e acompanhando as atividades das mesmas;
- Elaborar o projeto executivo do aterro sanitário para aproximadamente 25 anos de utilização;
- Executar as obras para implantação do aterro sanitário;
- Entregar a obra, pronta para operação, à administração municipal.

Caberá à Prefeitura Municipal:

- Participar do Convênio entre a empresa e a Prefeitura Municipal;
- Arcar com os custos envolvidos para aquisição, registro e liberação do terreno, planta topográfica e sondagens;
- Indicar o terreno de sua propriedade sem passivos ambientais ou de qualquer natureza para implantação do aterro sanitário;
- Fornecer planta topográfica do terreno selecionado, em escala 1:50, bem como resultados de sondagens em quantidades suficientes para caracterização do terreno de acordo com parâmetros técnicos de engenharia necessários para o projeto do aterro;
- Obter, junto aos órgãos competentes, o licenciamento ambiental para implantação do aterro;
- Receber a obra, e operar o aterro sanitário municipal.

1.4.5 Relatório/Produtos

Para acompanhamento das atividades serão emitidos relatórios trimestrais contendo:

- Convênio assinado entre as partes;
- Escritura do terreno;
- Planta topográfica /Resultados de sondagens;
- Projeto executivo do aterro;
- Estudos Ambientais;
- Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação;
- Início e fim das obras;
- Recebimento do Aterro/Encerramento do Convênio

1.4.6 Cronograma

O Cronograma de Atividades está apresentado no Anexo XI.

1.4.7 Interface com outros Programas

Não há.

1.5 Segurança pública

Esta proposta foi elaborada considerando as informações disponíveis nos estudos que integram o processo de licenciamento ambiental o AHE Santo Antônio, realizados quando da concessão da Licença Prévia, e a partir de informações repassadas pelo Comando da Polícia Militar, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia.

1.5.1 Apresentação/Justificativa

A perspectiva de alteração no perfil da criminalidade no município está associada predominantemente à fase de construção do empreendimento, em decorrência do crescimento populacional e da atração de pessoas em busca de trabalho, oriundas de lugares diversos e com hábitos e costumes diferentes.

Esse crescimento demográfico poderá significar sobrecarga no serviço de segurança pública de Porto Velho contribuindo para queda na qualidade do atendimento prestado atualmente à população local.

O âmbito de aplicação das medidas recomendadas é o município de Porto Velho, sendo o público-alvo, de maneira especial, constituído pela população urbana.

1.5.2 Objetivos

As propostas aqui apresentadas têm como objetivo contribuir para que não ocorra queda na qualidade do serviço de segurança pública do município de Porto Velho, em decorrência da implantação o AHE Santo Antônio.

1.5.3 Metas

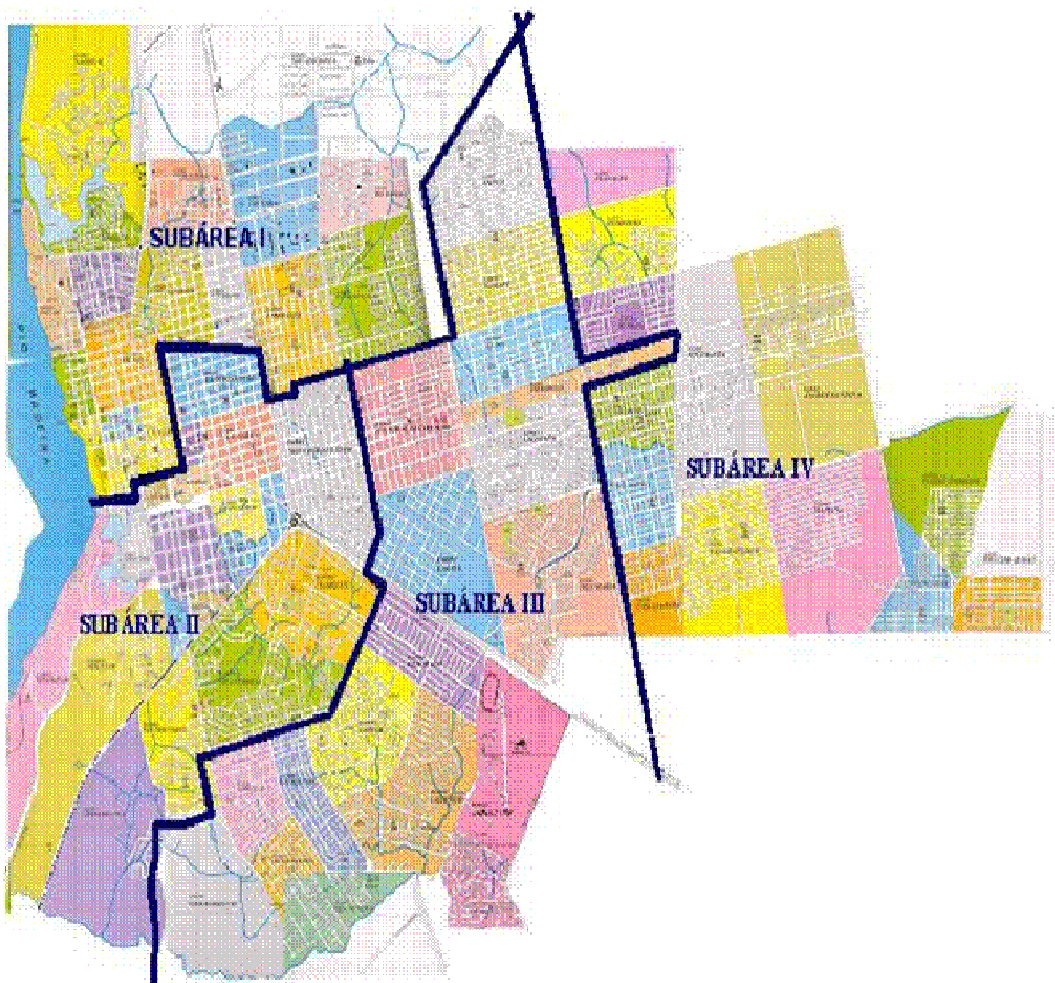
A meta é promover e estreitar os contatos com os órgãos e instituições públicas competentes, visando a que o empreendedor possa contribuir diretamente no processo de adequação do serviço de segurança pública do município, através de estabelecimento de convênio.

1.5.4 Metodologia

Na definição das ações de segurança pública a desenvolver, no âmbito do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, considerou-se pertinente adotar o planejamento operacional já elaborado pela Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O trabalho desenvolvido pela instituição foi concebido com base na identificação dos “aspectos relevantes de cada bairro, como população, índice de criminalidade, área territorial e vias de acesso” e os resultados desses levantamentos permitiram “a divisão territorial da cidade, criando 16 Setores de Policiamento que foram reagrupados em 4 Subáreas”, conforme ilustra a Figura 1, a seguir.

A finalidade da citada setorização foi atribuir responsabilidade territorial pela execução do policiamento e implementar a integração territorial entre as Polícias Civil e Militar na prestação do serviço de segurança pública no município de Porto Velho.



Fonte: Polícia Militar do Estado de Rondônia - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania/2004

Figura 1 - Divisão territorial de Porto Velho

O primeiro trabalho a ser desenvolvido, portanto, no contexto do presente tema, é o contato com os órgãos e instituições públicas competentes, visando ao início da discussão sobre a possibilidade de estabelecimento de convênio entre elas e o empreendedor.

As referências adotadas na construção da presente proposta foram extraídas do Programa de Comando, produzido pela Secretaria de Estado antes referida, que apresenta um conjunto de diretrizes e orientações das atividades a serem desenvolvidas para construção de um “novo modelo de policiamento para a região urbana do Município de Porto Velho”.

Considerou-se adequado assumir os encaminhamentos oriundos do Programa de Comando, que estabelece como “diretriz a filosofia do policiamento comunitário, e como fundamentos a divisão territorial em setores de policiamento, a descentralização das decisões, a responsabilidade territorial pela redução do índice de criminalidade e a proximidade do Comando junto à Comunidade a que presta serviços”. A estratégia adotada foi discutida pelos órgãos competentes do Estado e segue uma condução similar à política de segurança adotada em outros centros urbanos.

No contexto do plano de atuação do Comando, entre outros aspectos, são estabelecidas como políticas e diretrizes de atuação das instituições envolvidas:

- Integrar as ações das Polícias Civil e Militar para atuarem em perfeita harmonia no combate à criminalidade, resguardando-se as competências constitucionais, assim como promover ampla integração operacional com as Polícias Federal e Rodoviária Federal, Forças Armadas e órgãos policiais dos demais Estados da Federação;
- Desenvolver uma programação de relações comunitárias que propicie a polícia integrar e interagir com a comunidade;
- Qualificar os recursos humanos das polícias, corpo de bombeiros e SUPEN para melhor desenvolverem suas atribuições constitucionais;
- Desenvolver um sistema de inteligência policial dedicado à busca de dados, seu processamento, análise e distribuição de informações necessárias ao planejamento estratégico, tático e operacional;
- Utilizar moderna tecnologia e equipamentos apropriados para antecipar as ações que afetam a segurança pública, prevenindo sua ocorrência, bem como atuar com eficácia no sentido de restaurar a ordem pública;
- Desenvolver nos órgãos responsáveis pela segurança pública, a partir dos cursos de formação, consciência institucional do respeito aos direitos humanos e as garantias constitucionais;
- Implantar unidades móveis de mediação e gerenciamento de conflitos, articulado com o Ministério Público em cidades com problemas agrários;
- Realizar o acompanhamento e a avaliação de resultados.

A dinâmica proposta é interessante e caberá ao empreendedor a efetivação do convênio e o repasse de recurso financeiro, contribuindo diretamente para viabilizar a adequação do serviço de segurança pública no município de Porto Velho.

1.5.5 Responsabilidades

A condução das ações pertinentes a este tema será de responsabilidade do empreendedor, em parceria com os órgãos estaduais e municipais de segurança, atuantes no município de Porto Velho.

1.5.6 Relatórios / Produtos

Visando ao acompanhamento da realidade municipal, deverá ser previsto, no escopo do convênio, a produção de relatórios trimestrais, que serão encaminhados às instituições ambientais competentes.

1.5.7 Cronograma

O Cronograma de atividades está apresentado no Anexo XI.

1.5.8 Interfaces com outros Programas

Este tema tem interface com todos os demais subprogramas que integram o Programa de Compensação Social, em especial com o de qualificação de mão-de-obra, que poderá viabilizar cursos específicos que atendam à formação do efetivo policial civil e militar e do corpo de bombeiros do município.

Além da sinergia interna, o tema também terá interface com os seguintes Programas:

- Comunicação Social – ficará responsável pela produção do relatório trimestral e por contribuir na divulgação das atividades e dos resultados alcançados com a política de segurança implementada. Caso haja demanda, a equipe de comunicação também poderá participar da confecção de instrumentos a serem utilizados no encaminhamento das ações de segurança pública;
- Educação Ambiental – a relação de respeito ao meio ambiente é fundamental em qualquer meio social e, dessa forma, as ações de educação ambiental poderão ser adotadas como apoio no processo de integração entre os policiais e a comunidade.

1.6 Lazer

Apresenta-se, a seguir, o detalhamento das ações de apoio ao lazer sob a responsabilidade do empreendedor, recomendadas neste componente do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho.

1.6.1 Justificativa

Conforme mostrado no item relativo à estimativa de população atraída para a cidade de Porto Velho, a implantação o AHE Santo Antônio deverá atrair 9.147 novas famílias em busca de trabalho ou novas oportunidades de negócios criadas a partir do aumento populacional.

Entrevistas com informantes qualificados da atual administração municipal indicam que a cidade de Porto Velho acumula uma carência histórica de investimentos em lazer, esporte e que as ações em curso não são suficientes para suprir a atual demanda por equipamentos e serviços, apesar do esforço dos novos dirigentes municipais.

Nesse cenário, a previsão de aumento da demanda decorrente do acréscimo populacional poderá representar uma queda na qualidade dos serviços existentes, diagnosticados como insuficientes.

No município, a oferta de lazer é atribuição da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que vem trabalhando na recuperação de praças e na construção de sete novos equipamentos, entre quadras cobertas e praças. Além disso, a administração municipal está buscando

recursos para a construção de um Complexo Olímpico projetado para a zona leste da cidade, onde existem altos índices de criminalidade. Espera-se, com o projeto, atuar na redução de tais índices a partir de uma perspectiva de inclusão social através do esporte. Durante as audiências públicas, a construção de centros comunitários destinados a uso múltiplo, incluindo esporte e lazer, foi demandada pelas comunidades de Jaci-Paraná, Morrinhos/Joana D'Árc/Ribeirinho e Porto Seguro, motivo pelo qual foram aqui incluídas ações que visam a atender essas demandas.

Outras demandas também relacionadas à questão do lazer, que surgiram durante as audiências públicas realizadas na região, serão tratadas em outros Programas deste PBA, tendo em vista a interdependência que possuem com os mesmos. É o caso do Programa de Apoio às Atividades de Turismo, cujas ações, além da promoção do turismo, resultarão em ampliação da oferta de lazer; do Programa Ambiental de Conservação e Usos do Entorno do Reservatório, que contemplará áreas específicas para a implantação de equipamentos de lazer; e do Programa de Remanejamento da População Atingida, que, independente da demanda específica das comunidades, incorporará projetos da mesma natureza.

1.6.2 Base legal

O direito ao lazer é assegurado pela Constituição Federal a todos os cidadãos, em seu artigo 6º. O dever do Estado em incentivá-lo, bem como em fomentar práticas desportivas formais e não formais, é estabelecido no Art. 217.

No Art. 227, é colocado como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade e entre outros, o direito ao lazer.

Como antes citado, existe na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Porto Velho uma Secretaria com fins específicos de promover o esporte e lazer, visando ao cumprimento dessas obrigações constitucionais.

1.6.3 Objetivos

O objetivo principal do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho no que concerne ao lazer, é auxiliar a administração municipal em seu propósito promover o esporte e o lazer, com a oferta de equipamentos de lazer às comunidades que deles carecem.

1.6.4 Metas/resultados esperados

A meta do Programa é implantar equipamentos de esporte e lazer em comunidades do município de Porto Velho, carentes de tal infra-estrutura.

Essa meta será atingida através da implantação de quatro centros comunitários de uso múltiplo, incluindo lazer e esporte, dirigidos às comunidades de Jaci-Paraná e de Morrinhos, na margem direita do Rio Madeira, e de Joana D'Árc e de Porto Seguro, na margem esquerda.

1.6.5 Procedimentos / Metodologia

Para a construção dos quatro centros comunitários e de esporte e lazer, prevê-se como procedimento inicial o levantamento de terrenos disponíveis para a implantação dos mesmos nas localidades e a discussão com os moradores quanto ao programa arquitetônico do equipamento a ser implantado. O levantamento dos terrenos disponíveis será conduzido pelo empreendedor, com apoio da administração pública municipal e dos moradores.

Concomitantemente, será contratada pelo empreendedor uma equipe de arquitetos e engenheiros para elaborar os projetos básicos e executivos. Os projetos básicos serão apresentados e discutidos com as respectivas comunidades e deverão ser aprovados por Prefeitura e empreendedor, antes da fase de elaboração dos projetos executivos e seus complementares (ou seja, cálculo estrutural, hidro-sanitário, elétrico e paisagístico). Uma vez concluídos todos os projetos, as obras de execução serão licitadas e contratadas. Posteriormente, esses equipamentos deverão ser repassados à Administração Municipal, que poderá delegar sua gestão às comunidades beneficiadas.

1.6.6 Responsabilidades

A responsabilidade pela elaboração dos projetos e execução das obras é do empreendedor, que contará com a disponibilização de terrenos públicos para a implantação dos equipamentos.

1.6.7 Relatórios / Produtos

Deverão ser elaborados, pelas entidades parceiras, relatórios trimestrais de andamento dos trabalhos.

As obras concluídas constituem os produtos a serem entregues à administração pública municipal, que se responsabilizará por seu gerenciamento, podendo delegar ou não tal responsabilidade às respectivas comunidades.

1.6.8 Cronograma

O Cronograma de Atividades está apresentado no Anexo XI.

1.6.9 Interfaces com outros Programas

Como um componente do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, a questão do lazer relaciona-se com os demais componentes do mesmo subprograma e com as outras ações do Programa de Compensação Social.

Há também interdependência com o Programa de Apoio às Atividades de Turismo; o Programa Ambiental de Conservação e Usos do Entorno do Reservatório; e o Programa de Remanejamento da População Atingida.

2.0 SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

A qualificação da população, um dos componentes deste Programa de Compensação Social

- Apoio ao Município de Porto Velho, é voltada para públicos específicos:
- Os trabalhadores individuais, para o trabalho na construção da usina, em estabelecimentos do setor privado voltados para o atendimento ao acréscimo de demanda, ou em projetos específicos;
- Os empresários, produtores autônomos ou familiares que desejam se organizar, especializar ou aprimorar sua atividade com o objetivo de tornar-se fornecedor das empresas envolvidas na implantação o AHE Santo Antônio.

As ações propostas encontram-se subdivididas em dois grupos, aquelas voltadas para a Qualificação de Mão-de-Obra e as dirigidas à Qualificação de Fornecedores, que envolve o atendimento a todo tipo de organização de produtores, associações, cooperativas e empresas.

2.1 Qualificação de Mão-de-obra

Este item contempla as ações do empreendedor para capacitação da mão-de-obra no município de Porto Velho voltada para as funções a serem diretamente contratadas nas obras de construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio ou para atender a ações ambientais específicas recomendadas em outros programas constantes do PBA.

Procura-se também complementar uma ação já iniciada por instituições sediadas em Porto Velho, entre elas a Secretaria Estadual da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico – SEMDES e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, para qualificação de mão-de-obra voltada para o trabalho na usina ou nas várias atividades econômicas dinamizadas pelo aumento da demanda de mercadorias e serviços na região de entorno o AHE Santo Antônio. O denominado Plano Setorial de Qualificação Hidrelétrica – PLANSEQ é desenvolvido com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego e qualificou, em 2006, cerca de três mil trabalhadores. Encontra-se em fase final de elaboração a proposta para a continuidade do programa, cuja meta é atingir, no médio prazo, um total de 29 mil pessoas qualificadas no município.

2.1.1 Justificativa

Nos Estudos de Impacto Ambiental, conforme mencionado anteriormente, foi utilizada como base para as estimativas de população a contratação de 70% da mão-de-obra para construção do empreendimento na cidade de Porto Velho. Essa percentagem de contratações locais influi diretamente sobre o volume do fluxo migratório que se dirigirá para Porto Velho e será ou não absorvido nos trabalhos de construção. Considera-se que, à medida que o mercado local tiver as condições necessárias para atendimento às demandas do empreendedor e firmas prestadoras de serviços, a contratação de trabalhadores na cidade de Porto Velho será maior, desestimulando pessoas de outras regiões a migrarem para a cidade.

A suposição adotada é que, quanto mais qualificada estiver a mão-de-obra local para atendimento às exigências de contratação na implantação do empreendimento, bem como nas atividades dinamizadas pela construção da usina, maior será a possibilidade de atingir ou mesmo superar a percentagem de trabalhadores locais utilizada nas estimativas, justificando assim a implantação desse conjunto de atividades.

Quanto à qualificação de mão-de-obra para projetos específicos, como o apoio às atividades de jusante, apoio ao município no tratamento das questões relacionadas ao lazer, à segurança pública e à educação, sua necessidade é justificada no âmbito dessas ações.

No que se refere ao Programa de Remanejamento da População Atingida, a proposta da qualificação de mão-de-obra é respaldada pela grande importância dada à questão pelas comunidades Ramal do Arrependido, Jaci-Paraná, Zeca Gordo, Betel, Porto Seguro, Padre Eterno, Santo Antônio e Engenho Novo/São Domingos que, nas reuniões participativas “elaboraram oito propostas que abordam questões referentes à capacitação, tanto de mão-de-obra para trabalhar na construção o AHE Santo Antônio, como nas atividades que já exercem, de forma a poderem participar mais ativamente do mercado”. Assim, esse público deverá ser contemplado também nas ações referentes à capacitação de fornecedores.

2.1.2 Objetivos

As atividades de Qualificação de Mão-de-Obra foram planejadas para atender a dois objetivos principais:

- Qualificar a população local para atender a demanda de mão-de-obra especializada que será gerada pela construção o AHE Santo Antônio;
- Qualificar mão-de-obra pertencente aos seguintes grupos de trabalhadores:
 - Membros de associações ou cooperativas de produção, visando uma melhoria no desenvolvimento de suas atividades;
 - Profissionais para o trabalho em hotéis, restaurantes, agências de viagem e outros estabelecimentos de prestação de serviços, inclusive familiares, voltados para o atendimento aos turistas;
 - Membros das famílias pertencentes às comunidades a serem relocadas que, nas reuniões participativas, colocaram como prioridade em suas reivindicações a qualificação para o trabalho, tanto na construção da usina hidrelétrica, como a melhoria de suas condições de produção para fornecimento de mercadorias às firmas construtoras;
 - Trabalhadores em setores de atividade mobilizados para o atendimento à demanda de produtos e serviços para o canteiro de obras, conforme descrito no item referente à capacitação de fornecedores;
 - Professores das redes de ensino público municipal e estadual contratados para ampliação dos serviços de educação oferecidos à população;
 - Corpo de efetivos da segurança pública pertencentes à polícia civil, militar e corpo de bombeiros.

2.1.3 Metas/resultados esperados

O resultado esperado com a implantação dessas ações é atingir-se a maior percentagem possível de trabalhadores contratados na região de Porto Velho. Tem-se como meta uma percentagem igual ou superior a 70% de trabalhadores residentes na região, entre toda a mão-de-obra contratada para implantação do empreendimento.

Em termos da capacitação de mão-de-obra para desenvolvimento de atividades específicas, a meta é oferecer aos participantes conhecimentos para melhor desenvolvimento dessas atividades, visando à melhoria da qualidade dos serviços ou produtos, do gerenciamento das atividades desenvolvidas pelos grupos, das condições de comercialização da produção, do aproveitamento dos produtos locais e ao desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis.

2.1.4 Procedimentos / Metodologia

As ações de Qualificação de Mão-de-Obra estão voltadas para a capacitação de trabalhadores residentes no município de Porto Velho com o objetivo de reduzir ao máximo os fluxos migratórios para a sede municipal. As ações encontram-se centralizadas na cidade de Porto Velho, apesar de também se prever seu deslocamento para outras localidades, como a sede do distrito de Jaci-Paraná ou de comunidades rurais, com a finalidade de atender a grupos específicos de pessoas a serem qualificadas.

A Qualificação de Mão-de-Obra aqui proposta deverá ser desenvolvida em duas linhas de atuação diferenciadas, conforme detalhado a seguir.

2.1.4.1 Qualificação Continuada de Mão-de-obra

As ações propostas neste item fazem parte de um programa de qualificação de mão-de-obra usualmente adotado pelo empreendedor denominado Programa de Qualificação Continuada – ACREDITAR, criado para qualificar a mão-de-obra local que atuará diretamente na construção do empreendimento. O processo de qualificação está estruturado em módulos definidos da seguinte forma:

- **Módulo Básico**

O Módulo Básico foi desenvolvido para prover as informações fundamentais que os trabalhadores deverão possuir para ingressar no canteiro de obras do empreendimento. Para esta etapa, serão ministrados cursos cujo conteúdo abrange cinco temas essenciais: Saúde, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Psicologia do Trabalho e Qualidade.

Este módulo tem uma carga horária de 32 horas/aula. Ao final, todos os participantes serão submetidos a um exame para aferir o aprendizado. Serão aprovados aqueles que atingirem aproveitamento igual ou superior a 70%. Os trabalhadores aprovados no Módulo Básico poderão escolher as funções em que desejem atuar no empreendimento e realizar os cursos respectivos, que fazem parte do Módulo Técnico, apresentado a seguir.

• Módulo Técnico

O Módulo Técnico foi desenvolvido para formar profissionais nas 16 principais funções demandadas na construção o AHE Santo Antônio que são: Pedreiro, Carpinteiro, Soldador, Armador, Vibradorista, Operador de Carregadeira, Operador de Caminhão Basculante, Operador de Caminhão Fora de Estrada, Operador de Motoniveladora, Operador de Escavadeira Hidráulica, Operador de Trator de Esteira, Operador de Carreta de Perfuração, Mecânico de Equipamento Leve, Mecânico de Equipamento Pesado, Eletricista de Alta Tensão e Eletricista de Corrente Alternada.

Os cursos têm carga horária que variam entre 32 e 153 horas/aula, divididas entre teoria e prática. A exemplo do Módulo Básico, os concluintes do Módulo Técnico serão submetidos a um exame para aferir o aprendizado. Os que atingirem aproveitamento igual ou superior a 70% serão aprovados e terão prioridade na contratação para o trabalho de construção da usina. Os números dos trabalhadores a serem qualificados no âmbito dos módulos Básico e Técnico são apresentados na Tabela 7.

TABELA 7

NÚMERO DE PARTICIPANTES PREVISTOS PARA OS MÓDULOS BÁSICO E TÉCNICO

Especificação		Participantes	Carga Horária (hs/aula)
Módulo Básico		8.720	32
MÓDULOS TÉCNICOS	Armador	800	40
	Carpinteiro	832	60
	Eletricista Corrente Alternada	140	150
	Eletricista de Equipamentos	100	150
	Mecânico Leve	60	153
	Mecânico Pesado	120	153
	Motorista de Veículo Pesado	760	37
	Operador Caminhão Basculante	140	46
	Operador Carregadeira Pesada	30	36
	Operador de Motoniveladora	30	46
	Operador de Perfuratriz	40	42
	Operador Escavadeira	80	47
	Operador Trator de Lâmina	70	49
	Pedreiro	608	60
	Soldador	240	32
	Vibradorista	640	32
Total	4.690	...	

2.1.4.2 Qualificação para atividades específicas

O público alvo para as ações de qualificação em atividades específicas é composto por um grupo diversificado de autônomos, artesãos, professores, policiais, trabalhadores, pequenos produtores rurais e membros de suas famílias que trabalham em assentamentos de reforma agrária, em pequenas propriedades familiares e em comunidades ribeirinhas na área de influência do empreendimento.

Para a capacitação desses grupos de pessoas, as atividades propostas são:

- Assinatura de convênios ou contratos de prestação de serviços com instituições ou consultores especializados na formação dos segmentos demandados, entre eles os trabalhadores em lazer e turismo (cozinheiros, copeiros, camareiras, garçons, barmen, guias etc), os professores, os policiais, os produtores rurais e suas famílias, os trabalhadores em projetos de geração de renda e pequenos estabelecimentos produtivos e familiares, cujo conteúdo inclui a área de cooperativismo / associativismo, gerenciamento da atividade, melhoria da qualidade dos produtos, aproveitamento dos produtos locais e comercialização da produção;
- Repasse dos recursos para as instituições conveniadas referentes a todos os custos do trabalho com o grupo, que inclui contratação de professores, aquisição de material didático, transporte e outros custos necessários à capacitação para o trabalho.

2.1.5 Responsabilidades

As responsabilidades pela condução das atividades aqui propostas são do empreendedor, que deverá disponibilizar os recursos financeiros para desenvolvimento dos trabalhos e constituir equipe formada por profissionais especializados na capacitação de mão-de-obra e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas instituições conveniadas.

Essa equipe será responsável pelo desenvolvimento das seguintes atividades:

- Estabelecimento da programação dos cursos a serem oferecidos;
- Estabelecimento dos conteúdos específicos de cada curso;
- Organização de espaços e equipamentos necessários para o desenvolvimento dos cursos;
- Estabelecimento dos pré-requisitos necessários para os candidatos, recebimento das inscrições e seleção dos inscritos para a frequência aos cursos;
- Coordenação das ações referentes à aquisição e distribuição de material didático, vales transporte e alimentação para os alunos que freqüentarem o curso;
- Desenvolvimento das atividades didáticas programadas, dos testes de aproveitamento e da certificação dos alunos, após a conclusão dos cursos;
- Fornecimento de informações sobre os alunos certificados permitindo às empresas o acesso a um banco de dados de profissionais qualificados bem como monitoramento dos alunos capacitados;
- Elaboração de relatórios trimestrais com análise quanti-qualitativa dos resultados obtidos no período.

As principais instituições identificadas em Porto Velho e que poderão participar como conveniadas para o desenvolvimento das ações de qualificação de mão-de-obra são:

- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Voltado para o atendimento à demanda de formação de mão-de-obra para as atividades terciárias, o SENAC possui atualmente três centros de atendimento ao público na cidade de Porto Velho: a sede da instituição, denominada SENAC Esplanada, localizada no bairro Pedrinhas, e outras duas unidades situadas nas zonas sul e leste da cidade. O SENAC possui um conjunto de cursos e oficinas de menor duração nas seguintes áreas: Artes, Comércio, Gestão, Tecnologia Educacional, Imagem Pessoal, Informática, Turismo e Hospitalidade e Saúde;

- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

O SENAI é uma instituição voltada para a educação profissional e assessoria em informação e tecnologia para a indústria, possuindo uma unidade em Porto Velho localizada no bairro Arigolândia. O SENAI oferece cursos nas seguintes áreas: Alimentação, Mecânica, Confecção, Eletricidade, Eletrônica e Informática.

O SENAI conta ainda com o PAM - Programa de Ações Móveis - que tem como objetivo “implantar estratégias alternativas de educação profissional em Rondônia, ampliando as atividades do SENAI – Departamento Regional, por meio de ações móveis voltadas às necessidades de atendimento fora do raio de abrangência do centro fixo”. Esse programa, segundo a instituição, “caracteriza-se por programas ágeis e flexíveis, com conjuntos didáticos, leves e facilmente transportáveis através da ação móvel integrada”, podendo ser utilizado para atender as sedes dos distritos de Porto Velho, caso haja a possibilidade de disponibilizar-se essa atividade através do convênio⁵.

- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

O SENAR responde pela formação profissional rural e a promoção social de trabalhadores que exercem atividades nos vários ramos de atividades rurais. Possui uma unidade em Porto Velho, no bairro Nossa Senhora das Graças, sendo usual, contudo, a promoção de atividades em áreas rurais, nos locais de residência e trabalho dos produtores. O SENAR possui uma ampla e diversificada gama de cursos nas seguintes áreas de atuação: Agricultura, Pecuária, Florestamento e Reflorestamento, Agroindústria, Aqüicultura, Extrativismo, Mecanização Agrícola, Irrigação e Drenagem, Administração Rural e Prestação de Serviços.

- Outras instituições e pessoas

Além das três instituições citadas, existem outras instituições em Porto Velho com experiência e qualidade tecnológica para desenvolvimento das atividades aqui recomendadas, entre as quais poderão ser incluídos sindicatos, associações, cooperativas ou consultores autônomos, artesões e artistas com notório saber em áreas diversificadas.

⁵ Os cursos oferecidos pelo PAM são: Mecânica de Bicicletas, Mecânica de Motocicletas, Mecânica de Máquina de Costura, Motores Diesel-Marítimo, Refrigeração, Pequenos Objetos de Madeira, Serigrafia, Reparador de Eletrodoméstico, Corte e Costura, Pedreiro, Pintor de Obras, Encanador, Eletricista Predial, Carpinteiro, Eletricista de Autos, Balconista Empacotador, Atendimento em Hotelaria e Restaurante, Pintura e Acabamento de Móveis, Culinária Regional, Doces e Salgados, Conservas e Embutidos, Fabricação de Derivados do Leite, e Panificação e Confeitaria.

2.1.6 Relatórios / Produtos

A equipe técnica responsável pela Qualificação de Mão-de-Obra deverá apresentar, à Gerência Ambiental do empreendimento, relatórios trimestrais de monitoramento das atividades realizadas, com análise dos indicadores referentes à absorção da mão-de-obra capacitada pelo mercado de trabalho em geral, tanto no canteiro de obras para implantação o AHE Santo Antônio como nos vários setores da atividade econômica do município de Porto Velho. Os relatórios deverão analisar os resultados alcançados, indicando alterações das atividades planejadas, caso sejam necessárias.

As alterações finais a serem implementadas deverão ser definidas em conjunto com a gerência ambiental, representantes das instituições conveniadas e responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e subprogramas específicos para os quais a qualificação de mão-de-obra é demandada.

O produto final previsto no programa é a qualificação de:

- 8.720 trabalhadores no módulo básico, que inclui os temas Saúde, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Psicologia do Trabalho e Qualidade;
- 4.690 profissionais nas 16 principais funções demandadas na construção o AHE Santo Antônio;
- 5.000 pessoas em cursos específicos, entre elas os professores, policiais, profissionais das atividades de turismo, produtores rurais e famílias residentes nas áreas diretamente afetadas ou funcionários e membros das famílias de pequenas empresas produtoras de bens ou serviços demandados pelas empresas responsáveis pela implantação do empreendimento.

Ao todo, deverão ser qualificadas 13.720 pessoas para trabalho na construção da usina e em outros projetos e atividades específicas.

2.1.7 Cronograma

A capacitação de mão-de-obra, considerada como uma das mais importantes alternativas para potencialização dos efeitos positivos da implantação do empreendimento em Porto Velho, terá seu início efetivo no primeiro semestre de 2008, sendo mais intensa nos dois primeiros anos após esse início diminuindo de intensidade a partir daí, até encerrar-se em 2015, na fase final de implantação do empreendimento. Conforme o Cronograma de atividades apresentado no Anexo XI.

2.1.8 Interfaces com outros Programas

As atividades de Qualificação de Mão-de-Obra, aqui detalhadas, deverão subsidiar a execução dos seguintes programas:

- Programa de Remanejamento da População Atingida;
- Programa de Apoio às Atividades de Jusante;

- Subprograma de Qualificação de Mão-de-Obra (item 2.2 – Qualificação de Fornecedores);
- Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho (Lazer, Educação e Segurança Pública).

Deverá também manter estreita relação com o Programa de Comunicação Social, para divulgação dos cursos oferecidos, dos resultados alcançados e atendimento a reivindicações apresentadas às equipes responsáveis pela atividade.

2.2 Qualificação de Fornecedores

A Qualificação de Fornecedores é apresentada neste Programa de Compensação Social - Apoio ao Município de Porto Velho como um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, que tem como objetivo apoiar tanto o atendimento à demanda dinamizada pela implantação do empreendimento como a inserção de Porto Velho em um amplo mercado, que engloba não só o norte do Brasil, mas outros países da América do Sul, em uma perspectiva mais ampla.

2.2.1 Justificativa

A expansão das atividades econômicas em todos os setores que tiverem sua demanda ampliada em função da implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio é uma condição para que sejam prevenidos impactos negativos sobre diferentes aspectos, como o aumento de preços ou mesmo a escassez de mercadorias e serviços essenciais à população. Nesses casos, o aumento das demandas não atendidas e a possibilidade de ganhos provocam a atração e ampliação dos negócios, aumentando o fluxo de empresas e pessoas em busca de oportunidades. O mesmo acontece com possíveis empreendedores locais, pessoas que possuem ou têm facilidade para mobilizar recursos e que também tendem a aproveitar as oportunidades surgidas, apesar de, muitas vezes, não possuírem qualificação adequada para iniciar e gerenciar seus empreendimentos. A falta de capacitação para as atividades pode resultar, no médio e longo prazo, após a fase inicial de expansão, em prejuízo para os empreendedores e pessoas a eles associadas, sejam membros da família ou empregados.

A sustentabilidade dos novos empreendimentos ou da expansão de unidades já instaladas em Porto Velho, ampliadas ou modernizadas para aproveitar as novas oportunidades de negócios, torna-se imprescindível não só na fase de dinamização econômica, mas, principalmente, na fase de retração, quando a necessidade de busca de novos mercados exige uma capacitação maior dos empresários locais. A existência de recursos institucionais e técnicos, com grande potencial para favorecer essa sustentabilidade, é a principal justificativa para a implantação de um conjunto de ações de apoio à capacitação de empreendedores locais, conforme detalhamento aqui apresentado. Sua implantação demonstra, também, o compromisso do empreendedor em potencializar, para a economia municipal e regional, os impactos positivos associados à implantação do empreendimento.

2.2.2 Objetivos

O objetivo geral das atividades de Qualificação de Fornecedores é o de oferecer capacitação técnica aos produtores de mercadorias e prestadores de serviços com unidades em Porto Velho, interessados em realizar negócios com as empresas que participam diretamente da implantação o AHE Santo Antônio, bem como em desenvolver futuros negócios em mercados mais amplos.

Esse objetivo geral pode ser dividido em dois objetivos específicos, que são:

- Apoiar, no curto prazo, através do fornecimento de assistência técnica e orientações básicas, os produtores e prestadores de serviços sediados no município, tanto na área urbana como rural, em setores de atividade que atenderão à demanda imediata das empresas contratadas para implantação do empreendimento, entre os quais podem ser citados:
 - Produtos hortifrutigranjeiros – nesse grupo de produtos encontram-se todas as frutas, legumes, hortaliças, derivados do leite e carnes, a serem consumidos na produção de refeições para os trabalhadores na implantação da usina e para atender à demanda da população, de uma forma geral. Os fornecedores desses produtos, aqui considerados, são pequenos produtores rurais, agricultores familiares, que desenvolvem suas atividades nas comunidades ribeirinhas e em assentamentos de reforma agrária localizados no entorno da cidade de Porto Velho e na área rural situada a montante e jusante o AHE Santo Antônio. Esses produtores, nas reuniões participativas desenvolvidas nas comunidades, durante a fase de discussão do EIA, já manifestaram seu interesse em atender às demandas originadas da dinamização econômica provocada pela implantação do empreendimento no município;
 - Turismo e lazer – incluem estabelecimentos do ramo da prestação de serviços de hotelaria (hotéis, pensões, pousadas), restaurantes, bares, lanchonetes, sorveterias e produtores autônomos de salgados e doces, e de serviços relativos ao esporte e ao lazer, localizados tanto na sede do município quanto em localidades com potencial para atração dos trabalhadores em seus períodos de folga (como Jaci-Paraná, Teotônio, Calama e outros);
 - Serviços pessoais – nesse ramo de atividade encontram-se vários tipos de serviços demandados pelos trabalhadores, entre os quais encontram-se cabeleireiros, lavanderias, reforma e confecção de roupas sob medida, academias, etc.
 - Manutenção e reparação de veículos automotores e eletrodomésticos – incluem as oficinas mecânicas de automóveis, motos, caminhões, ônibus e borracharias, que atenderão não só aos trabalhadores, mas a empresas contratadas para a construção da usina, bem como serviços de reparação de eletrodomésticos em geral;
 - Comércio de mercadorias, principalmente de produtos alimentícios e de limpeza, vestuário, calçados, eletrodomésticos, material de construção, papelaria e outros ramos que poderão ter sua demanda potencializada.
- Apoiar, no curto, médio e longo prazo, ações de entidades que já atuam no município de Porto Velho na orientação a empresas e empresários que buscam maior eficiência em seus negócios, com a decorrente lucratividade e sustentabilidade de seus negócios.

Possibilitar um maior aproveitamento das oportunidades derivadas da implantação do empreendimento na região resultará, finalmente, em maior absorção de mão-de-obra local

e, conseqüentemente, redução de fluxos migratórios excessivos para Porto Velho na fase de construção o AHE Santo Antônio. Simultaneamente, propiciará ganhos para o empreendedor, em função da maior eficiência no atendimento da demanda por produtos, bens e serviços para a implantação da usina.

2.2.3 Metas/Resultados esperados

Entre os resultados esperados da implantação das atividades de Qualificação de Fornecedores podem ser citados:

- Melhoria das condições de competitividade das empresas de Porto Velho para atendimento ao aumento da demanda por bens e serviços derivada da expansão do mercado provocada pela implantação o AHE Santo Antônio;
- Melhoria nas condições de oferta de bens e serviços em Porto Velho derivada da maior formalização e organização dos produtores e das atividades locais;
- Melhoria das condições para desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis, com utilização de produtos locais;
- Maior absorção da mão-de-obra local e redução das pessoas atraídas para Porto Velho em busca de oportunidades de trabalho, diminuindo assim a expansão demográfica do município;
- Melhoria das perspectivas de continuação das atividades em patamares sustentáveis, após o período de construção o AHE Santo Antônio, para as novas empresas que se instalarem na cidade ou que fizerem ampliações em suas equipes e instalações, para atendimento à elevação da demanda.

2.2.4 Procedimentos / Metodologia

A Qualificação de Fornecedores contemplará todas as organizações de produtores incluindo associações, cooperativas ou sociedades de pessoas, como as comunidades rurais e os produtores assentados em projetos de reforma agrária. Apesar de sediado na cidade de Porto Velho, as atividades previstas contemplarão produtores e empresas em todo o município.

Para a execução das atividades de Qualificação de Fornecedores são propostos dois conjuntos de ações. O primeiro, no curto prazo, voltado ao atendimento imediato da demanda das empresas e trabalhadores envolvidos na construção do empreendimento, inclui as atividades da equipe técnica contratada pelo empreendedor ou por instituições locais conveniadas. O segundo é representado por ações de prazo mais longo, a serem desenvolvidas através de convênio com entidades locais especializadas na capacitação de fornecedores, de uma forma geral.

- Atividades a serem desenvolvidas diretamente pelo empreendedor

As atividades a serem desenvolvidas diretamente pelo empreendedor estão subdivididas em dois módulos, sendo o primeiro de caráter mais emergencial, coordenado pela equipe técnica responsável pela construção do empreendimento, enquanto o segundo pressupõe a

transferência de recursos para instituições locais que trabalham com a assistência técnica a produtores rurais.

Atuação direta - As ações a serem desenvolvidas pela equipe técnica responsável pela construção do empreendimento são:

- Identificação de produtos a serem demandados nos seis primeiros meses de implantação do empreendimento;
- Cadastramento de fornecedores locais com capacidade para atendimento dessa demanda em termos de qualidade e quantidade dos produtos (levantamento junto a entidades locais e inscrição de interessados);
- Levantamento das necessidades de adequação desses fornecedores para o atendimento à demanda das empresas responsáveis pela construção do empreendimento;
- Contratação de equipe técnica especializada para qualificação desses fornecedores, entre os quais podem estar incluídos agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, advogados, contadores, administração de empresas e técnicos com especializações diversas e experiência no desenvolvimento da produção ou dos serviços demandados;
- Fornecimento de assistência técnica aos fornecedores cadastrados segundo sua necessidade de qualificação, capacitando-os para a venda de mercadorias no mercado local e procurando tornar sua atividade ambientalmente sustentável após o encerramento das atividades de implantação da usina;
- Caso haja necessidade de financiamento para investimento ou capital de giro, a equipe técnica contratada orientará os fornecedores para obtenção de recursos nas linhas oficiais de crédito para a produção (por exemplo, PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, Giro Rápido e outros).

Atuação indireta - As ações a serem desenvolvidas por instituições conveniadas, em princípio, concentram-se no apoio às atividades agropecuárias de produtos alimentares para consumo dos trabalhadores na implantação do empreendimento. Entre as instituições conveniadas deverão estar a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Porto Velho – SEMAGRIC, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Porto Velho, podendo ser incluídas outras instituições que tenham entre seus objetivos o apoio à produção hortifrutigranjeira. As atividades previstas para esse módulo são:

- Assinatura de convênio com as instituições para desenvolvimento dos trabalhos de qualificação de produtores rurais para atendimento às demandas de produtos da agricultura, pecuária ou extração vegetal para alimentação dos trabalhadores na obra ;
- Apresentação dos produtos demandados, dos quantitativos e especificações, em termos de qualidade, para as equipes técnicas das instituições conveniadas;
- Solicitação, às empresas conveniadas, de projetos técnicos com orçamento e cronograma para qualificação de grupos específicos de produtores, em termos espaciais (comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades

ribeirinhas na área de influência do empreendimento) ou de grupos especializados de produtores (legumes, frutas, verduras, carnes, leites, peixes etc.).

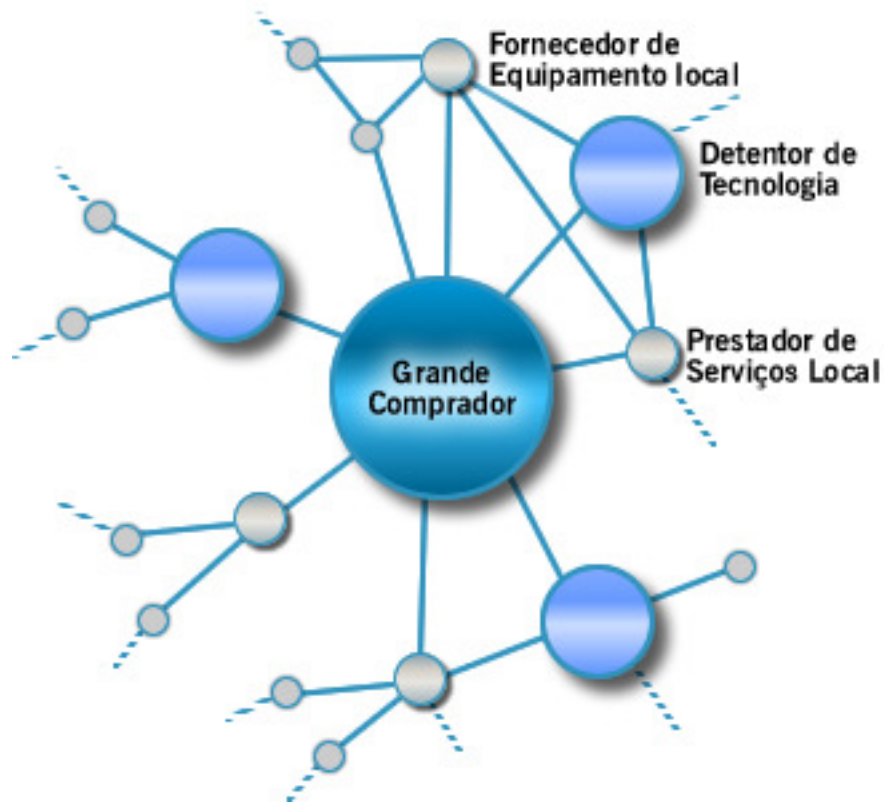
- Esses projetos deverão considerar as especificidades da demanda, de forma a ajustar a produção ao tipo e quantidade de produtos demandados, introduzindo novos produtos mesmo para aqueles sem experiência na produção (evitando, assim, escassez ou excedentes de produtos específicos);
- Transferência dos recursos para desenvolvimento dos projetos selecionados.

Os fornecedores qualificados nesses módulos terão a garantia de um volume mínimo de produtos a ser adquirido pelas empresas contratadas para construção do empreendimento, a preço de mercado, desde que atendam às condições de quantidade, qualidade e continuidade de fornecimento, estabelecidas para os produtos.

- Atividades sob a coordenação de instituições conveniadas

As atividades ligadas à capacitação de fornecedores de pequeno e médio porte para atendimento à demanda de grandes compradores têm sido desenvolvidas em vários estados brasileiros, entre eles Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará. Essas atividades têm envolvido, em parcerias bem sucedidas, os seguintes grupos de interesse:

- Grandes empresas, as chamadas “empresas âncoras”, que se colocam como propulsoras de negócios em vários setores de atividades em sua área de influência, funcionando como difusoras de efeitos multiplicadores, conforme esquematizado na Figura 2. Esses grandes compradores, em geral, possuem critérios rigorosos para inclusão de empresas em seu rol de fornecedores, além das dificuldades associadas ao grande volume de aquisições. Existe, contudo, um forte interesse desse grupo em aumentar o número e a eficiência de seus fornecedores, de forma a viabilizar ganhos através de uma concorrência mais saudável.
- O envolvimento das empresas âncoras nos programas de capacitação de fornecedores não se limita ao repasse de recursos, mas abrange um leque diversificado de ações, que incluem a participação na promoção de seminários, oficinas, reuniões com o grupo gestor do programa e participação nas auditorias para certificação, entre outras.
- Em Porto Velho existem grandes empresas que poderiam ser incluídas como “empresas âncoras”, além do consórcio empreendedor da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, de forma a criar um ambiente de negócios positivo, também com vistas ao aproveitamento das oportunidades decorrentes da implantação de outros projetos de infra-estrutura no estado, como o gasoduto de Urucu e a estrada que liga o Brasil aos países vizinhos da região dos Andes.
- Entidades representativas dos vários setores econômicos, entre elas as federações das indústrias e do comércio, que participam intensamente da organização das atividades, sendo responsáveis, em geral, pela direção técnica e gerencial dos programas de capacitação. Recentemente, em 28 de agosto de 2007, foi lançado pelo IEL - Instituto Euvaldo Lodi, o Programa IEL de Qualificação de Fornecedores, que busca a capacitação das empresas fornecedoras em cinco áreas de gestão: estratégica, comercial e financeira, qualidade, meio ambiente e saúde e segurança no trabalho e responsabilidade social.



FONTE: <http://www.dvf.com.br/pdf.aspx>

Figura 2 - Formas de Interação e Operacionalização da Cadeia Produtiva em torno do grande comprador (ou empresa âncora)

Entre as estratégias de capacitação empresarial do IEL incluem-se a Gestão Empresarial e o Desenvolvimento Regional. A primeira contempla a “sensibilização e mobilização dos setores empresariais e atores locais; realização de estudos, levantamentos e diagnósticos; definição dos principais gargalos e prioridades empresariais e tecnológicas; elaboração do planejamento estratégico setorial e de empresas; e assessoramento, implementação e acompanhamento de projetos para o desenvolvimento regional”. A segunda, Desenvolvimento Regional, trabalha com os “Arranjos Produtivos Locais (APLs) - aglomerações de empresas que participam do mesmo nicho de negócios, em uma região geográfica definida, operando em cooperação - colocam-se no centro da estratégia de atuação do IEL. Focado nos APLs, o apoio aos empresários se torna mais eficiente. As ações coletivas dentro dessas aglomerações melhoram o dinamismo empresarial da localidade”.

O Instituto Euvaldo Lodi de Rondônia - uma instituição integrante do Sistema Indústria, junto com a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, participou ativamente da concepção do programa nacional de capacitação de fornecedores, sendo planejado o início imediato de sua execução no estado. Para tanto, segundo entrevista realizada com seu diretor técnico, a “primeira coisa a fazer é verificar quem são os fornecedores que ele (o grande comprador) tem em Rondônia, segundo, quais são os fornecedores que ele tem fora de Rondônia e que poderia tê-los dentro de Rondônia, terceiro, qual é o “*up grade*” que precisa no seu fornecedor interno pra que ele possa atingir níveis de qualidade, preço e competitividade que tem fora, e quais são os fornecedores que podem ser criados em Rondônia para atendê-los, a oportunidade dos negócios, com que níveis, com que padrão, etc, etc.”

- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - É uma entidade privada e de interesse público que apóia a abertura e expansão dos pequenos negócios

e tem seu foco na geração de emprego e renda pela via do empreendedorismo. Tem sido parceira dos programas de capacitação de fornecedores em vários estados através da promoção de cursos, seminários e oficinas na área de gestão de negócios.

Entre as opções oferecidas pelo SEBRAE, de interesse para a Qualificação de Fornecedores encontram-se o PRÓPRIO – Programa de Orientação ao Candidato a Empresário e os cursos Aprender a Empreender, Como Vender Mais e Melhor, Análise e Planejamento Financeiro, Iniciando um Pequeno Grande Negócio, Juntos Somos Fortes e outros. Essas propostas têm como enfoque o empreendedorismo, o mercado e as finanças da empresa e trabalham conceitos básicos como ponto de equilíbrio da empresa, capital de giro e fluxo de caixa, procurando aprofundar o conhecimento da atividade, a coleta de informações e a análise de viabilidade do empreendimento.

- Instituições públicas responsáveis pela política de desenvolvimento econômico dos estados e dos municípios, como a SEAPES - Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social e a SEMDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, que já participam do PlanSeQ Hidrelétrica e que têm procurado incentivar ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável, do estado de Rondônia e do município de Porto Velho.
- Empresas atuantes em vários setores de atividade interessadas em participar da formação de um mercado mais dinâmico e de aproveitar as oportunidades criadas pela implantação do empreendimento na região. Algumas dessas empresas têm assinado convênios com as instituições responsáveis pela capacitação de mão-de-obra para absorção de alunos em estágios supervisionados, contribuindo assim para a qualificação profissional dos mesmos.
- Entre os ramos de atividade de interesse específico para o empreendimento podem ser citados os seguintes: produção e comércio de produtos alimentícios e bebidas, entre eles destacando-se o hortifrutigranjeiro; produção e comércio de produtos de vestuário e calçados; produção e comércio de materiais de construção; serviços de transporte de mercadorias e passageiros; comércio de artigos culturais; serviços recreativos e desportivos; serviços de alojamento e alimentação; comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; serviços de apoio à atividade econômica; serviços de educação e saúde (escolas e clínicas especializadas); serviços de turismo, esporte e lazer e serviços pessoais.

Esses grupos de interesses deverão ser os interlocutores do empreendedor para desenvolvimento das ações propostas de qualificação de fornecedores. A existência de um projeto para implantação do programa de capacitação de fornecedores, já detalhado pelo IEL, para o estado de Rondônia, constitui um avanço em termos de estruturação de um convênio em que o empreendedor participe efetivamente das ações previstas. É possível que a metodologia de trabalho venha a sofrer alterações em função de necessidades específicas do empreendedor. Deverá haver uma discussão aprofundada da mesma com a finalidade de determinar as responsabilidades de cada instituição no desenvolvimento das atividades de mobilização, capacitação e acompanhamento das atividades.

Assim, as ações previstas para o empreendedor no âmbito deste subprograma, no que se refere à qualificação de fornecedores, são:

- Reunião com representantes dos vários grupos de interesse para apresentação e discussão da proposta e do desenvolvimento de atividades voltadas para a capacitação de fornecedores no estado de Rondônia;

- Discutir com representantes do IEL e do SEBRAE a participação dessas instituições em um programa de qualificação de fornecedores voltado para atendimento às demandas das empresas contratadas para implantação do empreendimento;
- Formatar e assinar um convênio com essas instituições para o repasse de recursos voltados para a implantação do programa formatado segundo a metodologia aprovada pelas instituições parceiras;
- Participação efetiva na mobilização para identificação de outras instituições que poderiam atuar como parceiras do empreendedor no papel de empresa âncora do programa.

2.2.5 Responsabilidades

A implantação deste conjunto de ações de qualificação de fornecedores é de responsabilidade do empreendedor, que deverá desenvolver atividades coordenadas tanto por sua equipe técnica como através de parcerias com instituições interessadas no desenvolvimento de um projeto de capacitação mais abrangente, voltado para o desenvolvimento econômico e social do município e do estado.

O empreendedor, junto com outras empresas âncoras, responderá por parcela significativa dos custos de implantação e desenvolvimento das atividades, além de participar das decisões referentes ao conteúdo e programação das atividades, seminários e outras atividades de capacitação, segundo metodologia a ser detalhada pelo IEL e pelo SEBRAE, equipes técnicas que terão a responsabilidade final pelas atividades de capacitação das ações de médio e longo prazo a serem implementadas. As outras instituições participantes terão papel preponderante na implantação, gerenciamento do programa e desenvolvimento das atividades, além da mobilização dos fornecedores, segundo a demanda de cada empresa âncora incluída no programa.

2.2.6. Relatórios / Produtos

Considerando todo o tempo de implantação do empreendimento, serão produzidos 30 relatórios de monitoramento, sendo o número de fornecedores capacitados difícil de ser pré-determinado. Tendo-se como meta uma média de 300 fornecedores ao ano, ter-se-á, ao final do período de construção, um total aproximado de 2.100 fornecedores atendidos.

2.2.7 Cronograma

O cronograma de atividades está apresentado no Anexo XI.

2.2.8 Interfaces com outros Programas

As atividades de Qualificação de Fornecedores apresentam estreita relação com as atividades de Qualificação de Mão-de-Obra, o Programa de Remanejamento da População Atingida, o Programa de Apoio às Atividades de Jusante e o Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho. O primeiro poderá dar suporte à capacitação dos empregados

das empresas fornecedoras, enquanto os outros terão seu público alvo entre os beneficiados pelas atividades aqui propostas. Relaciona-se também com o Programa de Comunicação Social, para divulgação das informações pertinentes e repasse de demandas de fornecedores para realização de eventos específicos.

3.0 SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

3.1. Objetivos

Este programa tem como objetivo apoiar a prefeitura de Porto Velho em tarefas relacionadas à revisão de seu Plano Diretor, acordadas com o Poder Executivo Municipal, em atenção à recomendação apresentada no EIA e corroborada na condição Específica 2.28 da LP 251/2007.

3.2. Metas

Este programa tem como meta apresentar à Prefeitura de Porto Velho, estudos técnicos que venham a contribuir com a revisão ou detalhamento de seu Plano Diretor, em acordo com seu Poder Executivo.

3.3 Âmbito de Aplicação

O âmbito de atuação deste programa é definido pelas áreas urbanas do município de Porto Velho, em especial as localizadas nas proximidades do empreendimento.

3.4. Procedimentos

Os procedimentos deste programa podem ser organizados em etapas, a saber:

- Contato com o Prefeito e seus Secretários para conhecimento da situação atual do município com relação a seu Plano Diretor e às expectativas frente a seu desenvolvimento, consubstancias em programas ou planos relacionados à sua revisão ou detalhamento.
- Avaliação dos benefícios e custos dos programas ou planos apresentados, a partir da qual o empreendedor deverá propor sua participação, propondo limites de responsabilidade para cada parte.
- Discussão da proposta apresentada.
- Estabelecimento de Convênio de Cooperação.

Antecipando espontaneamente a realização do primeiro procedimento acima descrito, a Madeira Energia S/A tomou a iniciativa de buscar, junto à Prefeitura Municipal de Porto Velho, informações sobre seu Plano Diretor e suas expectativas em relação às eventuais

revisões e detalhamentos por ela requeridos. Como resultado, foram obtidas as seguintes informações:

- O Plano Diretor de Porto Velho está concluído, de acordo com procedimentos recomendados pelo Ministério das Cidades, embora não tenha sido, até a data da consulta (janeiro de 2008), enviado para necessária apreciação da Câmara de Vereadores.
- O Plano elaborado apresenta projetos, a serem posteriormente detalhados, dentre os quais a Prefeitura considera mais importantes os relacionados à macro-drenagem urbana de Porto Velho, à mobilidade urbana da cidade, ao desenvolvimento municipal, ao zoneamento ambiental do município e aos impactos urbanos relacionados à construção do empreendimento.

A partir destas informações, a MESA estabelecerá, de acordo com cronograma adiante apresentado, uma agenda com representantes da Prefeitura para eleição do projeto a ser apoiado, estabelecendo meios institucionais para tal.

3.5. Responsabilidades

A responsabilidade pela execução dos procedimentos aqui descritos é da Madeira Energia S/A, limitada às obrigações a serem conveniadas.

3.6. Relatórios / Produtos

Este programa terá como único produto um convênio de Cooperação, a ser firmado entre a MESA e a prefeitura de Porto Velho para o apoio requerido.

3.7. Cronograma

O Cronograma de atividades está apresentado no Anexo XI.

4.0 BIBLIOGRAFIA

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Déficit Habitacional no Brasil Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas. 2004/2005 – 2ª edição.
- FURNAS, ODEBRECHT, LEME, Complementação e Adequação às Solicitações do IBAMA, Tomo E - Vol. 3/3 Meio Socioeconômico. Agosto de 2006.
- FURNAS, ODEBRECHT, LEME, Estudos de Impacto Ambiental – EIA, Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, Tomo C – Análise Integrada, Avaliação de Impactos, Prognóstico e Programas Ambientais, Capítulo II, Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais.
- FURNAS, ODEBRECHT, LEME, Estudos de Impacto Ambiental – EIA, Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, Tomo B – Diagnóstico Ambiental.
- <http://www.dvf.com.br/pdf.aspx>
- <http://www.iel.org.br/>
- <http://www.cidades.gov.br/>
- <http://www.ro.senac.br/>
- <http://www.ro.senai.br/>
- <http://www.sebrae.com.br/>
- <http://www.senar.org.br/>
- <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, Plano Diretor de Porto Velho – Versão Preliminar – Dezembro de 2004.
- SENAC-RO, PLANSEC HIDRELÉTRICA, Plano Setorial de Qualificação, Programação de Cursos para a Construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira (xerox sem data)
- SENADO FEDERAL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

ANEXO I
CADASTRO DE MIGRANTES

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____ Questionário: _____

ANEXO 1

MIGRANTES – FICHA CADASTRAL

1. Nome completo: _____
2. Endereço em Porto Velho: _____

3. Moradia em Porto Velho	<input type="checkbox"/> Casa própria	<input type="checkbox"/> Casa alugada	<input type="checkbox"/> Casa cedida (vai hospedar até arranjar outra casa)
	<input type="checkbox"/> Vai ficar em pensão	<input type="checkbox"/> em hotel ou	<input type="checkbox"/> Outra (anotar): _____

4. Telefones Fixo:() Celular:() Favor:()
5. N^o: _____ Órgão: _____ Data expedição: _____
6. Local de origem: _____ Município: _____ Estado: _____
7. Data da chegada a Porto Velho: _____ 20____ / 5. Tipo de Migração: Só Com a família

7. Motivo da migração para Porto Velho:

8. Se procura trabalho, em que ocupação:

9. Trabalhos desenvolvidos nos últimos 5 anos:

Ocupação	Empresa empregadora	Município	Tempo de trabalho

10. Cursos frequentados:

Nome do curso	Duração	Instituição	Município

11. Observação s:

Preencher uma ficha para cada membro da família que veio procurando trabalho

12 - INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA MIGRANTE

N ^o	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando ? (E)	Escola ridade (F)	Está traba- lhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situaçã o Ocupa- cional (I)	Sector de ativa de (J)	Nome da empresa (K)	Rendimento mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												

<p>A – NOME Anotar o nome dos moradores (chegar com número de residentes)</p>	<p>C – SEXO 1. Masculino 2. Feminino</p>	<p>F - ESCOLARIDADE 0 – Não estudou ou só assina o nome Anotar o último ano de estudo <u>concluído</u> fazendo combinações de grau e série da seguinte forma: 11 – 1ª série do primeiro grau 12 – 2ª série do primeiro grau ... 18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série) 21 - 1ª série do segundo grau 31 - 1ª série do terceiro grau 40 – Pós graduação 50 – Outro – Especificar: _____</p>	<p>H – PROFISSÃO/OCUPAÇÃO Anotar a informação declarada</p> <p>I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL 1. Proprietário de estabelecimento (Indústria, comércio ou serviços) 2. Autônomo 3. Funcionário público 4. Empregado com carteira assinada 5. Empregado sem carteira assinada 6. Diarista (recebe o dia trabalhado) 7. Faz bico, biscates (free-lancer) 8. Procurando trabalho (desempregado) 9. Aposentado, pensionista 10. Dona de casa 11. Estudante 12. Outro: _____</p>	<p>J – SETOR DE ATIVIDADE 1. Indústria (fábrica) 2. Construção Civil 3. Comércio (vendas) 4. Transporte (motorista, carregador) 5. Serviços públicos 6. Outros serviços (bares, hotéis restaurantes, oficinas mecânicas, salão de beleza, etc.) 7. Outras atividades. Especificar: _____ 8. Não trabalha ou não está trabalhando no momento</p>
<p>B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA 1. Chefe da família 2. Esposo (a), Companheiro (a) 3. Filho (a) 4. Genro/nora 5. Neto (a) 6. Outro parente 7. Agregado 8. Empregado 9. Mora sozinho</p>	<p>D – IDADE 0 - Menos de 1 ano 1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses 2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses ... Usar idade completa (anos)</p>	<p>E – ESTÁ ESTUDANDO? 1. Sim 2. Não</p>	<p>K – Nome da empresa Anotar a informação declarada</p>	<p>L – Rendimento mensal Anotar a informação declarada</p>
<p>G – ESTÁ TRABALHANDO? 1. Sim 2. Não</p>				

Observação: Verificar se todos os que procuram trabalho preencheram a ficha da página anterior

ANEXO II
CADASTRO DE TRABALHADORES
MOBILIZAÇÃO

Responsável pela informação _____ Número do questionário:

**LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES NA IMPLANTAÇÃO
DO AHE SANTO ANTÔNIO - MOBILIZAÇÃO**

1. Empresa contratante: _____ Data: ____/____/____

2. Ocupação ou função: _____

3. Nome do trabalhador contratado: _____

4. Endereço residencial: Rua/Avenida _____ N.º _____

Bairro: _____ Município: _____ Telefone: _____

5. Município: _____ Estado: _____
Naturalidade: _____

6. Residência anterior: Município: _____ Estado: _____

7. Locais onde morou antes de vir para Porto Velho (residência anterior em outros municípios):

Local onde morou (Município e Estado)	Período

8. Data da mudança para Porto Velho: Mês: _____ Ano: _____

9. Tipo de migração: Veio sozinho Trouxe ou foi trazido pela família (migração familiar)

10. Motivo da migração para Porto Velho (porque e como veio – verificar a estória do movimento):

11. Trabalhos, empregos ou ocupações nos últimos três anos:

Trabalho, emprego ou função	Empresa (quando empregado)	Início	Término

12. Escolaridade: _____ Último ano de escola que freqüentou: _____

13. Cursos de capacitação, qualificação ou aperfeiçoamento nos últimos três anos:

Curso	Duração (horas)	Instituição e local	Período

14. Fez algum curso promovido pelos Programas de Capacitação de Mão-de-Obra em Porto Velho? Sim Não

15. Curso: _____
 Caso tenha feito, qual?

Instituição: _____ Período: _____

16. Como avalia a importância do curso para contratação?

17. Moradia em Porto Velho: Casa própria Casa alugada Hospedado em casa de parentes ou amigos

Hotel pensão ou Alojamento empresa da Outra _____ (anotar):

**SE MIGROU COM A FAMÍLIA PARA PORTO VELHO APÓS JANEIRO DE 2008,
PREENCHER A FICHA DE FAMILIA ANEXA**

18 - INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DO PROFISSIONAL CONTRATADO QUE MUDOU PARA PORTO VELHO APÓS JANEIRO DE 2008)

Nº	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando ? (E)	Escola ridade (F)	Está traba- lhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situaçã o Ocupa- cional (I)	Sector de ativida de (J)	Nome da empresa (K)	Rendime nto mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

C - SEXO		F - ESCOLARIDADE	H - PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	J – SETOR DE ATIVIDADE
Anotar o nome dos moradores	1. Masculino	0 – Não estudou ou só assina o nome	Anotar a informação declarada	1. Indústria (fábrica)
(chegar com número de residentes)	2. Feminino	Anotar o último ano de estudo		2. Construção Civil
		<u>concluído</u> fazendo combinações	I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL	3. Comércio (vendas)
B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA	D - IDADE	de grau e série da seguinte forma:	1. Proprietário de estabelecimento	4. Transporte (motorista, carregador)
1. Chefe da família	0 - Menos de 1 ano	11 – 1ª série do primeiro grau	(indústria, comércio ou serviços)	5. Serviços públicos
2. Esposo (a), Companheiro (a)	1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses	12 – 2ª série do primeiro grau ...	2. Autônomo	6. Outros serviços (bares, hotéis
3. Filho (a)	2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses	18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série)	3. Funcionário público	restaurantes, oficinas mecânicas,
4. Genro/nora	... Usar idade completa (anos)	21 - 1ª série do segundo grau	4. Empregado com carteira assinada	salão de beleza, etc.)
5. Neto (a)		31 - 1ª série do terceiro grau	5. Empregado sem carteira assinada	7. Outras atividades. Especificar:
6. Outro parente	E – ESTÁ ESTUDANDO?	40 – Pós graduação	6. Diarista (recebe o dia trabalhado)	
7. Agregado	1. Sim	50 – Outro – Especificar:	7. Faz bico, biscates (free-lancer)	8. Não trabalha ou não está
8. Empregado	2. Não		8. Desempregado	trabalhando no momento
9. Mora sozinho			9. Aposentado, pensionista	
	G – ESTÁ TRABALHANDO?		10. Dona de casa	K – Nome da empresa
	1. Sim		11. Estudante	Anotar a informação declarada
	2. Não		12. Outro. Especificar:	L – Rendimento mensal
			Anotar a informação declarada	Anotar a informação declarada

ANEXO III
CADASTRO DE TRABALHADORES
DESMOBILIZAÇÃO

Responsável pela informação _____ Número do questionário:

**LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES NA IMPLANTAÇÃO
DO AHE SANTO ANTÔNIO - DESMOBILIZAÇÃO**

1. Empresa contratante: _____ Data: ____/____/____

2. Ocupação ou função: _____

3. Nome do trabalhador: _____

4. Endereço residencial: Rua/Avenida _____ N.º _____

Bairro: _____ Município: _____ Telefone: _____

5. Naturalidade: Município: _____ Estado: _____

6. Residência anterior: Município: _____ Estado: _____

7. Data da chegada a Porto Velho: ____/____/____ 8. A família reside em Porto Velho? Sim Não

9. Se veio de outro lugar para Porto Velho, pretende permanecer na cidade de Porto Velho? Sim Não

10. Se não tem planos de permanecer em Porto Velho, para onde pretende mudar-se?

Município: _____ Estado: _____

11. Caso tenha planos de permanecer em Porto Velho, em qual tipo de atividade?

12. Selecione em qual destas opções estará atuando:

Já tem outro emprego em vista

Vai procurar emprego em outra firma

Vai desenvolver negócio próprio

Vai trabalhar em negócio da família

Outra opção.
Qual?

ANEXO IV
CADASTRO DA REDE DE ENSINO

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
Formulário: _____

FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO JUNTO ÀS REDES DE ENSINO

1. Nome da escola: _____

2. Endereço: _____

3. Responsável pela informação: _____

4. Cargo: _____ 5. Telefone: _____

6. E-mail: _____

7. A escola tem tido problemas para atender aos novos alunos que se matricularam nesse semestre? Sim Não

8. Caso a resposta seja positiva (está tendo problemas de atendimento), especificar quais:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Salas de aula:					
Equipamentos:					
Professores:					
Material didático:					
Merenda:					
Outros:					

9. Número de alunos matriculados no início do período: (Data do início do período - semestre: _____ / _____ / _____)

Grau de ensino	Série	Número de alunos matriculados

10 - NOVOS ALUNOS

MATRICULADOS NO PERÍODO:

Nome do aluno	Filiação	Endereço	Série/Grau

Observação: utilizar outras páginas se necessário

11 - ALUNOS QUE DEIXARAM A ESCOLA NO PERÍODO:

Nome do aluno	Filiação	Endereço	Série/Grau

Observação: utilizar outras páginas se necessário

13 - ALUNOS NÃO MATRICULADOS NO PERÍODO POR FALTA DE VAGAS NA ESCOLA:

Nome do aluno	Filiação	Endereço	Série/Grau

Observação: utilizar outras páginas se necessário

ANEXO V
CADASTRO DE FAMÍLIAS DE NOVOS ALUNOS

Pesquisador: _____ Data: ____ / ____ / ____
Questionário: _____

FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS DOS NOVOS ALUNOS

1. Nome do aluno: _____
2. Endereço: _____

3. Nome do entrevistado: _____
4. Telefone para contato: Fixo: _____ Celular: _____
5. Parentesco com o aluno: _____ 6. Condição na família _____
7. Data em que a família se transferiu para Porto Velho: ____ / ____ / ____

SE A FAMÍLIA SE TRANSFERIU APÓS JANEIRO DE 2008

8. Local da residência anterior (Município e Estado) _____

9. Motivo da migração: _____

Caso tenha migrado para procurar trabalho na construção da AHE Santo Antônio:

10. Como ficou sabendo sobre o trabalho na construção da AHE Santo Antônio?

11. Depois de trabalhar em Porto Velho, pretende voltar para o local de origem? Sim Não

13. INFORMAÇÕES SOBRE OS MORADORES NO DOMICÍLIO

(Inclusive os temporariamente ausentes no momento)

Nº	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando? (E)	Escola ridade (F)	Está traba- lhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situação Ocupa- cional (I)	Sector de atividade (J)	Nome da empresa (K)	Rendimento mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												

A – NOME	C – SEXO	F – ESCOLARIDADE	H – PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	J – SETOR DE ATIVIDADE
Anotar o nome dos moradores	1. Masculino	0 – Não estudou ou só assina o nome	Anotar a informação declarada	1. Indústria (fábrica)
(chegar com número de residentes)	2. Feminino	Anotar o último ano de estudo		2. Construção Civil
		concluído fazendo combinações de grau e série da seguinte forma:	I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL	3. Comércio (vendas)
B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA	D – IDADE		1. Proprietário de estabelecimento	4. Transporte (motorista, carregador)
1. Chefe da família	0 - Menos de 1 ano	11 – 1ª série do primeiro grau	(indústria, comércio ou serviços)	5. Serviços públicos
2. Esposo (a), Companheiro (a)	1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses	12 – 2ª série do primeiro grau ...	2. Autônomo	6. Outros serviços (bares, hotéis
3. Filho (a)	2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses	18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série)	3. Funcionário público	restaurantes, oficinas mecânicas,
4. Genro/nora	... Usar idade completa (anos)	21 - 1ª série do segundo grau	4. Empregado com carteira assinada	salão de beleza, etc.)
5. Neto (a)		31 - 1ª série do terceiro grau	5. Empregado sem carteira assinada	7. Outras atividades. Especificar:
6. Outro parente	E – ESTÁ ESTUDANDO?	40 – Pós graduação	6. Diarista (recebe o dia trabalhado)	_____
7. Agregado	1. Sim	50 – Outro – Especificar:	7. Faz bico, biscates (free-lancer)	8. Não trabalha ou não está
8. Empregado	2. Não		8. Desempregado	trabalhando no momento
9. Mora sozinho	G – ESTÁ TRABALHANDO?		9. Aposentado, pensionista	
	1. Sim		10. Dona de casa	K – Nome da empresa
	2. Não		11. Estudante	Anotar a informação declarada
			12. Outro. Especificar:	L – Rendimento mensal
			Anotar a informação declarada	Anotar a informação declarada

INFORMAÇÕES SOBRE A MORADIA E O SANEAMENTO BÁSICO

14 – Tempo de moradia no local (meses): _____

15 – Característica do local de ocupação: _____

Códig 1 – Parcelamento 2 – Parcelamento 3 – Área de ocupação 5 - Outra
os: regular – lote individual regular – lote coletivo informal (explicar)

16 – Característica do sítio:

Códig 1 – Impróprio – 2 – Impróprio – 3 – Impróprio 4 - Impróprio – 5 – Próprio
os: faixa de proteção de curso d'água vegetação – declividade/erosão área alagadiça para ocupação

17 – Infra-estrutura urbana disponível (marcar com X):

1 - Pavimentação 2 - Abastecimento de água 3 - Iluminação Pública 4 - Transporte coletivo

18 – Tipologia da habitação (marcar com X):

1 - Unifamiliar 2 – Multifamiliar horizontal 3 - Multifamiliar vertical

19 – Número de pessoas que residem no domicílio:

20 – Número de cômodos no domicílio:

21 – Número de quartos no domicílio:

22 – Instalação sanitária:

Códigos: 1 – Banheiro interno 2 – Banheiro externo 3 – Sem instalação

23 – Material das paredes: _____

1 - Alvenaria 2 – Madeira 3 - Pau-a-pique 4 - Adobe 5 – Outros (especificar)

24 – Material da Cobertura:

1 – Cerâmica

2 – Amianto

3 - Laje

4 - Palha

5 – Outros
(especificar)

25 – Condição da ocupação:

1 – Própria
quitada

2 – Própria em
pagamento

3 - Alugada

4 - Cedida

5 – Outra
(especificar)

26 – Valor do aluguel:

27 - Observações do entrevistado ou entrevistador

ANEXO VI
CADASTRO DE FAMÍLIAS DOS ALUNOS QUE
DEIXARAM A ESCOLA

Pesquisador: _____ Data: _____
Questionário: _____

FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS DOS ALUNOS QUE DEIXARAM A ESCOLA

1. _____
Nome do aluno:

2. _____
Endereço:

3. Nome do entrevistado: _____

4. Parentesco com o responsável pelo domicílio ou com o aluno: _____

5. Motivo da saída do aluno da escola: _____

SE A FAMÍLIA MUDOU DE RESIDÊNCIA, AVERIGUAR JUNTO AOS VIZINHOS:

6. Local da nova residência da família: _____

7. Município: _____ 8. Estado: _____

9. Data aproximada da migração _____ / _____ / _____
(mês/ano)

10. Número de moradores no _____
domicílio:

11. Motivo da mudança da família de Porto Velho para outro
município: _____

ANEXO VII
ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

Relação das Escolas da Rede Estadual – Área Urbana de Porto Velho – 2007

CEEJA Pe. Moretti	EEEF Santa Marcelina Marcelo Cândia
Centro Educacional Maria de Nazaré	EEEEB Prof. João Bento da Costa
EEEF Duque de Caxias	EEEE Prof. Abnael Machado de Lima-CENE
EEEF 21 de Abril	EEEMF D. Pedro I
EEEF Bela Vista	EEEF Bom Jesus
EEEF Branca de Neve	EEEF Casa de Davi
EEEF Cel. Carlos Augusto Aluysio Weber	EEEF Daniel Néri da Silva
EEEF Franklin Roosevelt	EEEF Heitor Vilas Boas
EEEF Hélio Neves Botelho	EEEF Janio da Silva Quadros
EEEF Jorge Vicente Salazar dos Santos	EEEF Maria Carmosina Pinheiro
EEEF Mariana	EEEF Mundo Mágico
EEEF Nações Unidas	EEEF Nossa Senhora das Graças
EEEF Nossa Senhora do Amparo	EEEF Pe Mário Castagna
EEEF Prof. Eloisa Bentes Ramos	EEEF Prof. Herbert de Alencar
EEEF Prof. Roberto Duarte Pires	EEEF Samaritana
EEEF Santa Clara de Assis	EEEF Santa Marcelina
EEEF São Francisco de Assis	EEEF São Sebastião I
EEEF Sebastiana Lima de Oliveira	EEEFM Barão de Solimões
EEEFM 4 de Janeiro	EEEFM Brasília
EEEFM Cláudio Manoel da Costa	EEEFM Osvaldo Piana
EEEFM Estudo e Trabalho	EEEFM Getúlio Vargas
EEEFM Gov. Araújo Lima	EEEFM Gov. Jesus Burlamaqui Hosannah
EEEFM Petrônio Barcelos	EEEFM Jonh Kennedy
EEEFM Jorge Teixeira de Oliveira	EEEFM José Otino de Freitas
EEEFM Juscelino Kubitschek de Oliveira	EEEFM Manaus
EEEFM Marcelo Cândia – Subsede I	EEEFM Marcos de Barros Freire
EEEFM Marechal Castelo Branco	EEEFM Maria Nazaré dos Santos
EEEFM Pres. Tancredo de Almeida Neves	EEEFM Murilo Braga
EEEFM Prof. Eduardo Lima e Silva	EEEFM Prof. Flora Calheiros Cotrin
EEEFM Prof. Orlando Freire	EEEFM Rio Branco
EEEFM Risoleta Neves	EEEFM São Luiz
EEEFM Tiradentes	EEEFM Ulisses Guimarães
EEEFM Bandeirantes	EEEM Major Guapindaia
EEEI e Fundamental Marise Castiel	IEE Carmela Dutra

Total de Alunos: 72525

Total de Docentes: 2017

Fonte: Educacenso – MEC/INEP

ANEXO VIII
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL

Relação das Escolas da Rede Municipal – Área Urbana de Porto Velho – 2007

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDERECO</u>	<u>QD. SALAS 2007 Ed. Inf.</u>	QD.ALUNOS 2006			Q.D.ALUNOS 2007		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
01	<u>E.M.E.I.ALEGRIA</u> Diretora: Lindamar CEL: 9232-3614/ 9223-2919	Rua: Gruta Azul, 2124, Conj. Mamoré, B: Castanheira Fone: 3901-3374	06 salas 1t.2an – 23 2t.3an – 44 3t.p.I – 66 3t.p.II – 66	Crèche- 69 Pré - 200	200	-	199	Cre- 67 Pré- 132	-
02	<u>E.M.E.I.E.F.AREAL DA FLORESTA.</u> Diretor: Célio – 9994-8537/3227- 1638 Vice: Eliene – 8418-6465	Rua: Açaí, 778, Bairro:Areal Da Floresta. Fone:3901-3368.	04 salas 2t.p.I – 40 3t.p.II – 75 3t.1ºano – 75 2	200	125	75	190	115	75
03	<u>E.M.E.I.F. AUTA DE SOUZA</u> Diretora: Helena – 8401 5001 Secretário: Adilson – 9227 9963	Rua: Amador Dos Reis, B: São Francisco. Fone: 3214-0689	10 salas 1t.p.I – 25 1t.p.II – 25 1t.1ºano – 30 9 2t.2ºano – 60 3t.3ºano – 90 1t.4ºano – 30 1t.5ºano – 30	330	90	240	290	50	240

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
05	<u>E.M.E.I.F. CASTANHEIRA</u> Diretora: Ilza, fone: 9212-5026 Vice: Gleice, fone: 9202-0565	Rua: 08 de julho, S/N. Bairro: Castanheira Fone: 3901-3306	03 salas 2t.3 anos – 50 2t.p.I – 50 2t.p.II – 50	140	140	-	150	Crech.- 50 Pré - 100	-
06	<u>E.M.E.I.E.F.CHAPEUZINHO VERMELHO.</u> Diretora: Maria do Socorro Vice: Ana Gurgel de Souza	Rua: Iranilde, nº5417 Bairro: Pantanal. Fone: 3901-3325	06 salas 1t. p.II – 25 1t.1º ano – 33 3t.2º ano – 99 3t.3º ano - 105 2t.4º ano – 88 2t.5º ano – 70	283	20	263	420	25	395
07	<u>E.M.E.I.E.F. MEU PEQUENO JONES.</u> Diretora: Marisa – 9982-6823	Rua: Anita Garibaldi c/ Antonio da Fonseca.S/Nº B: Costa e Silva. Fone: 3216-4672/ 3229 7762	07 salas 2t. 2º ano – 60 2t. 3º ano – 60 3t. p.I – 75 3t. p.II – 75	399	329	70	270	Crech. 120 Pré-150	-

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	ESCOLAS MUNICIPAIS	ENDERECO	QD. SALAS 2007 Ed. Inf.	QD.ALUNOS 2006			Q.D.ALUNOS 2007		
08	E.M.E.I. MORANGUINHO Diretora: Circe- 9224- 3024 Casa: 3227-0864	Rua: Camomila, S/Nº Bairro: Cohab Floresta Fone: 3228-2562 Secretaria: 3213- 3967	06 salas 2t. 2 anos – 52 2t. 3 anos – 52 2t. p.I – 52 2t. p.II – 50	233	233	–	206	Crêc.- 104 Pré- 102	–
09	E.M.E.I.E.F.NOVA REPÚBLICA Diretora: Zélia Maria- 9235-6316	Rua: Nova Esperança, nº68. B: Nova república Fone: 3228-3376	02 sala 1t. pl – 34 1t. p.II – 34 2t. 1º ano – 50 1	120	60	60	118	68	50
10	E.M.E.I.E.F. GUARDALUPE Diretora: Eanes- 8115- 6900 Vice: Marilene	Rua Andréa, nº 5692, B: Aponiã. Fone: Ed. Inf. 3215-4026 Fone: Ens. F. 3901-3361	07 salas 2t. p.I – 60 2t. p. II – 54 3t. 1º ano – 81 5 3t. 2º ano – 87 2t. 3º ano – 72 1t. 4ºano – 38 1t. 5º ano – 21	150	150	–	413	114	299

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
11	E.M.E.I.E.F.PEQUENO MESTRE Diretora:Leidimar-9983-4938 Profª.- Leonice: 8418-8716	Rua: Percy Holder,3594. Bairro:Cidade do lobo Fone:	04 salas 1t. p.II – 32 3t. 1º ano – 75 4t. 2º ano - 120 4	270	75	155	227	32	195
12	E.M.E.I.F.PEQUENOS TALENTOS Diretora: Marlene Rodrigues-9979-4125/ 3227-6058 Vice: Fernanda- 9244-0099	Rua:09,nº221 Bairro:Jardim Eldorado Fone: 3901-3371	05 salas 2t. p.I – 50 3t. p.II – 75 5t.1ºano – 125 3	250	125	125	250	125	125
13	E.M.E.I.F.Pe.GEOVANE Diretora: Maria da Penha – 9258-6914/ 3226 8080 Vice: Melissa – 9904 5027	Rua: Benedito Inocência, nº6913, B: Três Marias Fone:3901-3365	04 salas 1t. p.I – 27 1t. p. II – 26 2t. 1º ano – 50 1t. 2º ano – 40 2t. 3º ano – 70 1t. 4º ano – 35 3	200	100	100	248	53	195

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
14	E.M.E.I.E.F.VOVÓ HELENA Diretora: Assunção Serrão – 8118- 7344 Vice: Sandra -	Rua: Cutia C/Rio Nilo, nº. 1963 Bairro: Ronaldo Aragão. Fone: 3901- 3360-sala Orelhão- 3214- 6664	06 salas 1t. 2 anos – 20 2t. 3 anos – 40 2t. p. I – 50 3t. p. II – 75 2t. 1º ano – 40 1t. 2º ano – 20 2	240	180	60	245	Crê.c- 60 Pré- 125	60
15	DR.TANCREDO NEVES Diretora: Ducilene- 8116-5364 Vice: Cleonice- 9207-7934	Rua: Das Faveiras, N°3123- Bairro: Eletronorte Fone: 3901-3369	04 salas 3t. p. I – 60 2t. p. II – 40 3t. 1º ano – 60 2	250	125	125	160	100	60
16	ESTRELA DO AMANHÃ Diretora: Rose Fone: 9248-5892 casa: 3213-0047	Rua: Mato Grosso, nº0696 Bairro: Caladinho Fone: 3901-3370	04 salas 2t. p. I – 44 3t. p. II – 75 3t. 1º ano – 75 2	100	50	50	194	119	75

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDERECO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
17	ESPERANÇA Diretor: Paulo Vice: Marina- 9214-4318	Rua : Mamoré, nº.4969 Bairro: Esperança da Comunidade Fone:3215-3544	03 salas 1t. p.I – 26 2t. p.II – 52 3t.1ºano – 90 2	165	75	90	168	78	90
18	CHARLES CHAPLIN Diretora: Edirleide Fone: 3215-2767/ 9232 9570	Rua: Guaporé c/ Clara Nunes, nº. 5715 Bairro: 04 de Janeiro Fone: 3225- 1270 (tarde)	07 salas 1t. p.II – 18 1t. 1º ano – 17 2t. 2º ano – 37 2t. 3º ano – 25 1t. 4º ano – 19 3	130	20	110	116	18	98
19	FERNANDO ESCARIZ Diretora: Rosinete de Jesus Fone: 9239-2020/ 9952 8074	Rua: Colatina, nº: 2005, B. Marcos Freire Fone: 3226- 3353	04 salas 2t. 3 anos – 44 2t. p. I – 68 2t. p. II – 70 2t. 1º ano – 60 1	235	145	90	242	Crê.- 44 Pré- 138	60

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
20	<u>E.M.E.I.E.F. FLOR DE PIQUIÁ</u> Diretor/a: Vitória Régia: 8415-1370 Vice: Mayr – 9234 0622 Secretaria: Fátima – 8419 3495	Rua: Raimundo Cantuário, Bairro: Tiradentes. Antigo Canil Municipal Fone: 3214 1307	06salas 2t. p. I – 50 1t. p. II – 25 2t. 1º ano – 50 3t. 2º ano – 75 2t. 3º ano – 50 1t. 4º ano – 25 1t. 5ºano – 25 5	252	150	102	300	75	225
21	<u>08 DE MARÇO</u> Diretora: Maria de Lurdes Fone: 9243- 1826	R. São Jose, 9515 B: São Francisco Fone:	05 salas 1t. p. II – 25 2t. 1º ano – 60 2t. 2º ano – 60 2t. 3º ano – 60 2t. 4º ano – 60 1t. 5º ano – 30 5	188	46	142	295	25	270

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
22	<u>PEQUENO POLEGAR</u> Diretora: Elizangelica Fernandes da Silva – 9235 0809 Vice: Marinete – 9246 7978	R. Curitiba, 3612, Bairro: Caladinho, Conjunto Tucuruí Fone: 3901 3367	05 salas 2t. 3 anos – 30 3t. p. I – 75 3t. p. II – 75 1t. 1º ano – 25 1t. 2º ano – 25 1	268	20 creche 125	108	230	Crê.- 30 Pré- 150	50
23	<u>PEDRO ARAUJO</u> <u>Diretor/a: Edileuza Maria- 92344857</u>	Rua: 24 de julho, nº. 4132, Bairro: Nova Porto Velho Fone: 3225- 0170	08 salas 1t. 2 ano – 20 2t. 3 anos – 47 4t. Pré I – 86 4t. Pré II –100 4t. 1º ano – 92 2	–	–	–	345	Crê.67 Pré. 186	92
24	<u>E.M.E.I. SEMENTES DO ARACÁ</u> <u>Diretor/a: Ana Vieira – 9901 8485</u> <u>Vice: Tânea – 9209 7505</u>	Rua: Castro Alves c/ Fernando Pessoa, s/nº. Bairro: São Sebastião 9214 4324	03 salas 2t. 3 anos – 50 2t. p.I – 50 2t. p.II – 50	–	–	–	150	Crê.- 50 Pré.- 100	–

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
25	<u>E.M.E.I.E.F. BROTO DO AÇAÍ</u> (LIZIA CINARA) Diretor/a: Maria Aparecida Lemos	Rua: 15 de novembro, nº. 3937, Bairro: Conceição 3227 9583	06 salas 1t. p.I – 20 2tt. P.II – 43 2t. 1ºano – 34 2t. 2º ano – 36 2t. 3º ano – 17 2t. 4º ano – 31 1t. 5º ano – 17 5	–	–	–	198	63	135
26	<u>E.M.E.I.E.F. COR DO JAMBO</u> (GENTE INTELIGENTE) Diretor/a: Ilza – 8421 <u>9459/ 9212 5026</u>	Rua:Colorado, nº. 4588, Bairro: Caladinho	06 salas 2t. 3 anos – 40 2t. p. I – 50 2t. p.II – 50 2t. 1º ano – 51 2t.2º anos – 45 1t. 3º ano – 32 1t. 4º ano – 26 3	–	–	–	294	Crê.- 40 Pré- 100	154

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	ESCOLAS MUNICIPAIS	ENDEREÇO	QD. SALAS 2007 Ed. Inf.	QD.ALUNOS 2006			Q.D.ALUNOS 2007		
27	<u>E.M.E.I.E.F. ENCANTO DO IPÊ (DEUS E VERDADE)</u> <u>Diretor/a: Raimundo Ramos</u> <u>9235 3609</u> <u>Vice: Solange Pastor Marcelo – 9971 9627</u>	R: Michele, nº.7245, Bairro: União da Vitória	04 salas 1t. p.I – 25 1t. p.II – 25 2t. 1º ano – 50 1t. 2º ano – 25 1t. 3º ano – 25 1t. 4º ano – 25 1t. 5º ano – 25	-	-	-	200	50	150
28	<u>E.M.E.I.E.F. ELENILSON NEGREIROS.</u> <u>Diretor (a): Sioneida Aparecida 92015013</u> <u>Vice: Sheila Cristina 92376061</u>	Rua: Princesa Isabel c/ União Bairro: Socialista	06 salas 2t. Pré I – 50 2t. Pré II – 50 2t. 1º ano – 60 2t. 2º ano – 60 2t. 3º ano – 60 2t. 4º ano – 60	-	-	-	340	100	240

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
29	<u>KRYS DAMARES</u> Diretora: Damares- 9984 7697	R: Capitão Erson de Menezes, nº 1227 B: Areal Fone: 9285- 8997/ Aline- 8408 2419 Zuleide- 8403 0193	04 salas 3t. p.I – 75 3t. p.II – 75 2t. 1º ano – 50	153	103	50	200	150	50
30	<u>EMEIEF VÔO DO BURITI</u> Diretora: Lany Cristina O. de Alencar– 8418 8459	Rua: Paulo Fortes, Bairro: Aponiã (Associação Cratro e Trombetas).	08 salas 1 t Pré I 1 t Pré II 1.t 2º ano 1.t 3º ano	-	-	-	80	40	40
TOTAL			78 SALAS	5.665	2.794	2.319			

ZONAS DAS ESCOLAS URBANAS – 2007

1	ESCOLAS	TIPOLOGIA	ENDEREÇO/TELEFONES	DIRETOR E/OU RESPONSÁVEL
POLO I (ZONA OESTE)				
1.	EMEF. Antônio F. da Silva	A	R. Duque de Caxias, nº 2454 – B. São Cristóvão – Fone: 3901-3349/3221-0372/ (9905-5581 e 8403-4134-Joana)	Cíntia Regina Pedroso Guimarães
2.*	EMEF. Maria Izaura da Costa Cruz	A	R. Jardim- 06, nº 3418 – B. Costa e Silva, Fone: 3223-8836 /3223-5868/	Joana D arc Vieira de Carvalho
3.+	EMEF. São Pedro	A	R. José de Alencar c/ Costa e Silva, 5033º - B. Pedrinhas – Fone: 3901-3354/9249-2545- Roberta	Alda Íris da Rocha Campelo
4.	EMEF. Prof. Antônio Augusto Rebelo das Chagas (Ant. Esc. São Sebastião II)	B	Av. Almirante Tamandaré c/Jardel Filho, S/Nº, B. São Sebastião II – Fone: 3901-3348, 3223-7482 / 3216-4667	Virgílinia Fernandes Batista
5.+	EMEF. Nacional	A	R. Vanderlei Dantas, S/Nº - B. Nacional – Fone: 3901-3359	Maria Eliane Forte Ewerton
6.-	EMEI. Sementes do Araçá	C	R. Castro Alves c/ Fernando Pessoa, s/n, B. São Sebastião – Fone: 9901-2485 / Ana – 9209-7505	Ana Vieira
7.+	EMEI. Meu Pequeno Jones	B	R. Anita Garibaldi c/Antônio Fonseca, s/n, B. Costa e Silva – Fone: 3216-4672 / 3229-7762 / 9982-6823-Dir.	Marisa Magalhães Castiel de Carvalho
8.	Escola de Música Jorge Andrade	A	R. Abunã c/ Elias Gorayeb, Nº 2805 – B. Liberdade – Fone: 3901-3353	Elisabete Oliveira dos Santos
POLO II (ZONA SUL)				
1.+	EMEIEF. Saul Bennesby	A	R. Algodoeiro, 3130 – Eletronorte- Fone: 3901-3333/8414-7641 / 3228-2135	Marlúcia Rocha dos Santos
2.+	EMEF. Rio Guaporé	B	R.Santarém, 2137 - Conjunto Rio Guaporé – B. Castanheira- Fone: 3213-0512	Maria das Graças Mendes da Silva
3.*	EMEFM. Joaquim Vicente Rondon	A	R. Garopaba, 2615, B. Cohab –Fone: 3213-2846/9282-6310/9224-2340/3228-3230	Alexandre Cunha de Azevedo
4.-	EMEF. Raimundo A. da Silva	C	R. Bom Jesus – 6375- B. Cidade Nova – Fone: 3227-5988/3228-5988/9909-9792	Rosário de Maria Ferro Vieira
5.-	EMEIEF. Nova República	D	R. Tatuí, Nº4784 – B. Floresta – Fone: 3228-3376/3901-2923	Zélia Maria de Carvalho Santos

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

6.*	EMEF. Padre Chiquinho	A	Av. Campos Sales,881 - B. Areal – Fone: 3901-3350/3223-2932/9972-9327-vice	Luís Clodoaldo Cavalcante Filho
7.-	EMEF. Manoel Aparício N. de Almeida	B	R. Umberto Florêncio,3757, B. Cidade Nova,Fone:3901-3334/3227-5844/9204-3605	Maria de Fátima Oliveira de Souza
8.	EMEIEF. Krys Damares		R. Capitão Eson de Menezes, nº 1227, B. Areal, Fone: 9285-8997/8423-9658	Francisca Alaíde de Morais
9.	EMEIEF. Pequenos Talentos	C	R. Caetano, Nº 3256– B. Caladinho, 3227-6058	Marlene Rodrigues da Silva
10.	EMEIEF. Areal da Floresta	B	R. Açai, 738 - B. Areal da Floresta – Fone: 9272-2821/3901-3368	Célio Cândido da Silva
11.-	EMEIEF. Dr. Tancredo de Almeida Neves	C	R. Das Faveiras, Nº 3123, Eletronorte, Fone: 3227-2071/8116-5364/3901-3369	Dulcilene Saraiva Reis
12.	EMEIEF. Pequeno Mestre	C	R. Percy Holder, 3495, B. Cidade do Lobo – Fone: 3901-3336	Geane Wagner
13.	EMEF. Tucumã	C	R. Tamarindo, Nº 70, B. Cohab Floresta, Fone: 8426-1158/3227-7832/3227-6775	Maria do Perpetuo do S. Martins Silva
14.	EMEIEF. Estrela do Amanhã	C	R. Mato Grosso, 696, B. Caladinho, Fone: 3901-3370	Rosimary Jovino da Silva
15.	EMEIEF. Pequeno Polegar	C	R. Curitiba, 3612, B. Caladinho, Conj. Tucuruí, Fone: 3213-0602	Elisangélica F. da Silva
16.	EMEI. Castanheira		R. 08 de julho,s/n, B.Castanheira,Fone:3901-3306/9216-5026/9902-4645/3221-8347	Ilza
17.	EMEIEF. Broto do Açai (ant. Lísia Cínara)	B	R. 15 de Novembro, B. Conceição, Fone: 3227-9583 (orelhão) / 3213-3224	Maria Aparecida Lemos
18.	EMEIEF. Cor de Jambo (Gente Inteligente)	B	R. Colorado 592, bairro: Caladinho Fone: 3228-2523/8421-9459/9212-5026	Ilza Neyara Silva
19.	EMEI. Alegria	B	R. Gruta Azul, 2124, Conj. Mamoré, B. Castanheira, Fone: 3901-3374	Analeide
20	EMEI. Moranguinho	B	R. Camomila, s/n, Cohab Floresta, Fone:	

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

Nº	ESCOLAS	TIPOLOGIA	ENDEREÇO/TELEFONES	DIRETOR E/OU RESPONSÁVEL
PÓLO III (ZONA NORTE)				
1.+	EMEF. Profº. Pedro Tavares Batalha Extensão Charles Chaplin	A	R. Alba, 5972, B- Aponiã – Fone: 3901-3346/3215-4000/8401-2894 R. Guaporé c/ Calama, 5715-Conjunto 04 de Janeiro – 3225-1270	Silmio do Nascimento Gualberto Edirleide Cintra Gomes Loreno
2.+	EMEF. Sen Olavo Gomes Pires	B	R. Andréia, 5039, B. União da Vitória, Fone: 3901-3345 / 3215-3709	Alzira Barros de Souza
3	EMEIEF. Vôo da Juriti	B	Rua Paulo Fortes, fone: 3221-3052	Lany Cristina Oliveira de Alencar
3.-	EMEF. Rio Madeira	C	R. Roque Pinto, 4483, B. Nova Esperança – Fone: 3901-3355	Débora Dias Rodrigues
4.*	IME. Engº. Francisco Erse (Ant. Padrão)	A	Av.: Amazonas, S/Nº - B. Cuniã – Fone: 3901-3343 /9984-2958/8428-5801	Francisco Marto de Azevedo
5.*	EMEF. João Ribeiro Soares	B	R. Andréia, 12, B. Igarapé, Fone: 3901-3382/3215-4029/9909-4892	Suelize Rose do N. Mascarenhas
6.+	EMEF. Sen. Darcy Ribeiro	A	R. José Vieira Caula, 6662, B. Esperança da Comunidade, Fone: 3901-3337/9979-5222	Wilson Barbosa
7.-	EMEIEI. Guadalupe	B	R. Andréia, S/Nº, Aponiã, Fone: 3901-3361/3215-4026	Eanes Holanda Calixto
8.-	EMEIEF. Esperança	C	Av.: Mamoré, Nº 4869, B. Esperança da Comunidade, Fone: 3901-3344/9214-4318	Marina Ruela de Oliveira Alves
9.	EMEF. Encanto do Ipê (Deus é a Verdade)	C	R. Micheli, Nº 7245, B. União da Vitória, Fone: 9235-3609	Raimundo Ramos da Silva
PÓLO IV (ZONA LESTE)				
1.+	EMEIEF. Chapeuzinho Vermelho	B	R. Lúcia de Carvalho, Nº 5417- B. Pantanal, Fone: 3214-5979 / 3901-3325	Maria Graciete Carvalho Barbosa
2.+	EMEIEF. Bom Princípio	B	R. Engº Paulo Pinheiro, Nº 1616, B. Tancredo Neves, Fone: 3901-3331	Lucília Duarte de Araújo
3.+	EMEIEF. Ulisses Soares Ferreira	A	R. José Amador dos Reis, Nº 2938, B. JK I, Fone: 3226-6236/9997-3858	Mariza Nóbrega do Nascimento
4.+	EMEIEF. São Miguel	B	R. Raimundo Cantuária, 9589, B. Jardim Santana, Fone: 3901-3332/3226-3014/	Leila Castro

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

			226-3836/9249-5638	Rossi
5.+	EMEF. Pingo de Gente	C	R. Orión,0102, B. Ulisses Guimarães – Fone: 3901-3343/ 3214-3802	Gilvânia Mesquita Brandão
6.+	EMEF. Profª. Estela de Araújo Compasso	A	R. Colatina, Qda. 11 B. Marcos Freire, Fone: 3214-1545/9238-1814/8406-3202 / 3901-3342	Maria de Nazaré Souza Mendes
7.	EMEIEF. Vovó Helena	B	R. Tartaruga-1996 - S/Nº B. Ronaldo Aragão, Fone: 3901-3360	Assunção de Maria Serrão Ferreira
8.-	EMEIEF. 08 de Março	C	R. São José, 9515, B. São Francisco, Fone: 3226-7875 / 3226-2302/ 3214-2302	Maria de Lourdes Almeida Freitas
9.	EMEIEF. Auta de Souza	A	R. 05 de Outubro,1555, B. São Francisco,Tel. 3214-0689/ 9227-9963/8401-5001/ 3 214-2728	Mª Helena de Souza Almeida
10.	EMEIEF. Jornalista Fernando Escariz	C	R. Colatina, Nº 2005, B. Marcos Freire – Fone: 3226-3353	Rosinete de Jesus Pereira Almeida
11.*	EMEF. Engº. Wadih Darwich Zacarias	A	R. Cidade, 2118, Conjunto Jamari, Fone: 3214-5201 / 3226-7285, 3214-5282	Edna Antônia Lopes da Silva
12	Escola Pe. Geovane Mendes	C	R. Benedito Inocêncio, Nº 6913, B. Três Marias, Fone: 3901-3365/3226-0601	Melissa Lima Abrantes
13	EMEIEF. 12 de Outubro	C	R. América do Norte, Nº 2445, B. Três Marias (pombal) Fone: 3901-3328	José Raimundo da Silva
14	EMEIEF. Flor do Piquiá (antigo Canil)	B	Av. Raimundo Cantuária c/Daniela, B. Tiradentes Fone: 3214-1307/ 9283-5402	Vitória Régia Mustafá
15	EMEIEF. Elenilson Negreiros		Rua: Manoel Garrincha c/Rua Bronze. B. Socialista Fone: 9201-5013	Sioneida Aparecida de O. Guarate

LEGENDA:

- * Escolas do 6º ao 9º Ano.
- + Escolas com mais de 10 turmas
- Escolas com menos de 10 turmas

TIPOLOGIA C/ Nº SALAS:

- A – 10 à 25
- B – 06 à 09
- C – 03 à 05
- D – 01 à 02

ANEXO IX
EMPRESAS DE FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

FICHA PARA ACOMPANHAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS NO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS AO AHE SANTO ANTONIO

1. Setor de atividade: _____

2. Mercadoria ou serviço adquirido: _____

3. Forma de aquisição: _____

4. Número da licitação ou tomada de preços: _____ Data: / /

5. Empresas participantes		Endereço
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		

6. Empresa vencedora: _____ 7. Valor do contrato: _____

8. Justificativa para o resultado:

9. Caso a empresa vencedora seja de Porto Velho, está incluída entre aquelas que participaram do Subprograma de Capacitação de Fornecedores? Sim Não

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

10. Fatores que influenciaram na exclusão de empresas de Porto Velho:

Responsável pela informação _____ Formulário número: _____

ANEXO X
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	ANO 1												ANO 2												ANO 3												ANO 4												ANO 5												ANO 6												ANO 7												ANO 8																											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94																		
AHE Santo Antônio Cronograma de Atividades MARCOS DE CONSTRUÇÃO																																																																																																																
Assinatura do Contrato de Concessão de Geração de Energia																																																																																																																
Processo de Obtenção da LI																																																																																																																
Mobilização / Desmobilização - Construção e Montagem do Empreendimento																																																																																																																
Sistema de Traversa do Rio Madeira e Infraestrutura de ME e MD																																																																																																																
Canal e Obras Civis																																																																																																																
Escarpa Subaquática																																																																																																																
Obras no Leito do Rio																																																																																																																
Desvio do Rio																																																																																																																
Obras da Margem Direita																																																																																																																
Processo de Obtenção da LO																																																																																																																
Enchimento do Reservatório																																																																																																																
PROMETO BÁSICO AMBIENTAL																																																																																																																
2 Programa Ambiental para Construção - PAC																																																																																																																
3 Programa de Monitoramento do Lençol Freático																																																																																																																
4 Programa de Monitoramento Sismológico																																																																																																																
5 Programa de Monitoramento Climatológico																																																																																																																
6 Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico																																																																																																																
7 Programa de Monitoramento do Hidrobiológico																																																																																																																
8 Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira																																																																																																																
9 Programa de Preservação do Patrimônio Paleontológico																																																																																																																
10 Programa de Monitoramento Limnológico																																																																																																																
11 Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas																																																																																																																
12 Programa de Conservação da Flora																																																																																																																
13 Programa de Desmatamento da Área de Interferência Direta																																																																																																																
14 Programa de Conservação da Fauna																																																																																																																
15 Programa de Acompanhamento de Atividades de Desmatamento e de Resgate da Fauna em Áreas Diretamente Afetadas																																																																																																																
16 Programa de Conservação da Ictiofauna																																																																																																																
17 Programa de Compensação Ambiental																																																																																																																
18 Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental																																																																																																																
19 Programa de Saúde Pública																																																																																																																
20 Programa de Apoio às Comunidades Indígenas																																																																																																																
21 Programas Relacionados ao Patrimônio Arqueológico, Pré-Histórico e Histórico																																																																																																																
22 Programa de Remanejamento da População Afetada																																																																																																																
23 Programa de Apoio às Comunidades Indígenas																																																																																																																
24 Programa de Recuperação da Infra-Estrutura Afetada																																																																																																																
25 Programa de Compensação Social																																																																																																																
25.1 Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho																																																																																																																
a) Implantação e Obtenção do Centro de Apoio ao Migrante																																																																																																																
b) Atividades na Área de Educação																																																																																																																
c) Atividades na Área de Habitação																																																																																																																
d) Atividades na Área de Saneamento Básico																																																																																																																
e) Atividades na Área de Segurança Pública																																																																																																																
f) Atividades na Área de Lazer																																																																																																																
g) Elaboração de Relatórios																																																																																																																
25.2 Subprograma de Qualificação da População																																																																																																																
a) Qualificação de Mão-de-Obra																																																																																																																
b) Qualificação de Fomecedores																																																																																																																
c) Elaboração de Relatórios																																																																																																																
26 Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório																																																																																																																
27 Programa de Apoio às Atividades de Lazer e Turismo																																																																																																																